

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

IZABELLE DINIZ DA SILVA

**O ABUSO SEXUAL COMETIDO POR PADRES AGRESSORES
COMO ACONTECIMENTO NO RELATÓRIO CIASE:
EMBATES ENTRE RELAÇÕES DE PODER E VONTADE DE VERDADE**

Maringá
2024

IZABELLE DINIZ DA SILVA

O ABUSO SEXUAL COMETIDO POR PADRES AGRESSORES COMO
ACONTECIMENTO NO RELATÓRIO CIASE: EMBATES ENTRE RELAÇÕES DE
PODER E VONTADE DE VERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa

Maringá
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586a	<p>Silva, Izabelle Diniz da</p> <p>O abuso sexual cometido por Padres agressores como acontecimento no relatório CIASE : embates entre relações de poder e vontade de verdade. / Izabelle Diniz da Silva. - Maringá, PR, 2024. 108 f. : figs., tabs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Pedro Navarro. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.</p> <p>1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Criança - Abuso Sexual. 3. Igreja Católica. I. Navarro, Pedro, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.</p>
CDD 23.ed. 362.76	

Jane Lessa Monção - CRB 9/1173

IZABELLE DINIZ DA SILVA

**O ABUSO SEXUAL COMETIDO POR PADRES AGRESSORES COMO
ACONTECIMENTO NO RELATÓRIO CIASE: EMBATES ENTRE RELAÇÕES DE
PODER E VONTADES DE VERDADE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos.**

Aprovado em Maringá, **27 de junho de 2024.**

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO LUIS NAVARRO BARBOSA**
Data: 28/06/2024 16:00:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Navarro
Presidente da Banca (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente
 **HELCIUS BATISTA PEREIRA**
Data: 28/06/2024 15:30:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Hélcio Batista Pereira
Membro Titular (UEM/PLE)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA REGINA BARACUHY LEITE**
Data: 27/06/2024 20:02:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Regina Baracuhy
Membro Titular Externo (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Diria que minha forte conexão com a temática religiosa foi um dos principais motivadores para empreender essa caminhada na pós-graduação em estudos do discurso. Quando se cresce em um lar religioso, contestar é a única coisa que não se pode fazer. Mas que bom que Deus guarda um lugar no seu coração para os ditos "rebeldes".

Minha eterna gratidão se estende a Deus, por toda a capacidade de discernimento e determinação oferecidos a cada momento da jornada. A minha falecida tia Aparecida, que, desde pequena, me ensinou o valor dos estudos e como isso é uma arma potente para quem não tem muito. Aos meus pais, que sempre me apoiaram, mesmo não entendendo absolutamente nada do que eu fazia, mas que acreditavam em mim, junto com minha irmã Caroline, meus sobrinhos Cauã e Beatrys, e meu cunhado Adriano.

Um agradecimento especial ao meu namorado, que se tornou meu marido durante a caminhada louca que é o mestrado. Giovane, obrigada por estar comigo e por me apoiar, mesmo sabendo que minha pesquisa tocava em algo muito particular, que é a sua religião.

Ao meu orientador, Pedro Navarro, que aceitou e defendeu ao meu lado a proposta de estudar o abuso sexual na Igreja Católica conforme Foucault, e nunca deixou de prestar todo o suporte e atenção necessários. Acredito que nunca vou deixar de chamá-lo de "prof.", prof.! Porém, sempre o considere também um grande mentor e amigo, e agradeço muito por sempre confiar em mim.

Estendo este agradecimento também ao Grupo Interinstitucional de Estudos Foucaultianos da Universidade Estadual de Maringá, afinal, risos, gritos de "socorro!" e outros risos nervosos para ler "A Arqueologia do Saber" ganham mais força e se resolvem quando compartilhados, em especial ao meu amigo Victor que fez todo o percurso do mestrado junto comigo. Um obrigada especial se destina à amiga que fiz no mestrado, Daiara, pois os vários tours gourmets entre uma aula e outra das disciplinas do mestrado e eventos do PLE foram aquele conforto maravilhoso para compartilhar essa loucura que é o mestrado.

Não posso deixar de mencionar a precursora do meu caminho acadêmico e, de certa forma, minha mãe acadêmica, prof. Daniela Pola, que um belo dia da graduação, ainda em 2018, me apresentou o livro "A Ordem do Discurso" para ler em uma disciplina do curso de Comunicação e Multimeios. Obrigada por acreditar em mim e por me mostrar esse caminho do discurso, que mudou a minha vida.

Aos professores Hércius Batista e Regina Baracuhy, membros da banca, agradeço por tornarem bastante tranquilo e satisfatório todo o processo de qualificação e defesa, bem como,

mesmo que tenha acontecido mais ao final da jornada, prestarem incentivo e me confirmarem que eu estava fazendo um bom trabalho. Também agradeço a todos os professores de disciplinas do Programa de Pós-graduação em Letras da UEM que, direta ou indiretamente, me guiaram e ofertaram os conhecimentos necessários ao desenvolvimento desta dissertação.

À Capes, pelo financiamento por meio do programa Demanda Social, que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa com excelência e em sua completude.

Finalmente, quero agradecer a dois amigos muito especiais que me acompanham desde o finado letramento B de 2004, Lucas e Duda. Este sonho começamos a sonhar há muito tempo e finalmente estamos conseguindo.

*“A vontade de saber é reconduzida pela
maneira como o saber é disposto numa sociedade.”*

Michel Foucault

RESUMO

Esta dissertação apresenta como objeto de investigação o relatório francês da Comissão Independente sobre Abusos Sexuais na França (CIASE) que, em 2021, investigou abusos sexuais cometidos por clérigos católicos. No ano de 2019, vários relatórios independentes sobre o tema começaram a ser publicados, baseados em inquéritos instaurados pela Igreja Católica, e testemunhos das vítimas começaram a circular legalmente. A questão de pesquisa que nos instiga a fazer este estudo é: como se produz o embate entre vontades de verdade sobre os casos de abuso sexual, cometidos por padres abusadores, no Relatório CIASE? Tal questionamento conduziu a pesquisa, pois essa temática vai além da linguagem como produto, estendendo-se à constituição dos discursos e sua enunciação em outros campos, ligando o dito ao não dito. O material discursivo para esta dissertação foi constituído por um *corpus* de análise organizado por meio de 53 recortes, denominados de sequências enunciativas, doravante (SE), retiradas de uma tradução para o português do relatório CIASE. Dessa forma, o presente trabalho tomou o discurso científico e religioso, mediante o conceito de rizoma (Deleuze; Guattari, 1995) para entrada no *corpus* de análise e analisar as relações de poder envolvendo o que é considerado verdadeiro sobre o abuso sexual na igreja, presente nesse material de investigação. Calcada em noções da linha pesquisa conhecida como estudos discursivos foucaultianos, o objetivo desta pesquisa é analisar as lutas discursivas envolvendo o que é considerado verdadeiro sobre o abuso sexual na Igreja e como essas verdades são estabelecidas, contestadas e mantidas, tanto pela ciência quanto pela religião no referido relatório. Os objetivos específicos, com vistas a ordenar as ações a serem tomadas nesta pesquisa, são: analisar as formas de relação que podem ser descritas entre diferentes séries enunciativas, a partir do jogo de correlações e/ou de dominações entre elas no Relatório CIASE; investigar as condições de possibilidade de emergência dos acontecimentos que fizeram irromper a violência sexual na Igreja, segundo o Relatório CIASE; e discutir como o relatório CIASE constrói o discurso sobre abuso sexual que constitui a vontade de verdade. Exploramos como o poder funciona e como a vontade de verdade define o que é aceitável falar e o que determina os discursos. Concluímos que o Relatório CIASE não apenas documenta casos de abuso, mas também participa, ativamente, na formação de discursos que contribuem para a compreensão da verdade, do poder e da violência sexual na Igreja Católica. O documento representa um ponto de inflexão no discurso sobre o abuso sexual, evidenciando uma complexa rede de verdades que são, ao mesmo tempo, construídas e expostas.

Palavras-chave: Michel Foucault. Discurso Religioso. Abuso Sexual. Vontade de verdade.

ABSTRACT

This dissertation examines the French report by the Independent Commission on Sexual Abuse in France (CIASE), which investigated sexual abuse committed by Catholic clergy in 2021. Starting in 2019, several independent reports on the topic began to be published, based on investigations initiated by the Catholic Church, and testimonies from victims started to circulate legally. The research question driving this study is: how is the conflict between different wills to truth regarding cases of sexual abuse committed by abusive priests produced in the CIASE Report? This inquiry guided the research, as this theme goes beyond language as a product, extending to the constitution of discourses and their enunciation in other fields, linking the said to the unsaid. The discursive material for this dissertation was constituted by an analytical corpus organized through excerpts, referred to as enunciative sequences (SE), extracted from the CIASE report. Thus, this work employed the scientific and religious discourse, through the concept of the rhizome (Deleuze and Guattari, 2000), to enter the analytical corpus and examine the power relations involving what is considered true about sexual abuse in the Church, as present in this investigative material. Grounded in notions from the line of research known as Foucauldian discourse studies, the objective of this research is to analyze the discursive struggles involving what is considered true about sexual abuse in the Church and how these truths are established, contested, and maintained by both science and religion in the aforementioned report. The specific objectives, aiming to organize the actions to be taken in this research, are: to analyze the forms of relationship that can be described between different enunciative series, based on the play of correlations and/or dominations among them in the CIASE Report; to investigate the conditions of possibility for the emergence of events that led to the eruption of sexual violence in the Church, according to the CIASE Report; and to discuss how the CIASE report constructs the discourse on sexual abuse that constitutes the will to truth. We explore how power operates and how the will to truth defines what is acceptable to speak and what determines the discourses. We conclude that the CIASE Report not only documents cases of abuse but also actively participates in the formation of discourses that contribute to the understanding of truth, power, and sexual violence in the Catholic Church. The document represents a turning point in the discourse on sexual abuse, revealing a complex network of truths that are simultaneously exposed and constructed.

Keywords: Michel Foucault. Religious Discourse. Sexual Abuse. Will to Truth.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Resultados da busca na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	16
Quadro 02 – Resultados da busca no Google Acadêmico.....	18
Quadro 03 – Resultados da busca no site do PLE/UEM.....	19
Quadro 04 – Organização das séries enunciativas.....	25

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Triângulo de Foucault.....	42
Imagem 02 - Triângulo de Foucault.....	43

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.1 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	23
1.2 DIMENSÕES DISCURSIVAS DO RELATÓRIO CIASE	28
2 REDES DE PODER NO RELATÓRIO CIASE.....	33
2.1 POSIÇÕES-SUJEITO ABUSADOR E PEDÓFILO: DISTINÇÕES NECESSÁRIAS.	33
2.1 REDES DE PODER NO RELATÓRIO CIASE	37
2.2 A COLETA DE DADOS NA SUA RELAÇÃO COM OS REGIMES DE VERDADE E AS DINÂMICAS DE PODER NO RELATÓRIO CIASE	45
2.3 VERDADE COMO UM EVENTO DE PODER NO RELATÓRIO CIASE	55
2.5 RELAÇÕES DE PODER E FORMAÇÃO DE CONHECIMENTO NO RELATÓRIO CIASE.....	60
3 REGRAS DE FORMAÇÃO DISCURSIVA E ELEMENTOS DA GOVERNAMENTALIDADE NA GESTÃO DA CONDUTA DE SI E DO OUTRO	66
3.1 PRÁTICA DISCURSIVA NO RELATÓRIO CIASE	74
3.2 OS OBJETOS DE DISCURSO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL NA IGREJA CATÓLICA	83
3.3 DISTINÇÃO ENTRE VONTADE DE SABER E VONTADE DE VERDADE	95
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	104

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No início de 2019, tivemos o primeiro contato com a análise foucaultiana de discursos, por meio de um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), cujo objeto de estudo e reflexão era voltado para questões relacionadas à sexualidade, religião e mídia. Trabalhamos séries enunciativas recortadas da Revista Veja, especificamente três reportagens que abordavam denúncias de abuso sexual envolvendo sacerdotes da Igreja Católica¹.

Esse exercício científico e analítico, despertado durante a pesquisa, deixou-me um incômodo relacionado ao discurso religioso e às práticas discursivas que a referida instituição de poder estabelecia na subjetivação dos sujeitos. Tal atividade não foi feita para acumular conhecimentos, mas para aumentar a nossa intolerância e fazer dela uma intolerância ativa. É necessário tornarmo-nos intolerantes a propósito das violências, da justiça, da prática psiquiátrica e de instituições religiosas que abafam casos de abuso sexual, com o entendimento de que tais acontecimentos se transformem em saber comum e em prática coordenada.

Finda a pesquisa de iniciação científica, observamos um movimento discursivo em torno desse acontecimento²: diversos documentos sobre a temática começaram a ser publicados por comissões independentes, e os relatos das vítimas contidos nesses relatórios passaram a ocorrer em trânsito jurídico. Nesse cenário, a problemática motivadora da pesquisa emergiu da inquietação sobre se os veículos midiáticos cumpriam o papel de divulgar os casos das vítimas que estavam à margem da sociedade; entretanto, noticiar não os legitimava, pois foi apenas após a divulgação dos relatórios dessas comissões que os casos passaram a se constituir como verdadeiros e, assim, ocorrer em trânsito de julgamento. Com base nesse cenário, as práticas discursivas específicas dentro e em torno da Igreja Católica moldam a construção do abuso sexual como um fenômeno verdadeiro³, impactando a percepção pública e as respostas

¹ Na pesquisa, foram demarcados os modos pelos quais os enunciados da mídia jornalística constroem as posições de sujeito envolvidas nesse tipo de notícia. Partindo do referencial teórico e metodológico desenvolvido com base no campo dos estudos discursivos foucaultianos, o projeto propôs analisar o discurso jornalístico sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes envolvendo representantes clericais da Igreja Católica. A violência sexual foi inserida em um ambiente diferente do familiar, revelando, assim, novos discursos sobre abusadores, sobre as vítimas e sobre a igreja e a sociedade.

² De acordo com o texto de Possenti (2006), um acontecimento discursivo é caracterizado como um evento que rompe com a norma ou a estrutura habitual de uma cadeia causal, resultando em uma interrupção da rotina ou de um estado de normalidade. No entanto, esse evento não é algo isolado; ele gera uma vasta gama de discursos que atravessam diversos campos, materialidades e contextos históricos. O fato que se torna um acontecimento é continuamente retomado, analisado, especificado, detalhado e correlacionado a outros eventos semelhantes ou que são tornados semelhantes, levando, assim, à produção da acontecimentalização.

³ A verdade é uma manifestação do poder, de acordo com Foucault (1996), a verdade é histórica e contingente, variando de acordo com o tempo e as circunstâncias culturais. Ela é produzida por meio de discursos, que são práticas sociais que estabelecem o que pode ser dito, quem pode falar e sob quais condições. Essas práticas discursivas são sustentadas por instituições como escolas, igrejas e sistemas judiciários, que legitimam certos conhecimentos e excluem outros, formando regimes de verdade.

institucionais a tais eventos. Diante disso, elaboramos a seguinte questão de pesquisa: como se produz o embate entre vontades de verdade sobre os casos de abuso sexual, cometidos por padres abusadores, no Relatório CIASE?

A presença desse desconforto foi o que nos motivou a realizar esta pesquisa, visto que desejamos dar a conhecer outro tipo de realidade, produzida discursivamente. Em nossa sociedade, ocorre a tendência, por parte de instituições como as educacionais, a mídia, políticas governamentais e mecanismos de poder, de simplificar e de homogeneizar os discursos, eliminando, assim, as múltiplas perspectivas. O perigo de discursos únicos (Foucault, 2008) nos leva ao apagamento de grupos, ideias e culturas que não se encaixam na história dominante. Um exemplo disso é o discurso da psicopatologia. Segundo Foucault (2008, p. 45) “a colocação, no início do século, de um novo modo de exclusão e de inserção do louco no hospital psiquiátrico;” a medicina psiquiátrica, ao longo do século XX, desenvolveu um modelo que classificava e tratava a loucura de maneira uniforme, institucionalizando os doentes mentais em hospitais psiquiátricos. Essa abordagem biomédica e institucionalizada da psicopatologia se tornou hegemônica, marginalizando outras formas de entendimento e tratamento da saúde mental, como as abordagens psicossociais e comunitárias. Assim, o discurso único estabelecido pela psiquiatria científica impôs um modo específico de ver e tratar a loucura, excluindo alternativas e contribuindo para a homogeneização dos discursos sobre saúde mental. Dessa forma, amparado nos estudos discursivos foucaultianos, este trabalho defende uma abordagem que reconhece e valoriza a multiplicidade de discursos científicos, culturais, políticos e sociais, bem como perspectivas históricas, psicológicas e antropológicas e interpretações contextuais. Isso contribui para uma compreensão mais abrangente e matizada da história, uma vez que a temática estudada não se esgota na materialidade linguística como produto, mas se estende à constituição dos discursos e à possibilidade de serem enunciados em outros campos, estabelecendo a relação entre o dito e o não dito.

Configurando um espaço que vai além do midiático e do científico, o relatório francês da Comissão Independente sobre Abusos Sexuais na França (CIASE) emerge de um lugar de atuação e de participação de discursos institucionais que circulam e movimentam as relações de poder que definem uma vontade de verdade sobre a temática dos abusos sexuais ocorridos dentro dos muros da Igreja Católica. Dessa forma, o objeto de investigação é um relatório científico elaborado pela Comissão Independente sobre Abusos Sexuais, que foi criada para investigar os abusos sexuais cometidos por lideranças religiosas na Igreja Católica. Este documento fundamental examina os casos de violência sexual na Igreja, fornecendo uma análise detalhada dos abusos, baseando-se em depoimentos, evidências científicas e estudos

meticulosos conduzidos pela comissão. Nessa tarefa, a Comissão Independente desempenhou um papel crucial na elaboração deste relatório, trazendo à tona a gravidade dos abusos e propondo medidas para enfrentar e prevenir tais violações.

A justificativa social para essa dissertação é contribuir para uma compreensão de como os abusos sexuais são discutidos e tratados nessa instituição religiosa. A justificativa acadêmica enfoca a contribuição para a área dos estudos discursivos foucaultianos, mobilizando o conceito de rizoma, formulado por Deleuze e Guattari (1995), como metodologia, o qual trouxe para a pesquisa um aspecto inovador, em relação ao campo teórico. Avançando um pouco mais nessa justificativa de cunho social e teórico, consideramos que a análise do Relatório CIASE, respaldada pela abordagem teórico-metodológica mencionada, pode ser um importante instrumento que permita escavar e iluminar as dinâmicas do poder-saber e do silêncio, as quais têm permitido que os abusos continuem e permaneçam encobertos por tanto tempo. Mobilizar o conceito de rizoma permitiu mapear múltiplas conexões e linhas de fuga nas SE, possibilitando fazer uma escavação das camadas complexas das relações de poder. A análise dessa dinástica do poder pode oferecer outras perspectivas sobre um problema persistente e doloroso.

Em vários países, investigações têm mostrado a extensão dos abusos sexuais cometidos por membros do clero. Por exemplo, na Austrália, a Comissão Real sobre Respostas Institucionais ao Abuso Sexual de Crianças⁴, que operou de 2013 a 2017, descobriu que milhares de crianças foram abusadas em diversas instituições, muitas das quais ligadas à Igreja Católica. Nos Estados Unidos, relatórios semelhantes emergiram, destacando décadas de abusos e de encobrimentos, como visto no relatório do Grande Júri da Pensilvânia⁵, em 2018.

Esses dados expõem uma alta incidência de abusos sexuais. O número estimado de crianças vítimas de abuso sexual por padres, diáconos e membros de ordens religiosas é de 216 mil no período de 1950 a 2020. Os locais onde os crimes ocorriam são distribuídos da seguinte forma: 32% dos abusos registrados aconteceram em paróquias; 30% em escolas; 23% fora das paróquias (em contextos educacionais, terapêuticos ou proféticos); e 15% no núcleo familiar. As vítimas, frequentemente, sofrem silenciosamente durante anos, com muitas revelações de abuso vindo à tona apenas décadas após os eventos. Outra questão que os relatórios expõem tem a ver com os dados estatísticos. Embora variem de país para país, consistentemente, sinalizam para uma realidade sombria. Na Austrália, cerca de 7% dos padres, aproximadamente

⁴ Disponível em: <https://www.childabuseroyalcommission.gov.au>. Acesso em: 02 abr. 2023.

⁵ Disponível em: <https://www.attorneygeneral.gov/report/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

14.259 religiosos, foram acusados de abusar de crianças entre 1950 e 2010. Nos EUA, estima-se que mais de 17 mil pessoas foram vítimas de abuso por membros do clero desde 1950.

O relatório CIASE, realizado em 2021, visou investigar e documentar os abusos sexuais cometidos por membros do clero católico no país. A comissão, composta por especialistas e profissionais independentes, realizou uma pesquisa abrangente, examinando documentos públicos, depoimentos de vítimas e entrevistas com autoridades eclesiais. Ele oferece uma análise qualitativa e quantitativa da violência sexual na Igreja Católica desde 1950, destacando a importância da experiência das vítimas como alicerce do relatório. Com isso, podemos analisar como o discurso pode determinar a compreensão e a experiência da realidade.

Após sua publicação, surgiram fortes dúvidas por parte da Igreja Católica sobre a veracidade do documento, seu rigor científico⁶ e uma desconfiança acerca das conclusões. O documento afirma que o abuso é um fenômeno sistêmico na Igreja. Tal acontecimento gerou polêmicas no meio da comunidade científica e por parte do Estado francês, instituição que encomendou a pesquisa, pois a instituição católica qualificava o saber científico como falso, logo, tornando menos relevante a ideia de que a Igreja precisa ser pressionada por reformas externas, uma vez que o foco principal foi analisar os casos ocorridos entre os anos de 1950 e 2020.

Em seu estudo, a comissão destacou que a maioria dos casos não foi devidamente investigada ou denunciada às autoridades civis, além de apresentar especificidades eclesiais, como características distintas dos assaltos sexuais perpetrados pelo clero, enfatizando a importância do gênero da vítima e as peculiaridades dos crimes cometidos. O relatório não se limita às vítimas, mas também procura entender os **agressores** por meio de análises sociológicas e psiquiátricas. Também foram analisadas as falhas institucionais que permitiram a ocorrência e a perpetuação dos abusos sexuais. Foram destacadas deficiências na supervisão e na gestão de denúncias pela Igreja Católica, bem como a falta de cooperação e de efeito transparência com as autoridades civis. Outro aspecto relevante é o elevado número de vítimas infantis, estimado em 330 mil ao longo do período analisado, com uma proporção significativa de abusos cometidos não apenas por clérigos, mas também por leigos.

Tal fato destaca a extensão do problema na Igreja em comparação com outras esferas de socialização, como escolas estaduais, clubes esportivos, acampamentos de férias e atividades culturais. Nessa teia discursiva, o que chama a atenção é o fato de que os casos contidos no relatório foram levados às autoridades civis, apesar de a instituição católica ser contra os

⁶ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615127-franca-o-relatorio-da-ciase-em-questao>. Acesso em: 10 abr. 2023

resultados obtidos. Por fim, a despeito da oposição da Igreja Católica, ao longo do período coberto pela referida comissão, é caracterizada por ignorância, relativização ou negação, com um reconhecimento mais recente e desigual da gravidade do problema.

Levar em conta a historicidade dos discursos é um caminho para observar a emergência de certas vontades de verdade, as quais estão apoiadas em uma teoria e geridas por uma instituição que faz uso de seu poder coercitivo. Tais práticas conduzem e regulam a produção de discursos na sociedade, em um determinado momento, “como se a própria palavra da lei não pudesse ser mais autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade” (Foucault, 1996, p. 19). Sendo assim, o objetivo geral dessa dissertação é analisar as lutas discursivas envolvendo o que é considerado verdadeiro sobre o abuso sexual na Igreja e como essas verdades são estabelecidas, contestadas e mantidas tanto pela ciência quanto pela religião.

Para um aprofundamento dessa tarefa, foram estipulados os seguintes objetivos específicos:

- analisar as formas de relação que podem ser descritas entre diferentes séries enunciativas, a partir do jogo de correlações e/ou de dominações entre elas no Relatório CIASE;
- investigar as condições de possibilidade de emergência dos acontecimentos que fizeram irromper a violência sexual na Igreja, segundo o Relatório CIASE;
- discutir como o relatório CIASE constrói o discurso sobre abuso sexual que constitui a vontade de verdade.

Para cumprir os objetivos, o percurso de análise foi apoiado no chamado método arqueogenealógico, depreendido dos estudos de Michel Foucault, bem como em trabalhos de pesquisadores que deram continuidade aos seus estudos, principalmente no Brasil. Metodologicamente, para a seleção e organização das SE, apoiamos-nos, como já mencionado, no conceito de rizoma, elaborado por Deleuze e Guattari (1995). Os passos metodológicos serão melhor detalhados na seção 1.1.

Para saber se a pesquisa possuía um aspecto inovador que não fosse restrito ao uso do conceito de rizoma no método arqueogenealógico, fizemos um rastreamento de pesquisas que se alinham à rede de conhecimento na qual esta dissertação se insere. Assim, fizemos buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes⁷ (base nacional composta por resumo dos trabalhos e *links* para *download*), no Google Acadêmico⁸, a partir de palavras-chave em inglês,

⁷ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

⁸ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em 05 jun. 2023.

com o intuito de se ter um panorama sobre o que é pesquisado sobre o assunto fora do Brasil e no site do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE)⁹ da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que disponibiliza as pesquisas desenvolvidas no curso superior *stricto sensu*.

A seguir, apresentamos um resumo dos resultados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e do ERIC. Em ambas as plataformas, os filtros usados são aqueles que se mostraram mais próximos ao assunto abordado e com mais afinidade em relação ao presente estudo. Outros dois *sites* citados, anteriormente exigiram a confecção de outro tipo de quadro, pelo fato de não possuírem filtros de busca. Dessa maneira, os quadros estão agrupados de acordo com as ferramentas de busca semelhantes a cada site.

Após a leitura dos resumos dos resultados, foi feita a seleção daqueles que mais poderiam dialogar com a proposta do nosso estudo, sendo descartados os que não concerniam ao escopo da grande área de Letras, estavam alocados em outras linhas de pesquisa que não a do discurso e/ou apresentavam materiais/objetos de análise que não estavam no campo da religião ou do jurídico.

Quadro 01 – Resultados da busca na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Palavra-chave	Filtros	Resultados	Pesquisas Próximas
Pedofilia na Igreja Católica	2012 em diante; Linguística, Letras e Artes; Letras	0	3
Vontade de Verdade	2001 em diante; Linguística, Letras e Artes; Letras	10	-
Produção da Verdade	2019 em diante; Linguística, Letras e Artes; Letras	34	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados obtidos evidenciaram escassez de estudos específicos nesta área, conforme demonstrado no Quadro 01 dos resultados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Enquanto isso, dissertações como "*O pecado da intimidade: possibilidade de aplicação do dano moral coletivo à Igreja em razão da prática de pedofilia pelos padres*"¹⁰ de Jose Edson Guimaraes (UNI7, 2020) destacam-se por abordarem a responsabilidade organizacional da Igreja em reparar danos causados por abusos sexuais, enfatizando a hierarquia eclesiástica e as

⁹ Disponível em: <http://www.ple.uem.br>. Acesso em 05 jun. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://www.uni7.edu.br/wp-content/uploads/2021/08/DISSERTA-O-JOSEDSON-LOPES.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

responsabilidades de vigilância, crucial para compreender a dinâmica interna da Igreja e suas implicações legais. Esse foco proporciona uma base sólida para questionar a capacidade de autorregulação da Igreja e suas consequências na sociedade.

Por outro lado, a tese de Regina Soares Jurkewicz (PUC-RJ, 2012), "*Violência Clerical: abuso sexual de mulheres por padres no Brasil*", lança luz sobre os mecanismos de denúncia e a violência perpetrada contra mulheres, fundamentando-se em vasto material documental e teorias feministas. Essa abordagem amplia o debate sobre o poder simbólico religioso e como ele pode ser questionado e reavaliado em contextos de abuso, fornecendo uma perspectiva essencial sobre a vulnerabilidade das mulheres no contexto eclesiástico.

A análise de Marcello Zanluchi Surano Simon (UNESP-Bauru, 2013), em "*A imagem do Papa Bento XVI na imprensa brasileira: a cobertura da Folha de S. Paulo sobre a pedofilia*", sobre a cobertura da Folha de S. Paulo a respeito de Bento XVI e a pedofilia complementa essas perspectivas, examina como a imprensa molda a percepção pública sobre a liderança da Igreja em tempos de crise. O estudo investiga a (des)construção da imagem do papa, mostrando como os discursos mediáticos exercem poder sobre a compreensão pública dos escândalos religiosos e da figura papal, um aspecto crucial para entender a intersecção entre mídia, percepção pública e responsabilidade religiosa.

Finalmente, os estudos categorizados sob "*Produção da Verdade*" oferecem uma visão geral das práticas discursivas e judiciais relacionadas à verdade. Ainda que eles não se concentrem, exclusivamente, na grande área de Letras e Linguística, trazem à tona discussões filosóficas sobre a verdade na ciência jurídica, o que é pertinente para compreender a representação e a interpretação dos fatos dentro de contextos acadêmicos e judiciais. Essa exploração teórica fornece um cenário investigativo relevante para as propostas apresentadas, embora destaquem a necessidade de mais pesquisas focadas especificamente nas dinâmicas da verdade, tal como ela é produzida pela Igreja Católica.

As pesquisas apresentadas mostram a necessidade de uma investigação com foco de atenção voltado para o abuso sexual praticado por sacerdotes da Igreja, como sugerido pelos três estudos listados na tabela, que prometem contribuir significativamente para a temática dos abusos sexuais envolvendo sacerdotes.

Assim, as abordagens elencadas pela plataforma eram de cunho filosófico. Palavras recorrentes tanto nos títulos como nas palavras-chave foram "Ciência jurídica e poder", "Produção da verdade nas práticas judiciárias", "Verdade dos fatos" e "Verdades dos sujeitos". Estas duas últimas guardam certa relação para com o presente trabalho, uma vez que o material de análise está inserido em um âmbito científico e jurídico, e as representações podem ser uma

porta de entrada ao âmbito discursivo da verdade. Na análise dos resumos de alguns dos estudos com essas palavras, constatamos caminhos teórico-metodológicos já mencionados, como o filosófico, o jurídico e o educacional. Logo, a abordagem desses trabalhos não se adequa à proposta aqui apresentada em termos teóricos, de forma que esse estado de arte atesta o ineditismo do objeto de pesquisa para a linha da análise foucaultiana de discursos.

Quadro 02 – Resultados da busca no Google Acadêmico

Palavra-chave	Filtros	Resultados	Pesquisas Próximas
sexual abuse in the catholic church	2017 em diante; livros; dissertações e teses	1.000	3
The Will to Truth in Foucault	2018 em diante; livros; dissertações e teses	10	-
Foucauldian theory	2018 em diante	20	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos resultados do Google Acadêmico, voltamos a nossa atenção aos que propunham diálogos com a teoria foucaultiana aqui adotada, a saber: “*Child sexual abuse in the Catholic Church: na interpretative review of the literature and public inquiry*”, livro de Desmond Chaill e Peter Wilkinson, Melbourne, 2017 (para a palavra-chave “*sexual abuse in the catholic church*”). Foi projetado para revisar a literatura e inquéritos sobre abuso sexual infantil na Igreja Católica, tendo a teoria foucaultiana como metodologia e “*Why is there truth? Foucault in the age of post-truth politics*”, dissertação de Sergei Prozorov, pesquisador que investiga as obras de Michael Foucault desenvolvidas na década de 1980-1981 no curso de palestras “*Subjetividade e Verdade*”, 2016.

Na pesquisa realizada no Google Acadêmico, evidenciada no Quadro 02, destaca-se um volume significativo de estudos sobre o abuso sexual na Igreja Católica, com mil trabalhos encontrados desde 2017. Essa riqueza de material inclui estudos como: “*Child sexual abuse in the Catholic Church: An interpretative review of the literature and public inquiry*”, de Desmond Chaill e Peter Wilkinson. Este livro, publicado em 2017, é uma revisão abrangente da literatura e de inquéritos públicos sobre o abuso sexual infantil na Igreja, utilizando a teoria foucaultiana como lente metodológica. Para a nossa dissertação, o enfoque ilustra como saberes de ordem acadêmica interferem nas práticas judiciais, confrontando o conhecimento científico com o

legal e demonstrando o impacto direto dessas interseções nos julgamentos de casos de abuso sexual.

Por outro lado, a pesquisa *"Why is there truth? Foucault in the age of post-truth politics"*, uma dissertação de Sergei Prozorov de 2018, explora as contribuições de Foucault nas discussões sobre subjetividade e verdade. Essa obra fornece uma perspectiva filosófica sobre como diferentes concepções de verdade podem constituir aspectos da subjetividade. Embora seu foco seja mais filosófico, as implicações dessa pesquisa são relevantes para entender como as verdades são formadas e percebidas em debates contemporâneos, inclusive no âmbito jurídico.

Para a elaboração do próximo Quadro 03, deparamo-nos com desafios metodológicos devido à ausência de filtros de pesquisa no site do Programa de Pós-graduação em Letras (PLE), da Universidade Estadual de Maringá. Isto exigiu uma análise manual detalhada de todos os trabalhos em estudos discursivos foucaultianos. Este esforço meticuloso ajudou a identificar estudos diretamente relacionados à temática desta pesquisa, além de outros trabalhos em linhas de pesquisa distintas, avaliando sua relevância para o entendimento mais amplo dos discursos sobre abuso sexual e verdade na academia, como pode ser observado a seguir:

Quadro 03 – Resultados da busca no *site* do PLE/UEM

Mestrados em AD foucaultiana	Doutorados em AD foucaultiana	Pesquisas da linha mais próxima	Pesquisas de outras linhas mais próximas
41	17	1	1

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa que desenvolvemos apresenta um ganho teórico e metodológico significativo para o conjunto das pesquisas desenvolvidas no PLE, pelo fato de abordar a temática do abuso sexual na Igreja Católica, sob a perspectiva dos estudos discursivos foucaultianos. Ao realizarmos um levantamento sobre os trabalhos existentes, constatamos a presença de apenas duas investigações relacionadas à sexualidade, porém sem foco específico no abuso sexual na Igreja Católica. Isso evidencia a carência de estudos abrangentes sobre essa temática no referido programa de pós-graduação. O presente estudo destaca-se, portanto, por preencher essa lacuna, ao explorar os mecanismos discursivos sobre percepção da verdade em relação ao abuso sexual na instituição católica, utilizando uma abordagem foucaultiana, que

engloba conceitos, tais como: poder, saber e verdade e suas ramificações e especificações, como poderá ser visto durante o desenvolvimento de cada seção.

Dos resultados do *site* PLE, duas pesquisas foram obtidas. A primeira é a dissertação “*Guerra dos Sexos’: efeitos de verdade concernentes à sexualidade e à subjetividade do homem e da mulher em discursos midiáticos*”, produzida na linha foucaultiana, pela pesquisadora Andréa Zingara (2016), que faz uma investigação dos efeitos de verdade advindos de discursos que produzem saberes sobre o homem e a mulher. É válido ressaltar que, durante as buscas, abordagens foucaultianas têm sido mobilizadas. Por fim, a dissertação de linha pecheuxtiana “*Jogos de legitimidade em/como relações de força institucionais na sustentação de verdades no/do discurso cinematográfico de SPOTLIGHT – Segredos Revelados (2015)*”, de Heitor Messias Reimão Melo, aborda a legitimação do jogo entre verdade dos casos de abuso sexual veiculados pelo jornal estadunidense The Boston Globe. Embora esses dois trabalhos tratem da temática da sexualidade, em nada se aproximam da nossa pesquisa, tendo em vista o panorama daquilo que já se concretiza cientificamente na área discursiva e sobre abuso sexual na Igreja Católica.

A obra cinematográfica SPOTLIGHT – Segredos Revelados (2015), também objeto de estudo de Melo (2016), com elenco composto por Mark Ruffalo e Michael Keaton e vencedora do Oscar de melhor filme em 2016, se correlaciona com o Relatório CIASE, publicado em 2018. "Spotlight" narra a investigação jornalística conduzida pelo Boston Globe, que desvendou um escândalo de abusos sexuais cometidos por padres católicos, encobertos pela Arquidiocese de Boston. Este filme não apenas captura a meticulosa investigação jornalística, mas também destaca as complexas redes de poder e silêncio que permitiram a perpetuação desses abusos. Dois anos após o lançamento do filme, o Relatório CIASE foi publicado, um documento que investiga casos similares na França. O relatório detalha numerosos casos de abuso sexual dentro da Igreja Católica francesa, oferecendo um panorama alarmante que ecoa os temas abordados em "Spotlight". Assim como o filme, o relatório CIASE enfrenta questões de poder, autoridade religiosa e as dolorosas consequências do silêncio institucionalizado. A interseção entre "Spotlight" e o Relatório CIASE em uma pesquisa dissertativa foucaultiana proporciona uma análise sobre a representação mediática dos abusos sexuais na Igreja e seu impacto na conscientização e mudança social. A discussão pode abordar como o filme, apesar de ser uma dramatização, é um artefato cultural que reflete e potencializa a percepção pública e as ações políticas em relação aos crimes de abuso sexual na Igreja, ilustrando a importância da mídia e do jornalismo investigativo na revelação de verdades incômodas e na promoção de reformas institucionais.

Após a leitura de reportagens e análises publicadas em veículos de comunicação renomados, incluindo o Instituto Humanitas Unisinos, El País e BBC, que forneceram *insights* preliminares sobre a complexidade e a gravidade dos casos de abusos sexuais em contextos institucionais e aprofundando a pesquisa na internet, identificamos a existência de um relatório. Este documento foi acessado por meio do *site* oficial da Comissão independente sobre os abusos sexuais na Igreja da França (CIASE), permitindo um exame direto e detalhado sobre os casos de abusos sexuais envolvendo sacerdotes, bem como leigos que trabalharam na instituição e recomendações dessa comissão.

O Relatório CIASE, formalmente conhecido como Relatório da Comissão Independente sobre o Abuso Sexual na Igreja Católica de 1950 a 2020, é um documento robusto que investiga e analisa a extensão e a natureza do abuso sexual na Igreja Católica. Caracteriza-se por uma abordagem abrangente e multidisciplinar, que inclui análises quantitativas e qualitativas baseadas em dados coletados, entrevistas com vítimas, análise de arquivos eclesiásticos e estudos sociológicos.

O objeto discursivo do Relatório CIASE é a violência sexual praticado por sacerdotes da Igreja Católica entre 1950 e 2020, tratado não apenas como um tópico de discussão, mas como uma construção discursiva que o relatório sistematiza e analisa através de várias dimensões. Historicamente, mapeia a compreensão e o tratamento da violência sexual dentro da Igreja, considerando as mudanças sociais e institucionais, ao longo do tempo. Sociologicamente, analisa as características das vítimas e dos agressores, bem como as condições sociais e institucionais que facilitaram ou encobriram o abuso. Institucionalmente, investiga as respostas da Igreja aos casos de abuso, incluindo mecanismos de negação e ocultação e as mudanças nas políticas de enfrentamento e prevenção. Jurídica e eticamente, examina as interações entre o direito canônico e o direito civil, propondo reformas para prevenir futuros abusos e tratar adequadamente as vítimas. Este objeto discursivo é abordado como um fenômeno complexo, que envolve relações de poder, discursos normativos e a produção de saberes específicos sobre o corpo, a moralidade e a instituição, contribuindo para a reconfiguração do discurso sobre abuso sexual na Igreja e propondo novas formas de entendimento, responsabilização e reparação.

As características elucidadas incluem a cultura de silêncio e a proteção institucional que, por muito tempo, priorizou a imagem da Igreja em detrimento do bem-estar das vítimas. Conforme exposto por Rabolini (2021), este relatório serve não apenas como um documento de registro e denúncia, mas também como um catalisador para reformas futuras, enfatizando a necessidade de verdade, reconhecimento e reparação para as vítimas.

Feita a contextualização da problemática, da justificativa, dos objetivos, do estado de arte e da seleção do *corpus* discursivos, apresentamos de que forma a dissertação foi desenvolvida. A pesquisa encontra-se organizada da seguinte maneira: o Capítulo 2 cumpriu a função de analisar as formas de relação que podem ser descritas entre diferentes séries enunciativas, a partir do jogo de correlações e/ou de dominações entre elas no Relatório CIASE. Para isso foi necessário questionarmos a ideia de progressão linear do conhecimento científico e, assim, nossa análise critica as dinâmicas de poder presentes nas instituições acadêmicas, investigando como elas contribuem para uma visão do que é verdade sobre o abuso sexual para certos segmentos da Igreja. Para ilustrar a complexidade das inter-relações entre os conceitos de poder, saber e verdade, utilizamos a metáfora do triângulo. Esta forma geométrica ajuda a conceitualizar como esses elementos estão intrinsecamente conectados. Além disso, examinamos como os campos discursivos da sexualidade, religião e ciência se justapõem, destacando a inexistência de uma hierarquia fixa entre eles e explorando como isso afeta a percepção da violência sexual na Igreja Católica.

No Capítulo 3, investigamos as condições de possibilidade de emergência dos acontecimentos que fizeram irromper a violência sexual na Igreja, segundo o Relatório CIASE.

Para isso, foi necessário, novamente, recorrermos aos fundamentos teórico-metodológicos foucaultianos que dão suporte à estrutura da pesquisa. O capítulo visou aprofundar, com ênfase especial na formação discursiva dos objetos e nos conceitos de prática discursiva, enunciado e em elementos que respondem pela função enunciativa, o que nos permitiu uma compreensão de maneira detalhada de como os objetos de conhecimento, como o abuso sexual, são formados em contextos discursivos específicos, neste caso, o contexto eclesiástico e jurídico e científico. Finalmente, discutimos como o relatório CIASE constrói o discurso sobre abuso sexual que constitui a vontade de verdade nas SE analisadas, compreendendo como as relações de poder produzem a percepção dos abusos. Assim, o relatório funciona como um instrumento de saber-poder, evidenciando como os saberes sobre abuso sexual são formados e controlados dentro de contextos institucionais específicos. Ao final, a análise ofereceu *insights* valiosos sobre as dinâmicas de saber-poder e como elas moldam e são moldadas pelo problema do abuso sexual na Igreja, destacando a relevância da análise foucaultiana de discursos para compreender as nuances e as implicações desses discursos no contexto social e institucional mais amplo.

Na seção a seguir, fazemos expansão metodológica, utilizando fundamentos teórico-metodológicos foucaultianos e o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995). O *corpus* de análise foi constituído por SE extraídas do relatório, que foram organizadas e classificadas para

compreender como os abusos sexuais na Igreja Católica são formados discursivamente. A abordagem rizomática permitiu uma exploração não linear do relatório, destacando a complexidade e interconectividade dos temas.

1.1 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A criação desta seção se justifica pela necessidade de detalhar os procedimentos metodológicos adotados para a organização do *corpus* discursivo e a construção do fio condutor da pesquisa. Dado que o Relatório CIASE é um documento multifacetado, foi necessário organizar os critérios de seleção e de categorização das SE que constituem o material de análise. Acionamos elementos do método teórico-metodológico foucaultiano e o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995), que contribuíram para orientar a organização e a análise do *corpus*. A seção também assegura a coesão do estudo, ao delinear o fio condutor que permeia todos os capítulos e subseções, proporcionando ao leitor uma visão mais estruturada da investigação.

Considerando que um *corpus* não se dá ao analista, nem é verdade que ele o cria, entretanto reúne, organiza e classifica um dado recorte da realidade, procedemos à leitura, no formato de PDF, do material a ser analisado.

As seções extraídas desempenham um papel crucial na estruturação do discurso e apresentam uma natureza multifacetada que se reflete no modo como são abordadas no decorrer do documento. Observamos que as SE alternam-se entre diferentes funções discursivas: em alguns momentos, elas emergem como denúncias, expondo falhas e ocultações ocorridas dentro dos muros da Igreja Católica; em outros, parecem apoiar a instituição, possivelmente refletindo tentativas de autorreforma ou autocrítica. Também conferem voz às vítimas, destacando suas experiências e sofrimentos, mas isso é parte de uma estratégia argumentativa para fundamentar a vontade de verdade do relatório, em um movimento de resistência à cultura do silêncio imposta. Este dinamismo nas SE indica que as extrações não são homogêneas, mas variam conforme o contexto discursivo e a proposta analítica, dando visibilidade à complexidade dos temas abordados e à profundidade da análise conduzida pelo relatório. Esta orientação é essencial para o fio condutor desta dissertação, por entendermos que essas diferentes vozes e perspectivas (posicionamentos discursivos) são integradas na análise geral do fenômeno de abuso sexual na Igreja.

Dessa forma, a disposição do material refere-se ao modo como identificamos unidades específicas em um discurso ou em um conjunto de discursos para análise. Esse trabalho de identificação foi feito em consonância com o que apregoa Foucault (2008) sobre os discursos

não serem simplesmente junção de signos (palavras, frases, textos) que significam algo para alguém, mas práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.

No contexto dessa pesquisa, a vontade de verdade (Foucault, 2002) é mobilizada para analisar de que forma os abusos sexuais são constituídos como uma categoria social e discursiva. A composição desse recorte está ligada ao modo como o acontecimento discursivo se manifesta. No que tange ao recorte, a análise de Navarro (2022) se volta para momentos ou práticas específicas que exemplificam e materializam as condições de possibilidade de emergência e a administração de um determinado objeto discursivo. Essa abordagem permite entender não apenas como os abusos sexuais são falados e regulados em discursos específicos, mas também como são sistematicamente formados e entendidos, em contextos sociais mais amplos.

Nessa direção, o recorte inclui a maneira como os discursos pertencentes aos campos da psicologia, da religiosidade, da ciência e do jurídico se entrelaçam para produzir tanto o sujeito vítima de abuso sexual quanto o perpetrador da violência como um objeto de verdade, refletindo sobre as estratégias de poder que configuram a experiência em contextos institucionais. Dessa forma, o processo de recorte é, portanto, uma maneira de desmembrar e analisar essas práticas para entender como elas produzem conhecimento, poder e significado.

De posse do construto teórico heterógeno, composto pelos trabalhos de Michel Foucault (1996; 2002; 2008; 2018), de Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995), bem como de obras dos pesquisadores dos estudos discursivos foucaultianos, iniciamos a análise do quadro enunciativo, norteados pelo conceito de rizoma (Deleuze; Guattari, 1995), que serviu como entrada no *corpus* discursivo.

De acordo com Deleuze e Guattari (1995), rizoma é caracterizado pela sua capacidade de conexão e heterogeneidade, visto que qualquer ponto pode se conectar a outro, destacando uma multiplicidade que se define pela sua capacidade de formar ligações variadas. Esta estrutura permite movimentos de desterritorialização e reterritorialização, operando por meio de linhas de fuga que rompem com as estruturas preexistentes. Assim como um rizoma, o relatório e seu campo de estudo não possuem um ponto de entrada único ou hierarquia predefinida que determine por onde começar a análise. O sumário do referido relatório, neste caso, funciona como um mapa rizomático que apresenta múltiplos pontos de entrada, cada um conectado a diferentes aspectos do relatório, dando a conhecer a complexidade e a multiplicidade do assunto em questão.

A abordagem rizomática nos permitiu, assim, uma exploração não linear do relatório, dado o fato de que cada seção ou tema pode ser abordado de forma independente, mas ainda

assim conectado ao todo, valorizando a diversidade de perspectivas e a inter-relação entre diferentes temas abordados no relatório. Dessa forma, mobilizar o conceito de rizoma não é meramente uma escolha metodológica arbitrária, mas uma decisão teórica que visibiliza a natureza complexa e interconectada dos abusos sexuais na Igreja Católica, conforme investigado pelo CIASE. Ao final de cada seção, retomaremos essa abordagem, tentando observar de que forma se manifestam os pontos de conexão.

Assim, as séries enunciativas foram recortadas de um arquivo mais abrangente que abarca as discussões apresentadas na seção teórica dessa pesquisa. Por esse motivo, a investigação proposta se deu, partindo de enunciados produzidos, levando em consideração um sistema de enunciabilidade. A organização das SE no material discursivo da pesquisa inclui a identificação e categorização das subseções que abordam diferentes aspectos da violência sexual na Igreja Católica.

Embora já tenhamos feito um resumo do que está posto em cada capítulo, retomamos essa síntese para estabelecer em que medida se deu a abordagem rizomática dos enunciados extraídos do *corpus* discursivo. Dessa feita, no Capítulo 2, intitulado Lançado Luz, os critérios de seleção focam uma análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados, com subseções específicas dedicadas às consequências da violência sexual e à periodização dos abusos em fases distintas, justificadas pela necessidade de detalhar padrões de abuso e respostas institucionais. O Capítulo 3, Revelando as Sombras, seleciona subseções que analisam, historicamente, a postura da Igreja e suas falhas em defender as vítimas, com uma ênfase particular nas falhas do direito canônico e nas obrigações legais não respeitadas. Por fim, o Capítulo 4, Dissipando as Trevas, inclui subseções que mapeiam processos de discernimento e propõem reformas para o futuro, justificadas pelas recomendações feitas no relatório. A seleção dessas subseções visa proporcionar uma análise abrangente e detalhada das diversas facetas da questão dos abusos sexuais na Igreja Católica, assim constituído:

Quadro 04 – Organização das séries enunciativas

Capítulo	Subseção	Justificativa
Capítulo 2: Lançado Luz: uma análise qualitativa e quantitativa da violência sexual na Igreja Católica com base nos dados coletados.	I) As consequências da violência sexual: um nível de trauma que restringe a capacidade “ser”. III) Periodização da violência em 3 fases.	Detalha os padrões de abuso identificados e as respostas institucionais a esses abusos.
Capítulo 3: Revelando as Sombras: a atitude da Igreja Católica evoluiu ao longo do	I) Uma instituição da Igreja que não veio em defesa das vítimas. O direito canônico com grave	Analisa historicamente da postura da Igreja em relação ao

tempo, mas permaneceu muito focada na proteção da instituição por muito tempo, sem considerar as vítimas.	falhas. Obrigações legais que ainda não são suficientemente conhecidas ou respeitadas.	abuso sexual e nas mudanças ao longo do tempo.
Capítulo 4: Dissipando as trevas: em direção a um processo de verdade e reparação pelo passado; em direção a um sistema de prevenção à prova de falhas no futuro	I) Mapear um processo de discernimento robusto com passos e decisões claras.	Propostas de reforma e nas recomendações feitas pelo relatório.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na seleção e organização do *corpus*, o objeto de discurso a cultura e a estrutura institucional da Igreja Católica permitiu compreender que os abusos ocorrem e continuam encobertos, enfatizando a relação entre poder, silêncio e violência sexual. Trata-se de uma “modalidade enunciativa” (Foucault, 2008), presente no relatório CIASE, que privilegia as vozes das vítimas e de especialistas, atribuindo-lhes a autoridade de narrar e analisar os abusos sexuais na Igreja Católica. Essa posição discursiva desafia a homogeneia eclesiástica tradicional, reconfigurando o discurso em torno do efeito transparência, responsabilização e necessidade de reformas institucionais.

Além disso, essa análise permitiu compreender o funcionamento da escrita científica como sendo uma prática discursiva marcada por uma dispersão enunciativa, pois o sujeito ocupa diferentes posições, e por uma descontinuidade entre o arquivo (Possenti, 2006) sobre o abuso sexual e a vontade verdade sobre ele e as configurações enunciativas heterogêneas. Isso significa que a produção do conhecimento científico não é monolítica ou unívoca, mas composta por múltiplas vozes, perspectivas e contextos que interagem e se sobrepõem. Essa compreensão desafia a noção de autoridade absoluta na ciência, destacando a importância do diálogo, da pluralidade e do reconhecimento das contribuições divergentes no avanço do saber.

Para visualizar as relações discursivas manifestas, por um gesto metodológico, estabelecemos as semelhanças e as distinções entre essa série de enunciados. Colocados em situação de confronto uns com os outros, a partir do quadro acima, logo, os enunciados científicos possibilitaram-nos depreender as temáticas a seguir, que estão distribuídas uma em cada seção da dissertação:

- 1) Respostas institucionais aos abusos sexuais;
- 2) Formação discursiva sobre o abuso sexual na Igreja;
- 3) Saber institucionalizado do que seria o abuso sexual;

- 4) Processos de produção de subjetividades de violentadores sexuais, e como esses discursos se entrelaçam com as práticas de poder e conhecimento.

Embora o relatório contenha depoimentos das vítimas, esses não constituem por si só um material suficiente para uma análise desses enunciados como se fossem confessionais, resgatando noções como subjetividade e *parrhesía*. Tal abordagem seria de grande importância, mas a análise do material mostrou que essas confissões são utilizadas pela comissão para constituir sua vontade de verdade no relatório. Alguns enunciados de testemunhas são tratados na pesquisa, mas com o intuito de evidenciar o modo como a comissão deseja produzir a verdade em confronto com a Igreja Católica.

Esse arquivo¹¹, assim composto, produz significados heterogêneos desses temas, pois os enunciados dão destaque para diferentes sujeitos históricos. Assim, as análises não são confinadas a uma seção específica, mas integradas ao longo de todo o texto, permeando cada capítulo e cada seção de forma fluida.

Além da adoção desse movimento metodológico, é importante destacar que a abordagem teórico-metodológica foucaultiana é caracterizada pelo uso de SE para constituição do *corpus* de análise. Consequentemente, o leitor poderá encontrar articulada teoria e os enunciados recortados do material de análise entrelaçados de forma alternada. Desse modo, a dissertação não só argumenta, como também aciona a prática da análise foucaultiana de discursos. Essa dinâmica propicia uma interação constante entre o embasamento teórico e a prática da análise, o que poderá alicerçar a compreensão dos fenômenos estudados, ao evidenciar como o acontecimento discursivo se manifesta nas SE examinadas. Tal estrutura foi escolhida para evitar a segmentação rígida entre teoria e análise, favorecendo um fluxo analítico mais integrado.

Para isso, foi imprescindível inicialmente conceituar as noções de discurso e poder, fundamentais para entendermos a dinâmica e a interação dos diversos mecanismos de poder. Este esforço conceitual nos permitiu explorar como esses mecanismos se entrecruzam e sobrepõem nas microrrelações no domínio discursivo específico, que é o do relatório CIASE envolvendo membros do clero. Neste contexto de pesquisa, abordamos campos variados que interagem e contribuem para a produção de uma vontade de verdade. Este processo é particularmente complexo, quando se trata de um documento como o relatório CIASE, que não se caracteriza por uma estrutura linear ou unidimensional. Ao contrário, ele se apresenta como

¹¹ O arquivo é constituído por uma teia de enunciados, estes possuem relações entre si e nessa rede existem certas funcionalidades regulares que dão existência a uma formação discursiva.

um emaranhado de feixes discursivos que não possuem um início ou fim definidos, mas estão distribuídos em múltiplos níveis do discurso, o que justifica o fato de termos recorrido ao conceito de rizoma, já exposto.

Na subseção a seguir, discutimos questões relacionadas ao *corpus* de análise, abrangendo a contextualização do Relatório CIASE, a formação e a recepção da Comissão Independente de Abusos Sexuais, além dos aspectos discursivos e históricos envolvidos. O foco de atenção é voltado para o modo como o relatório evidencia a prevalência e os tipos de abuso sexual na Igreja Católica, as respostas institucionais ao longo do tempo e as recomendações para prevenção futura, transformando-se em um monumento histórico que requer análise profunda das estruturas de poder e dos discursos subjacentes.

1.2 DIMENSÕES DISCURSIVAS DO RELATÓRIO CIASE

Este segmento explora questões relacionadas ao *corpus* de análise, abrangendo a contextualização do Relatório CIASE, a formação e a recepção da Comissão Independente de Abusos Sexuais, além dos aspectos discursivos e históricos envolvidos. O texto a seguir se justificava pela necessidade de uma análise contextualizada do Relatório CIASE, considerando a crise contemporânea de abusos sexuais na Igreja Católica, amplamente divulgada desde as reportagens do Boston Sunday Globe em 2002. Essa contextualização justifica-se pela necessidade de evidenciar a importância de se compreenderem não apenas os fatos documentados, mas também as estruturas de poder e os discursos que permitiram a perpetuação e o encobrimento dos abusos. A tradução do documento é crucial, pois envolve nuances culturais e linguísticas para que seja assegurada uma compreensão adequada dos eventos e das recomendações.

Como já anunciado nas Considerações Iniciais desta dissertação, a Igreja Católica, contemporaneamente, enfrenta uma crise de abusos sexuais envolvendo sacerdotes em todas suas instituições. Isso começou após os casos amplamente divulgados pelo jornal estadunidense Boston Globe em uma série de reportagens publicadas em 2002, que noticiavam um escândalo de longa data envolvendo padres católicos e violência sexual. Tal acontecimento possui uma dimensão que transcende sua materialidade inicial com uma ressonância que ultrapassa o momento de sua enunciação:

Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um

enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (Foucault, 2008, p. 32).

Podemos perceber que os enunciados iniciais das reportagens do Boston Globe constituem um acontecimento que não se esgota em sua materialidade, pois transcenderam o momento específico da sua publicação, com uma cadeia de novos enunciados e ações em diversos contextos. As reportagens incentivaram mais vítimas a se manifestarem, não apenas em Boston, mas em outras partes dos Estados Unidos e do mundo. O caso resultou em investigações mundiais sobre as diversas igrejas que a instituição possui ao redor do mundo, levando a um reconhecimento mais amplo do problema de abuso sexual. O caso de Boston tornou-se um marco na luta contra esse tipo de crime e determinou, significativamente, a maneira como tais casos são tratados hoje.

Após esses fatos, várias comissões independentes foram criadas para investigar os crimes cometidos por sacerdotes católicos, o que fez emergirem as relações de poder que envolvem tais investigações, formando, a nosso ver, um conjunto de estratégias que estão sempre em atividade, pois se trata, em certa medida, “ de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos” (Foucault, 1987, p. 183). De um lado, a Igreja precisava dar uma resposta institucional à sociedade e às vítimas. Devido à crescente pressão pública, várias dioceses e conferências episcopais começaram a estabelecer comissões independentes para investigar alegações de abuso sexual. Essas comissões foram encarregadas de revisar casos passados, oferecer suporte às vítimas e desenvolver políticas preventivas. Por outro lado, as investigações do Boston Globe alimentaram uma demanda crescente por efeito transparência, responsabilidade e justiça para as vítimas de abuso sexual na Igreja. Essas relações de poder evidenciam um movimento para a criação de comissões independentes para investigar abusos sexuais na Igreja.

A CIASE foi criada em 2018 para investigar esse tipo de violência, datado desde 1950. Este passo foi motivado por uma crescente demanda por efeito de transparência e justiça, impulsionada pela conscientização global sobre a gravidade do abuso sexual na Igreja Católica, especialmente após as revelações do Boston Globe, em 2002. A iniciativa para a criação da CIASE partiu da Conferência Episcopal Francesa (CEF) e da Conferência dos Religiosos e Religiosas da França (CORREF). O objetivo principal da comissão era investigar as alegações de abuso sexual, fornecendo uma visão detalhada sobre a extensão do problema e suas consequências. A comissão foi presidida por Jean-Marc Sauvé, ex-vice-presidente do Conselho de Estado, a mais alta corte administrativa da França, e era composta por uma equipe

multidisciplinar de 21 membros, sendo 10 mulheres e 11 homens, com uma diversidade de formações que incluem direito criminal, canônico e proteção infantil, medicina, psiquiatria, educação, ciências sociais, ética e teologia.

De acordo com o documento, esse grupo intergeracional e interdisciplinar foi escolhido para que o documento tivesse pluralidade, objetividade e independência necessárias para conduzir os trabalhos da comissão. A CIASE não incluiu membros do clero ou vítimas de abuso sexual, em sua composição, visando preservar a imparcialidade visível da comissão. Seus métodos de trabalho envolveram a coleta de testemunhos, pesquisa sociológica e histórica, e a análise de arquivos, tanto públicos quanto eclesiásticos.

O documento pode ser dividido em três partes: principais resultados, metodologias e recomendações. Na primeira parte, possui dados que ressaltam que aproximadamente 216 mil crianças foram vítimas de abuso sexual por clérigos ou membros de ordens religiosas, número que sobe para 330 mil quando incluídos leigos associados à Igreja. Esses dados destacam uma prevalência desproporcionalmente alta de abusos na Igreja Católica, em comparação com outras instituições. A maioria das vítimas era de meninos pré-adolescentes de todas as classes sociais. O estudo identificou seis tipos principais de abuso: paroquial, escolar, familiar, educacional, terapêutico e profético. Além disso, a comissão destacou três mecanismos de controle utilizados pelos agressores: sacramentos, vocação e caridade.

Na segunda parte, a Comissão CIASE adotou uma abordagem metodológica abrangente e multidisciplinar. Os métodos incluíram entrevistas com vítimas, um questionário anônimo, uma pesquisa geral da população sobre violência sexual e uma análise aprofundada de arquivos civis e da Igreja. Três equipes de pesquisa lideradas por especialistas conduziram estudos sociológicos, históricos e antropológicos. Além disso, foram realizadas entrevistas com perpetradores de abusos para entender melhor suas perspectivas e justificativas.

Na terceira parte, o relatório faz várias recomendações, visando à prevenção de futuros abusos e à reparação para as vítimas. Entre as recomendações estão reconhecimento e compensação, visto que a Igreja deve reconhecer formalmente os abusos cometidos, admitir a culpa e implementar um sistema de compensação financeira gerido de forma independente; revisão de governança, mediante a qual a Igreja deve reformar sua governança para incluir mais leigos e estabelecer melhores mecanismos de controle interno; mudanças no direito canônico, de maneira a impulsionar reformas no direito canônico, que são necessárias para garantir que casos de abuso sexual sejam tratados de forma justa e transparente, alinhando-se com o direito civil; treinamento e prevenção para uma melhoria na formação de sacerdotes e membros de ordens religiosas, com ênfase em questões de sexualidade e prevenção de abusos e unidades de

escuta: estabelecimento e fortalecimento de unidades de escuta para vítimas, garantindo que tenham apoio contínuo e adequado.

O documento em questão é um objeto de análise ativa que a história deve elaborar e estruturar, funcionando não como um simples artefato que serve à memória da história, mas como um objeto a ser analisado, recortado, organizado e interpretado, segundo um sistema documental. De acordo com Foucault (2008), o documento não é apenas um vestígio passivo do passado, mas algo que a história deve trabalhar internamente, organizando e estabelecendo séries e relações para criar significados mais profundos. Dessa forma, não se trata de

'memorizar' os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (Foucault, 2008, p. 8).

Em certa medida, mesmo que nosso trabalho não seja aquele feito pelo historiador de ofício, devemos partir da premissa de que a história nova é aquela que transforma os documentos em monumentos, evidenciando uma massa de elementos que precisam ser isolados, agrupados e organizados. Assim, o monumento não é apenas um símbolo do passado, mas algo que deve ser descrito e analisado em seus próprios termos, como uma prática discursiva específica. O Relatório CIASE não é apenas um registro passivo dos abusos sexuais na Igreja Católica, mas um objeto ativo de análise que devemos interpretar, dada nossa posição de analista de discursos. Por conta disso, concebemos esse relatório como um sistema documental que foi recortado, organizado e interpretado para fazer aparecerem outros significados sobre os eventos que relata. Assim, a análise do relatório não apenas documenta os fatos, mas compreende as estruturas de poder e os discursos que permitiram que tais abusos ocorressem e fossem encobertos por tanto tempo.

Ao ser analisado historicamente, transforma-se em um monumento que representa um marco na luta contra o abuso sexual na Igreja Católica. Este monumento, no entanto, não é apenas um símbolo do passado, mas um objeto de estudo que exige ser descrito e analisado em seus próprios termos. Seguindo o mirante da nova história, tal como Foucault a entende (Foucault, 2008), esforçamo-nos para isolar, agrupar e organizar os elementos do relatório com o intuito de entender como os abusos foram permitidos e perpetuados.

Nessa direção, foi preciso que considerássemos as diferentes tipologias de abuso, os métodos de controle utilizados pelos perpetradores e as respostas institucionais ao longo do tempo. Essa organização possibilitou escavar as mudanças e as continuidades nos padrões de abuso e nas respostas da Igreja. Ainda na esteira de Foucault (2008) e tendo em vista o mirante de uma história serial, procuramos evidenciar uma massa de elementos que tiveram de ser isolados e organizados, massa essa na qual estão incluídas estatísticas de vítimas, tipificação dos abusos, respostas institucionais e recomendações para prevenção futura.

Isso posto, o Relatório CIASE exemplifica como um documento pode ser transformado em um monumento histórico que não apenas registra eventos passados, mas também requer análise para as estruturas de poder e os discursos subjacentes. Em vista disso, a tradução do documento é uma questão crucial, pois, a partir de uma perspectiva que considera a historicidade e as práticas sociais da linguagem, a tradução, em virtude de certas relações de poder, pode distorcer a interpretação dos textos originais. As nuances culturais, contextos históricos e conotações específicas de termos em francês podem não ser completamente capturadas em outras línguas, o que pode levar a mal-entendidos ou simplificações das complexidades envolvidas. Além disso, as escolhas lexicais feitas pelos tradutores podem reproduzir as relações de poder existentes, evidenciando a forma como os discursos são recebidos e compreendidos internacionalmente. De acordo com Instituto Humanistas Unisinos (2021)¹², a tradução do documento do inglês para o português considerou as nuances culturais e linguísticas presentes no documento original para “assegurar que a mensagem fosse transmitida de forma precisa e contextualizada”.

¹² O relatório CIASE foi escrito oficialmente no idioma francês e no inglês.

2 REDES DE PODER NO RELATÓRIO CIASE

Antes de adentrarmos na discussão sobre as relações de poder no referido relatório, consideramos oportuno fazer uma distinção entre os termos abusador e pedófilo, com o intuito de evidenciar as nuances e complexidades envolvidas nos casos de violência sexual cometidos por sacerdotes da Igreja Católica. Este subitem se justifica pela necessidade de evitar a generalização e simplificação do comportamento dos agressores, permitindo uma compreensão mais precisa e informada. Essa distinção é importante, pois a falta de clareza na literatura acadêmica prejudica a análise do acontecimento, resultando em abordagens de tratamento inadequadas e na homogeneização de indivíduos com motivações e características psíquicas distintas. Além disso, ao propor o uso do termo agressor sexual para descrever sacerdotes que cometeram violência sexual, tentamos promover uma compreensão ética, que respeite as diversidades e as especificidades de cada caso, evitando a perpetuação de estereótipos e preconceitos.

2.1 POSIÇÕES-SUJEITO ABUSADOR E PEDÓFILO: DISTINÇÕES NECESSÁRIAS

Ressaltamos a importância da distinção entre os termos "abusador sexual" e "pedófilo" (La Parole Libérée, 2021), partindo da questão que a falta dessa distinção na literatura acadêmica prejudica a compreensão do fenômeno, simplifica análises e abordagens de tratamento e homogeneiza, injustamente, indivíduos com motivações e características psíquicas distintas. Também propomos o uso do termo **agressor sexual** para descrever sacerdotes que cometeram violência sexual, enfatizando que tal designação permite uma compreensão mais justa e informada do problema, o que permite uma abordagem mais inclusiva e ética à diversidade humana.

A violência sexual envolvendo sacerdotes católicos é uma temática que tem sido objeto de estudo constante por vários pesquisadores brasileiros de diversas áreas científicas. Dada a visibilidade que essa prática tem alcançado nos últimos anos, tem-se observado, na literatura acadêmica, equívocos na compreensão sobre o sujeito padre, quer seja objetivado como abusador sexual, quer como pedófilo, sem distinção entre ambos os termos, sendo mobilizados em textos acadêmicos como sinônimos.

Apesar de compreendermos que tais formas de designação possam conter uma carga de violência ou violar os direitos humanos, a ausência dessa distinção, nos trabalhos sobre a temática, prejudica uma compreensão mais objetiva do fenômeno, ao mesmo tempo em que

simplifica as análises e as formas de tratamento, ao incluir, em um mesmo grupo, sujeitos com motivações e características psíquicas totalmente diferentes.

No Brasil, os trabalhos mais relevantes sobre a temática (Castela; Mendes, 2021; Marin Burocchi; Moreira, 2024 ; Silva, 2021; Rios; Assaritti; Souza, 2023) qualificam os sacerdotes católicos, envolvidos em casos de abuso, como pedófilos, o que se deve ao fato de a maioria das vítimas ser composta por crianças e adolescentes. Entretanto, quando um padre comete violência sexual, isso não significa, necessariamente, que ele se enquadre nessa parafilia, haja vista o fato de possuir uma base patológica que “pode ser definida como sendo simultaneamente uma doença, um distúrbio e um desvio sexual” (Libório; Castro, 2010, p. 25). Já o conceito de abuso sexual está fundamentado na conotação de violência, definido por Chauí (1999) como o uso da força para violar a natureza de alguém indo contra a sua espontaneidade, vontade e liberdade (coagir, constranger, torturar, brutalizar) ou uso da força no ato de transgressão contra o que uma sociedade define como justo e como um direito.

Além disso, o termo “abuso sexual” é considerado inapropriado, porque implica a existência de “um limiar do qual o comportamento sexual é permitido ou tolerado desde que uma linha não seja ultrapassada” (La Parole Libérée, 2021). Essa perspectiva pode ser problemática, porque pode minimizar ou normalizar certos comportamentos inapropriados que não chegam a ser classificados como abuso sobre uma definição estrita, mas que ainda assim podem ser danosos ou violadores.

Posto isso, estamos incentivando uma reflexão mais ampla sobre como a sociedade percebe e trata questões relacionadas à sexualidade e ao consentimento, com o argumento de que a base central da definição de abuso sexual não deve se basear apenas na ultrapassagem de um limiar, mas sim na compreensão dos aspectos de poder, consentimento e impacto psicológico nos envolvidos. Isso implica uma visão mais abrangente e sensível às nuances do que constitui comportamento sexual inapropriado ou prejudicial, uma vez que a violência não se manifesta apenas como uma forma física de agressão, mas também como poder que se expressa por meio de diferentes estruturas institucionais e práticas discursivas.

Seguindo nessa direção, a violência deve ser compreendida como uma interseção complexa de poder, controle social e opressão, uma vez que as estruturas de poder, nesse contexto, perpetuam-na de forma silenciosa e promovem formas alternativas de resistência e transformação social. Posto isso, o termo que foi adotado, ao longo desta dissertação, para referir aos sacerdotes que cometeram violência sexual é **agressor sexual**, o qual se constitui como uma parte das diversas manifestações da violência, em que todo ato ou omissão praticado

em quaisquer sujeitos, sendo capaz de causar dano físico, sexual e psicológico à vítima (Azevedo; Guerra, 1988) implica a transgressão de poder e coisificação da vítima.

Outro aspecto diz respeito ao fato de que o uso do termo pedófilo, erroneamente ou de forma generalizante, pode fazer com que a violência seja ocultada por um dispositivo jurídico, que localiza a violência apenas no crime contra a propriedade e contra a vida, e um dispositivo patológico, organizado em um conjunto de práticas, discursos, leis moldadas por uma concepção de práticas médicas e psicológicas atreladas a doenças relacionadas à sexualidade. Incluem diagnósticos e tratamentos de condições como a pedofilia. Por exemplo: os profissionais de saúde mental utilizam manuais de diagnóstico, como o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), para categorizar e tratar indivíduos com essas condições. Essas práticas são moldadas pelas concepções atuais de doenças psicológicas e, por sua vez, se manifestam nessas concepções. Logo, quando uma pesquisa usa o termo pedófilo para se referir a um perpetrador, direciona as causas das ações do sujeito em uma doença que está atrelada à perversão.

No contexto histórico, a perversão foi muito enfatizada no campo da moralidade, o qual está diretamente associado de maneira direta à religiosidade. A Igreja Católica, ao longo do tempo, construiu saberes sobre o que seria um ser perverso ligados a condutas sexuais que vão contra a moral religiosa. Os dois processos principais foram a construção de uma doutrina teológica e moral na qual comportamentos sexuais que desviam do propósito de reprodução, como a homossexualidade, o adultério, e a masturbação, foram frequentemente classificados como perversão, aberração ou pecado ligados a uma degenerescência do instinto sexual. O segundo foi a confissão, cuja prática pode ser descrita como uma “tecnologia de direcionamento de consciência, que passa a conduzir a conduta de todo cristão” (Navarro; Diniz; Pola, 2019), funcionando como meio de regulamentar a moralidade sexual dos fiéis, instituindo, dessa forma, um mecanismo de autorregulação e vigilância internos.

Os enunciados que emergiram ao longo da história sobre a perversão sexual pela Igreja Católica exemplificam como a instituição classificava certas condutas sexuais como desviantes. A Igreja considerava comportamentos sexuais que se afastavam do propósito de reprodução, como a homossexualidade, o adultério e a masturbação, como exemplos de perversões. Esses comportamentos eram frequentemente vistos como aberrações ou pecados, ligados a uma degenerescência do instinto sexual. Essa questão ilustra como as instituições religiosas podem exercer seu poder e, ao mesmo tempo, sofrerem o peso das normas sociais e culturais, e como essas normas são incorporadas em práticas, discursos e políticas institucionais. Nesse sentido, tal concepção delimita uma forma de sexualidade aceitável: a monogâmica heterossexual cis.

Em vista disso, é necessário diferenciar comportamentos sexualmente abusivos de identidades sexuais não heteronormativas. Esta classificação, inserida em um contexto de moralidade e religiosidade, gerou processos de objetivação e de subjetivação que moldaram a percepção da sexualidade. Segundo Foucault (2008), tais processos são parte de um sistema de poder-saber que regula e define normas de conduta sexual.

No entanto, é problemático e historicamente prejudicial associar padres que cometeram atos de violência sexual, como a pedofilia, à comunidade LGBTQIA+. Tal associação perpetua estereótipos e preconceitos históricos, confundindo crimes abusivos com identidades sexuais legítimas. A pedofilia, um comportamento criminoso e abusivo, difere fundamentalmente da homossexualidade, uma orientação sexual não relacionada a práticas abusivas. Ao empregar o termo “pedofilia” para descrever padres violentadores, corre-se o risco de homogeneizar injustamente esses indivíduos com membros da comunidade LGBTQIA+, que não cometeram tais crimes. Isso resulta na perpetuação de violência simbólica contra grupos minoritários que não devem ser patologizados.

Assim, a violência circula por grupos minoritários que não precisam ser patologizados, fazendo com que o aspecto moral sobressaia à questão científica:

ao rotularmos alguém de perverso, desconsideramos a singularidade do indivíduo além de esquecermos ainda que algumas práticas ditas ‘perversas’ ocorrem em um contexto de jogos eróticos com indivíduos adultos não perversos, não sendo essas práticas vivenciadas como conflituosas ou coercitivas, quer dizer, não caracterizam nem um desvio nem uma situação de abuso (Libório; Castro, 2010, p. 25).

Ao nomear alguém como “perverso”, este sujeito assume o papel de anomalia social, uma vez que a palavra está carregada de juízo de valor. O substantivo nomeia adjetivando, pois, este “verso” é verter para o caminho errado, sendo necessário questionar a forma como tal conceito é utilizado, levando em consideração os contextos e a subjetividade dos sujeitos antes de fazer enquadramentos baseados em classificações. Dessa forma, “perverso seria mais apropriado para atos que os sujeitos impõem desejos e condições pessoais a alguém que não deseja ser incluído naquele roteiro sexual” (Libório; Castro, 2010, p. 28). A tendência a enquadrar a comunidade LGBTQIA+ como “perversa”, baseada em valores religiosos e morais, é efeito de um poder-saber que se apoia em rótulos carregados de preconceitos. A utilização indiscriminada do termo “perversão” na acadêmica prejudica a percepção e a singularidade dos indivíduos, assim como marginaliza grupos minoritários que já são excluídos pela sociedade. Diante disso, a demarcação do termo **agressor sexual** para se referir aos padres que cometeram

violência sexual se faz vital para uma compreensão justa e informada dessa complexa questão, desafiando as normas impostas e permitindo uma abordagem mais inclusiva e ética à diversidade humana.

Portanto, ao analisarmos as condutas sexuais e sua classificação pela Igreja Católica, é essencial manter uma distinção mais bem delimitada entre desvios criminosos e identidades sexuais. Esta abordagem respeita a complexidade das identidades sexuais e evita a perpetuação de preconceitos e violência simbólica. Ao mesmo tempo, permite uma análise das normas e práticas institucionais que, historicamente, patologizaram certas expressões de sexualidade, dando a conhecer como esses enunciados são reforçados por estruturas de poder e saber.

2.1 REDES DE PODER NO RELATÓRIO CIASE

Apresentamos, nesta subseção, uma análise arqueogenealógica fundamentada nos conceitos de Foucault (1996, 2008, 2014) sobre discurso, poder e verdade, com o foco voltado para as práticas discursivas relacionadas à violência sexual cometida por sacerdotes católicos. Com o objetivo de analisar as formas de relação que podem ser descritas entre diferentes séries enunciativas, a partir do jogo de correlações e/ou de dominações entre elas no Relatório CIASE, destacamos a importância de se compreender o discurso não apenas como uma forma de comunicação, mas como uma prática social que está intrinsecamente ligada ao poder e à produção de conhecimento. Para tanto, foi necessário pôr em suspenso a noção de continuidade linear do saber científico, o que nos levou a um questionamento sobre as dinâmicas de poder em exercício nas instituições de conhecimento e como as relações de poder configuram vontades de verdade sobre o abuso sexual na Igreja. Usamos a analogia da forma geométrica do triângulo para conceitualizar a inter-relação entre conceitos-chave poder, saber e verdade e, com isso, exploramos como é instaurado o abuso sexual em sua condição de objeto entre os domínios discursivos de sexualidade, religião e ciência, enfatizando a ausência de hierarquia entre eles e como essa interação determina a compreensão da violência sexual na Igreja Católica.

A concepção de discurso é o fio condutor de uma das múltiplas tramas históricas questionadas por Michel Foucault, conceituando-o como prática social e historicamente determinada que constitui sujeitos e objetos (Foucault, 2008), envolvendo regras e normas para a produção de enunciados nas diferentes relações sociais. Tais regras determinam quem pode falar, o que se pode falar e como falar. As práticas discursivas constroem saberes e formam exclusão de regimes de verdades que fogem à ordem estabelecida, por isso, é necessário

“analisar o discurso em suas condições, seu jogo e seus efeitos” (Foucault, 1996, p. 60). Logo, optamos por lidar com o discurso em sua condição de desordem e exercício de poder, exercício de análise esse que se estabelece no amálgama da arqueologia com a genealogia, formando o método arqueogenealógico de análise de discursos.

A visada arqueológica detém-se no trabalho de escavar as regras e estruturas subjacentes aos discursos históricos, enquanto a genealogia volta-se para o modo como, nos discursos, o poder se exerce sobre os corpos dos sujeitos. Juntas, tais visadas teórico-metodológicas permitem que se depreenda as relações estabelecidas entre o poder, o conhecimento e a produção de verdades em dada sociedade.

A aposta que fazemos neste método pode nos auxiliar na compreensão sobre como as noções de verdade circunscrevem e determinam a produção de conhecimento e o exercício do poder em torno do abuso sexual, cometido por sacerdotes católicos, para que outras características, como a desconstrução de discursos dominantes e a submersão das estratégias de poder subjacentes, possam aparecer como segregação do poder sacramental, controle institucional e uso da autoridade religiosa, abuso espiritual e distorção do carisma e padronização do abuso em diferentes contextos. Isso envolve questionar o discurso, que é uma ferramenta que determina a percepção das coisas no mundo, dando a conhecer quais as relações de poder que estão em jogo no uso que dele é feito.

Para tal empreendimento e considerando o contexto deste estudo, a análise das práticas discursivas que permeiam a vontade de verdade em documentos científicos sobre abuso sexual envolvendo sacerdotes requer alguns procedimentos de ordem da historicidade inerente à toda e qualquer produção discursiva. Um deles, como requer Foucault (2008), é suspender a unidade da tradição, visto se caracterizar como a crença em uma continuidade linear e estável do conhecimento, o que pode ser especialmente problemático, quando se trata do saber científico produzido em instituições de conhecimento. Isso ocorre porque a noção de tradição sugere que o conhecimento científico é válido apenas por estar enraizado em instituições de renome, como as universidades, e que segue uma trajetória unificada e coesa de progresso.

No entanto, Foucault (2018) argumenta que o conhecimento científico não é imune às dinâmicas de poder. As instituições acadêmicas e científicas, por vezes, moldam e regulam o discurso científico, de acordo com suas próprias agendas e interesses. Essa regulamentação compõe a produção do conhecimento e a criação de verdades pelas instituições. Portanto, a análise arqueogenealógica, proposta por Foucault, exige que questionemos essa suposta continuidade e estabilidade do conhecimento científico.

Ao suspender a unidade da tradição, somos incentivados a examinar como as práticas discursivas nas instituições do conhecimento podem ser moldadas pelo poder, com o emprego de um conjunto de práticas dominantes para a produção de conhecimento e a construção das verdades científicas. Tal questão é importante no contexto do estudo de documentos científicos sobre abuso sexual envolvendo sacerdotes, sobre os quais o poder institucional da Igreja e da Academia permitem significativamente a compreensão e a validação desse conhecimento. Portanto, ao questionar a continuidade linear da tradição, podemos analisar as relações entre poder e saber/conhecimento nesse campo específico.

Do ponto de vista teórico adotado, o poder não é visto como algo somente repressivo, pelo contrário, “o que faz com que o poder se mantenha como aceite é simplesmente que não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Maia, 1995, p. 86). Dessa forma, não se trata de examinar se existe um tipo de poder que age de forma exterior à ciência, mas quais efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos presentes no Relatório CIASE, produzindo regimes de verdade no interior de discursos que não são nem verdadeiros nem falsos, mas regidos por uma vontade de verdade. Ao considerar o discurso científico em um sistema educacional, observamos como esse campo é ensinado, entendido e valorizado nas instituições de ensino. Não se trata apenas da transmissão de conhecimento, mas também sobre a manutenção e a modificação do poder. O conhecimento científico, como qualquer outro campo de saber, está imbricado em relações de poder e dominação, e o sistema educacional desempenha um papel crucial na formação de como esse poder é exercido e perpetuado. Uma vez que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1996, p. 44). Assim, no contexto desta dissertação, entendemos a verdade como “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (Foucault, 2018, p. 53). Logo, a verdade é construída em determinados contextos sociais e históricos específicos e está intrinsecamente ligada às estruturas de poder, pois,

o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; não são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (Foucault, 2018, p. 284).

Tendo em vista a análise discursiva aqui empreendida, seguimos nessa linha argumentativa, recuperando um aspecto importante da teoria do poder, qual seja: o de ser constituído por microrrelações, e isso nos motiva a deslocar o foco do poder das macroestruturas para as microestruturas, ou seja, as práticas cotidianas e locais, como “uma rede de relações de forças por toda a sociedade, relações que são caracterizadas por resistência e que interagem mediante táticas locais e estratégias maiores” (Taylor, 2018, p. 25). **Tal capilaridade se infiltra em todos os níveis da vida social, manifestando relações de poder que são dinâmicas e não unidimensionais. Isso possibilita formas específicas de ser e de conhecer, produz processos de normalização, em que certos comportamentos e dizeres são considerados normais em relação a outros.**

Para o que vamos expor, a seguir, sobre os domínios discursivos, retomamos o conceito de rizoma, de Deleuze e Guattari (1995). Os autores enfatizam a conexão e a heterogeneidade sem um ponto de entrada ou hierarquia definida. No nosso entendimento, movimento similar pode ser percebido quando lançamos as lentes foucaultianas aos domínios discursivos presentes no Relatório CIASE. Esses domínios discursivos, assim como um rizoma, manifestam propriedades que permitem uma infiltração capilar em todos os níveis da vida social, com relações de poder que são dinâmicas e não unidimensionais. **Esta natureza rizomática dos domínios discursivos possibilita formas específicas de ser e de conhecer, assim como produz processos de normalização, em que certos comportamentos e discursos são considerados normais, em relação a outros.**

Ao adotar uma abordagem rizomática, este estudo explora como os mecanismos de poder se entrecruzam e se sobrepõem nas microrrelações, em dado domínio discursivo específico, e de que forma emprega um conjunto de relações entre campos que contribuem para a formação da verdade sobre abusos sexuais. O entrelaçamento rizomático é a multiplicidade e a complexidade dos assuntos abordados no relatório, permitindo uma análise não linear que valoriza a diversidade de perspectivas e a inter-relação entre os diferentes temas tratados. Assim, o estudo dos domínios discursivos mostra como o poder reverbera e se manifesta continuamente, na forma como os eventos são interpretados e tratados dentro e fora da instituição eclesial.

Nessa perspectiva, com o intuito de analisar os diversos mecanismos de poder que se entrecruzam e se sobrepõem nas microrrelações que ocorrem em um domínio discursivo específico, no contexto desta pesquisa, são abrangidos campos que interagem para a formação da verdade em um relatório sobre violência sexual envolvendo membros do clero, uma vez que este documento não está concertado em uma única estrutura, mas sim em um conjunto

emaranhado de feixes sem início ou fim, distribuídos em múltiplos níveis do discurso. A partir da compreensão de que o poder opera em um domínio discursivo multifacetado, no contexto deste estudo, o poder reverbera nos seguintes domínios discursivos.

- a) **O discurso do poder institucional:** interlaçado pelo campo religioso (poder institucional da Igreja Católica) e o campo científico (poder discursivo de uma comissão científica organizada de forma independente chefiada pelo vice-presidente do conselho do Estado Francês). Tal domínio inclui a maneira como essas instituições mantêm e justificavam suas práticas e crenças para a formação da verdade sobre as questões de abuso sexual.
- b) **Discurso legal e jurídico:** devido ao fato do Relatório CIASE abordar as questões de abuso sexual, ele se insere no discurso legal jurídico, domínio esse que investiga como o crime é definido, processado e penalizado no sistema legal, bem como as interações entre a lei secular e a lei canônica.
- c) **Verdade e ética:** a vontade de verdade se relaciona com a maneira como as sociedades estabelecem e validam o que é considerado verdadeiro. No relatório, existe um tópico destinado às mudanças de concepção social, ao longo do tempo, e ao reconhecimento de casos de abuso sexual na Igreja Católica¹³.
- d) **Discurso da saúde mental e da psicologia:** tal discurso abarca as vítimas, bem como os violentadores sexuais, envolvendo considerações de saúde mental e bem-estar psicológico¹⁴. O Relatório CIASE abrange como o trauma e a violência sexual são entendidos, tratados e discutidos nesse campo, pois esse domínio discursivo de saber é que subjetiva ambos os sujeitos.
- e) **Discurso de gênero e sexualidade:** o abuso sexual por sacerdotes está inserido no domínio discursivo de gênero e sexualidade, especialmente considerando como a Igreja Católica aborda questões de sexualidade e o papel que gênero e sexualidade desempenham no contexto das violências relatadas.

Esses domínios discursivos estão interligados e auxiliam na compreensão complexa do fenômeno do abuso sexual na Igreja Católica no contexto do Relatório CIASE. Nesse sentido,

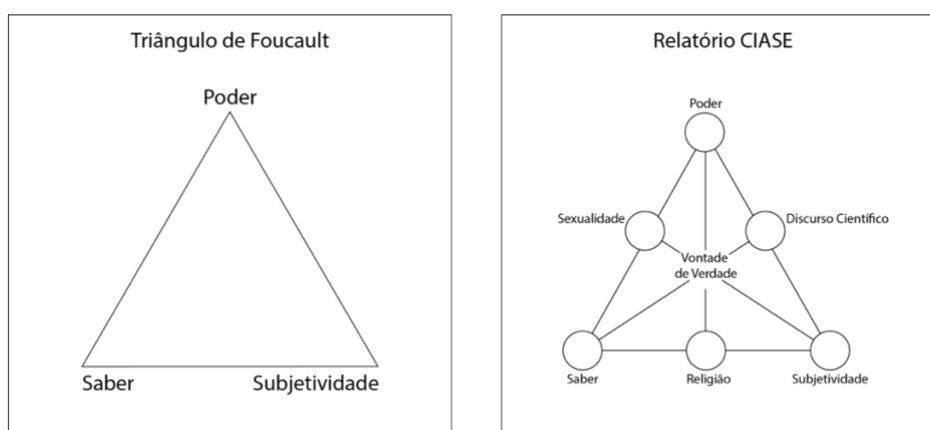
¹³ O tópico verdade e ética é abordado de forma detalhada no capítulo em que é mobilizada a Formação discursiva: formação dos objetos.

¹⁴ Vale lembrar que, embora o referido domínio contemple discursos das vítimas, dado o recorte desta pesquisa, não nos detivemos no mecanismo da confissão que neles se manifesta, pois isso nos levaria a tratar de aspectos concernentes ao dizer verdadeiro na relação com a subjetividade dos que sofreram agressão. Tais tópicos teóricos não foram contemplados por nós.

estabelecendo complexas ações que os perfazem, as quais são transportadas para a periferia do triângulo imanentes à esfera na qual operam.

Diante disso, a imagem 02, que foi criada por meio de software de design gráfico, compara o poder com a figura de um triângulo, a partir do contexto da pesquisa, observando o arranjo complexo de forças dessas interações, suas constâncias e, logo, a situação estratégica dentro dos vários domínios discursivos:

Imagem 02 - Analogia entre o Triângulo de Foucault e o material de análise



Fonte: Elaborada pela autora.

A proposta desta analogia é a de servir como um mapa conceitual da dissertação, sendo que cada lado do triângulo simboliza a conexão e o impacto mútuo entre seus vértices, indicando que mudanças em um domínio podem afetar os outros. Por exemplo, a compreensão sobre a sexualidade pode ser afetada pelos discursos religiosos e ambos podem ser reconfigurados pelo discurso científico. Tal exemplo clarifica o caráter produtor do poder, de modo que o saber acerca da sexualidade seria o efeito final do poder.

Nesse vértice, no Relatório CIASE, encontramos os discursos relacionados à expressão da sexualidade humana, padrões de comportamento sexual e como a sexualidade é enquadrada e compreendida no cenário dos abusos sexuais cometidos por sacerdotes. Este vértice analisa a forma como a sexualidade é discutida publicamente, como é regulada por normas sociais e religiosas e do poder institucional da Igreja Católica.

No vértice da religião, verificamos o papel da Igreja Católica como uma poderosa formadora dos discursos sobre sexualidade e moralidade. Ainda nele, podemos ver como esses saberes são afetados pela instituição religiosa em sua busca por manter uma determinada vontade de verdade. Nesse contexto, a "vontade de verdade" da Igreja pode tentar definir o que é aceitável e verdadeiro em relação à sexualidade e ao comportamento dos seus sacerdotes.

Na parte do discurso científico, averiguamos as dinâmicas de poder entre as explicações, as normas religiosas, a investigação e a validação científica sobre a temática da sexualidade voltada para os domínios discursivos da psicologia, da medicina e do direito. Isso inclui como as alegações de abuso sexual são entendidas e tratadas na Igreja Católica e como são examinadas e relatadas por iniciativas científicas independentes, como o Relatório da CIASE. Esse vértice examina as tensões e interações entre a autoridade religiosa e o rigor científico, na busca pela verdade sobre os abusos sexuais, ressaltando como cada um constrói diferentes versões da vontade de verdade.

No centro, está a vontade de verdade. Esse fenômeno nos dá a conhecer como dada produção social é institucionalmente legitimada para falar sobre as lutas discursivas envolvendo o que é considerado verdadeiro no que concerne ao abuso sexual na Igreja e como essas verdades são estabelecidas, contestadas e mantidas tanto pela ciência quanto pela religião.

O triângulo equilátero continua a representar a ausência de hierarquia, indicando que os discursos de sexualidade, religião e ciência, bem como a vontade de verdade têm igual importância na análise. Cada lado do triângulo simboliza as conexões entre esses conceitos: como a compreensão científica da sexualidade pode desafiar ou confirmar as normas religiosas, e como ambos moldam e são moldados pela vontade de verdade na sociedade. As interações entre esses vértices mostram um campo de poder discursivo dinâmico, em que diferentes formas de saber interagem para formar a realidade social e individual em torno do abuso sexual cometido no interior da Igreja Católica.

Ao escavar os discursos sobre a temática da violência sexual perpetrados por membros da Igreja Católica, tal análise dá a conhecer o exercício do poder, permitindo uma imersão nas camadas que formam a realidade social e os mecanismos de poder que a permeiam. No cerne dessa analítica, sexualidade, religião, discurso científico e vontade de verdade emergem não só como temas de estudo, mas como forças atuantes que definem e redefinem, continuamente, os contornos da verdade.

A analogia com o triângulo, desprovido de hierarquia, simboliza a dinâmica não linear e distribuída do poder, que não se origina de um ponto fixo, mas circula e se manifesta por meio de uma rede de relações discursivas, em que cada vértice dialoga com o outro, estabelecendo uma cartografia das verdades negociadas e vividas. Ao final, certas vontades de verdade dão um direcionamento e não outro ao que foi dito.

Do ponto de vista da abordagem rizomática, a análise dessa seção nos permitiu observar que os domínios discursivos, semelhantes a um rizoma, permitem uma infiltração capilar em todos os níveis da vida social. Esta natureza rizomática possibilita formas específicas de ser e

de conhecimento e produz processos de normalização, em que certos comportamentos e discursos são considerados normais em relação a outros. Nessa perspectiva, com o intuito de analisar os diversos mecanismos de poder que se entrecruzam e se sobrepõem nas microrrelações que ocorrem em um domínio discursivo específico, no contexto desta pesquisa, são abrangidos campos que coexistem para a formação de uma vontade de verdade, uma vez que o material de análise não está centrado em uma única estrutura, mas sim em um conjunto emaranhado de feixes sem início ou fim distribuídos em múltiplos níveis do discurso.

Dando continuidade ao objetivo específico de analisar as formas de relação que podem ser descritas entre diferentes séries enunciativas, a partir do jogo de correlações e/ou de dominações entre elas no Relatório CIASE, no subtópico a seguir, analisamos como os dados do Relatório CIASE foram coletados, as metodologias usadas e como esses métodos formaram o objeto abuso sexual, por meio de estruturas de poder existentes. Examinamos, também, como as escolhas sobre quais dados incluir ou excluir podem configurar o discurso dominante do relatório. Ao abordar esses aspectos, conseguimos desenvolver uma compreensão de como os dados no relatório são coletados e apresentados, não apenas como um exercício técnico, mas como um fenômeno profundamente enraizado nas dinâmicas de poder e saber. Esse movimento nos chama atenção não apenas para o que é dito no relatório, mas também para o que é deixado de fora, e, por quais razões, tal ação está implicada nas relações complexas entre conhecimento, poder e verdade.

2.2 A COLETA DE DADOS NA SUA RELAÇÃO COM OS REGIMES DE VERDADE E AS DINÂMICAS DE PODER NO RELATÓRIO CIASE

Na seção anterior, exploramos as múltiplas dimensões em que o poder se manifesta nos domínios discursivos do Relatório CIASE. Neste momento, para dar continuidade à nossa percepção de que as relações de poder configuram a produção de conhecimento e de verdades em uma sociedade, por meio da prática judiciária do inquérito, examinamos como as metodologias de coleta de dados e as escolhas metodológicas estão intrinsecamente ligadas a estruturas de poder e como essas escolhas organizam um determinado regime de verdade. Especificamente, essa análise buscou entender como os processos de coleta de dados reforçam certos regimes de verdade e exclusões discursivas no contexto da violência sexual na Igreja Católica. Ao fazer isso, analisamos as dinâmicas de poder que determinam quais informações são consideradas válidas, quais são ignoradas ou marginalizadas, e como essas decisões determinam a compreensão pública e institucional do abuso sexual. Isso inclui questionar as

supostas objetividade e neutralidade da ciência, bem como destacar as consequências sociais e éticas dessas práticas metodológicas.

Os regimes de verdades são mecanismos e práticas sociais que produzem e validam o que é aceito como verdade em uma sociedade (Foucault, 1998), incluindo as práticas judiciárias que deram início às formas racionais de produção da verdade, particularmente por meio do inquérito, que são mantidas, contemporaneamente, nos grandes centros institucionais de produção de conhecimento. De acordo com Foucault (2002), esse método não só emergiu como uma técnica jurídica, mas também se tornou a base para verdades científicas e filosóficas:

Pois o que chamamos de inquérito (enquête)- inquérito tal como é e como foi praticado pelos filósofos de século XV ao século XVIII, é também por cientistas, fossem eles geógrafos, botânicos, zoólogos, economistas - é uma forma bem característica da verdade em nossas sociedades. Ora, onde encontramos a origem do inquérito? Nós a encontramos em uma prática política e administrativa de que irei falar-lhes, mas a encontramos também em prática judiciária. E foi no meio da Idade Média que o inquérito apareceu como forma de pesquisa da verdade no interior da ordem jurídica. Foi para saber exatamente quem fez o quê, em que condições e em que momento, que o Ocidente elaborou as complexas técnicas do inquérito que puderam, em seguida, ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica (Foucault, 2002, p. 11).

O inquérito emerge de uma prática judiciária; tornou-se uma técnica na busca pela verdade em vários domínios do saber, desde o direito até as ciências naturais e sociais. De acordo com Foucault (2002), essa prática foi, inicialmente, concebida para resolver questões específicas, por exemplo: quem fez o quê, em que condições e em que momento? Esse tipo de investigação detalhada possibilitava um método rigoroso de apuração dos fatos, o que era crucial para o processo judicial. Essa metodologia migrou do contexto jurídico para as práticas científicas e filosóficas. Isso aconteceu porque o inquérito provou ser uma maneira eficaz de estabelecer fatos e verdades estruturadas e replicáveis, aspectos essenciais para o desenvolvimento do conhecimento racional e científico na Modernidade.

Ao ser adaptado para o uso nas ciências, o inquérito ajudou a formular uma abordagem sistemática para a investigação que é característica das práticas científicas e filosóficas: coletar dados, analisar informações, formular hipóteses e testar essas hipóteses de maneira controlada e objetiva. O inquérito não é apenas um meio neutro de coleta e análise de dados, mas uma prática que está embutida em relações de poder. A escolha de adotar o inquérito como a forma dominante de busca pela verdade está ligada ao seu poder de definir o que é considerado conhecimento válido e quem é autorizado a produzi-lo. Assim, o conhecimento advém de

práticas discursivas que envolvem relações de saber-poder, que é também uma construção social que serve a interesses específicos, em dado contexto de poder.

No contexto do Relatório CIASE, o inquérito ilustra como certas metodologias de coleta de dados são selecionadas e legitimadas, muitas vezes perpetuando as estruturas de poder existentes. Entre os mecanismos de interdição do discurso, podemos destacar a “interdição” e a “exclusão” como formas principais de regulação. De acordo com Foucault (1996), a primeira refere-se às regras e às normas que determinam o que pode ser dito, quem pode dizer e em que circunstâncias como direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: “Temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar”(Foucault, 1996, p. 8), nem todos têm o direito de falar sobre qualquer assunto, a capacidade de falar está muitas vezes ligada à posição social ou ao papel institucional do sujeito. Por exemplo, a escolha de quem é entrevistado, que perguntas são feitas e quais informações são destacadas ou omitidas no relatório reforçam as normas e o poder institucional que o documento possui. A segunda é a interdição, haja vista o discurso ser um objeto e um meio de poder. As interdições e exclusões mostram como o discurso está ligado ao desejo e ao poder, pois, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 1996, p. 8). No Relatório CIASE, observamos como as metodologias de coleta de dados foram cuidadosamente selecionadas e legitimadas pela Comissão, muitas vezes perpetuando as estruturas de poder existentes na Igreja Católica. A interdição e a exclusão destacam-se como principais mecanismos de regulação do discurso.

No que diz respeito à primeira interdição, consideramos, para efeitos da análise empreendida, que tem a ver com as regras e as normas que determinam quem pode falar sobre os abusos sexuais, em que circunstâncias e com que autoridade. A capacidade de falar sobre o tema era, durante muito tempo, um direito exclusivo dos membros de alto escalão da Igreja, que tinham o poder de moldar e controlar a narrativa oficial. Por exemplo, a ocultação de abusos e a proteção dos **agressores** configuram como a Igreja estabelecia quem podia discutir o problema e sob quais condições, restringindo o discurso às suas lideranças, ao mesmo tempo em que marginalizava as vozes das vítimas. Esse controle é o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.

Sobre a segunda interdição, que diz respeito ao discurso como um objeto e meio de poder, somos levados a considerar que, no relatório, as práticas de exclusão podem ser analisadas quando os relatos das vítimas foram sistematicamente suprimidos ou ignorados pela

instituição. As interdições e exclusões mostram como o controle do discurso está intrinsecamente ligado ao desejo e ao poder da Igreja. As barreiras para as vítimas falarem, a minimização dos abusos e a insistência no silêncio está ligada ao discurso com o desejo de manter o *status quo* e o poder institucional da Igreja. O relatório da CIASE, portanto, não apenas documenta os abusos, mas também expõe as estruturas de poder e os mecanismos de controle do discurso que permitiram que tais abusos ocorressem e fossem encobertos por décadas.

O documento descreve a utilização de diversas abordagens metodológicas, incluindo questionários on-line, entrevistas e uma vasta pesquisa com a população geral, que foi coordenada por uma equipe do Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (Inserm)¹⁶, sob a direção de Nathalie Bajos. A escolha dessas metodologias foi validada por instituições acadêmicas reconhecidas, como o INSERM, a École Pratique des Hautes Études (EPHE)¹⁷ e a Fondation Maison des Sciences de L'homme (FMSH)¹⁸. Essa abordagem, validada institucionalmente, prepara o terreno para um exame mais detalhado dos pressupostos que subjazem à coleta e à interpretação dos dados.

Ao utilizar métodos como questionários on-line e entrevistas, há um pressuposto implícito de que esses métodos podem capturar com precisão as experiências e percepções das vítimas de abuso sexual. É uma visão de que respostas autorrelatadas são um meio válido para coletar dados sobre temas delicados, como o abuso sexual, supondo que os participantes estejam dispostos e sejam capazes de compartilhar experiências pessoais traumáticas. Isso permite evidenciar um regime de verdade específico na pesquisa acadêmica e nas investigações sobre abuso, em que se assume que métodos quantitativos e qualitativos tradicionais podem capturar com precisão as experiências subjetivas das vítimas. Este regime de verdade é sustentado pela crença na objetividade e na capacidade dessas ferramentas metodológicas para acessar verdades sobre experiências humanas complexas e, muitas vezes, traumáticas. A aceitação de certas formas de coleta de dados como objetivas e válidas é, em parte, um produto dessas construções institucionais. No contexto do abuso sexual, as respostas autorrelatadas são tratadas como fontes confiáveis de informação, o que pode ter implicações significativas nas decisões judiciais e nas políticas públicas. Essas formas de coleta de dados não só estabelecem o entendimento

¹⁶ Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica da França: organização pública dedicada à pesquisa médica e de saúde, operando sob a supervisão dos Ministérios Franceses da Saúde e da Pesquisa. O Inserm desempenha um papel central na promoção do desenvolvimento científico na área da saúde e medicina na França. A instituição está envolvida em todas as áreas da saúde, desde pesquisa biomédica até saúde pública.

¹⁷ Prestigiada instituição de ensino superior e de pesquisa na França, fundada em 1868. A EPHE faz parte do sistema universitário francês e é conhecida por sua abordagem interdisciplinar.

¹⁸ Instituição francesa dedicada ao fomento das ciências sociais. A FMSH tem como objetivo apoiar a pesquisa em ciências sociais e facilitar a cooperação entre cientistas sociais franceses e internacionais.

legal e social do abuso sexual, mas também as medidas de responsabilização e reparação disponíveis para as vítimas. Este entendimento nos leva a questionar como as escolhas metodológicas podem, simultaneamente, iluminar e ocultar certas realidades no texto do relatório.

Essas escolhas metodológicas e exclusões não apenas objetivam as relações de poder no relatório, mas também legitimam certos saberes sobre o abuso sexual, enquanto podem marginalizar ou silenciar outras vozes e interpretações. Isso é fundamental para que possamos entender como o poder opera através da produção de conhecimento, destacando quem é autorizado a falar e quais histórias são consideradas dignas de serem contadas, como podemos observar nas SE a seguir:

SE 1 – Origens e validação das metodologias

"Um apelo a testemunhos como base de um estudo sociodemográfico liderado por uma equipe do Inserm." p. 19.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 2 – Relações de poder nas escolhas metodológicas:

"Esta pesquisa foi baseada em cinco tipos de material de fonte de fontes diferentes: Documentos Arquivísticos, Testemunhos de Vítimas, Relatórios Médicos e Psicológicos, Documenta o Legal e Judicial e M dia e Relatórios Públicos." p. 93.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 3 – Efeitos das escolhas metodológicas no relatório:

"A equipe da EPHE contou com a assistência das autoridades da Igreja para encontrar pessoas que pudessem ser entrevistadas." p. 52.

Fonte: Sauvé (2021).

As SE 1 e 3 evidenciam uma intera o direta entre a equipe de pesquisa e as autoridades da Igreja, definindo quem   selecionado para ser entrevistado e quais histórias são contadas ou destacadas. A dependência das autoridades da Igreja para acessar entrevistados resulta em efeitos de poder mais favoráveis   institui o ou menos crítica de suas falhas, refletindo como as estruturas de poder podem moldar o conhecimento produzido. Essa escolha metodológica pode limitar a representa o de perspectivas críticas ou marginalizadas na comunidade afetada. Este contexto define a maneira de dependência e destaca a importância de investigar mais profundamente as implica es dessas escolhas metodológicas.

Na SE1 ocorre a valida o desta metodologia por uma equipe renomada do Inserm, o que garante uma legitimidade institucional, mas também levanta questões sobre como as normas institucionais condicionam a aceita o de certos métodos como válidos ou confiáveis, possivelmente   custa de outras formas de evidência que podem ser marginalizadas, como: 1) relatos pessoais an malos, como testemunhos ou relatos pessoais que não se enquadram nos

discursos predominantes; 2) evidências qualitativas com métodos que coletam dados mais subjetivos e informações conflitantes ou controversas; e 3) dados que desafiam ou complicam a história aprovada ou que sugerem culpabilidade institucional podem ser ignorados ou minimizados, especialmente se contrariarem os interesses das entidades poderosas envolvidas, como a própria Igreja.

No entanto, o reconhecimento e a validação dessa metodologia por uma instituição como o Inserm também impõem certos padrões científicos, tais como: objetividade, replicabilidade, validade e confiabilidade, ética e revisão por pares. Tais padrões podem direcionar a forma de coleta dos testemunhos, de interpretação deles e, também, apresentação dos dados. Além disso, a presença de uma instituição acadêmica prestigiada como validadora pode tanto conferir credibilidade quanto impor limitações epistemológicas, favorecendo abordagens que se alinham com o discurso acadêmico dominante. Essa situação sublinha a necessidade de uma reflexão crítica sobre como os padrões e as validações acadêmicas interfere não apenas na coleta, mas também na interpretação dos dados.

Na SE 2, a diversidade de materiais utilizados para a pesquisa mostra uma tentativa de abrangência e multidisciplinaridade, porém a maneira como esses diferentes tipos de dados são integrados estabelece as hierarquias de credibilidade e poder. Documentos legais e médicos, por exemplo, geralmente são vistos como mais "objetivos" e confiáveis do que testemunhos pessoais, o que dá a conhecer o exercício do poder no relatório para favorecer interpretações mais institucionalizadas do abuso. O controle do discurso se dá não apenas pelo que pode ser dito, mas também pela forma como certos tipos de discurso são privilegiados sobre outros. Documentos legais e médicos são, frequentemente, vistos como mais credíveis, porque são produzidos dentro de instituições que detêm poder e autoridade. Essa hierarquização subordina outras formas de discurso, como testemunhos pessoais, que são considerados menos objetivos e, portanto, menos confiáveis, "em nossa sociedade, a vontade de verdade se apoia sobre uma base institucional: ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um denso conjunto de práticas" (Foucault, 1996, p. 17). Assim, certos tipos de discurso são privilegiados sobre outros, devido à vontade de verdade que governa nossa sociedade. A vontade de verdade determina quais discursos são aceitos como verdadeiros, reforçando a autoridade de certas instituições.

Dessa forma, a verdade é produzida em regimes de poder específicos e sustentada por práticas sociais que determinam o que é considerado conhecimento válido (Foucault, 2002). No caso do Relatório CIASE, a escolha das metodologias e dos dados coletados coaduna-se com "sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras" (Foucault, 2008 p. 47) as diferentes técnicas de pesquisa, como

objetos do discurso da ciência por estruturas institucionais e hierarquias de poder que privilegiam certas formas de evidência sobre outras. Por exemplo, as fontes expostas, anteriormente são, frequentemente, valorizadas em detrimento de relatos pessoais, devido à sua percepção de objetividade. No entanto, essa percepção é em si uma construção social que favorece tipos de conhecimento que podem ser facilmente codificados, controlados e utilizados por instituições dominantes. Essa hierarquia nos tipos de evidência também se assemelha às estruturas de poder acadêmico e legal e se relaciona com o que é considerado conhecimento legítimo. Essa escolha metodológica, portanto, não apenas determina o tipo de informação coletada, mas também como essa informação é valorizada e interpretada no contexto mais amplo da pesquisa. Portanto, o conhecimento e a verdade emergem como invenções dentro de um sistema de práticas sociais que definem, legitimam e perpetuam certos regimes de verdade, enquanto marginalizam ou excluem outros. Ao questionarmos a suposta objetividade e neutralidade da ciência, como no caso do Relatório CIASE, também questionamos quem tem o poder de definir a verdade e quais histórias são consideradas dignas de serem contadas, levando-nos a explorar mais a fundo as implicações dessas estruturas de poder na SE3.

Na SE3, a colaboração com autoridades da Igreja para identificar entrevistados é uma escolha metodológica que pode introduzir um viés significativo na coleta de dados. Enquanto essa colaboração pode facilitar o acesso a informações e indivíduos que, de outra forma, poderiam ser inacessíveis, também pode limitar o espectro de enunciados coletados para aquelas que são sancionadas ou, pelo menos, não fortemente opostas à Igreja. Isso pode resultar em um discurso que minimiza críticas à instituição ou que omite perspectivas de indivíduos que se sentem alienados ou traídos por ela. Assim, o status das autoridades eclesiais na seleção de entrevistados determina quais histórias são amplificadas e quais são silenciadas, impactando diretamente a forma como o abuso sexual é representado e entendido no relatório final. Esta correlação entre metodologia adotada e exercício de poder não só destaca as limitações da pesquisa, mas também prepara o terreno para uma análise das implicações dessa colaboração, como veremos a seguir.

A metodologia empregada contribui para práticas discursivas que reconhecem a extensão e a gravidade do abuso sexual na Igreja Católica potencialmente alinhando-se com uma agenda de maior responsabilização. As entrevistas e os questionários ajudam a formar um saber de experiência vivida, não apenas de estatísticas, incorporando vozes individuais no discurso maior sobre o abuso sexual na Igreja. A escolha dos dados coletados e a forma como são apresentados no relatório CIASE deram suporte para a emergência de enunciados voltados para as respostas institucionais aos abusos sexuais. Tal discurso possui múltiplas agendas, tanto

internas quanto externas à Igreja Católica. Internamente, promove uma reflexão crítica e a necessidade de mudança dentro da própria Igreja. Externamente, maquina a opinião pública e as autoridades civis a pressionarem por maior justiça para as vítimas de abusos sexuais. Ao fazer isso, o relatório não apenas documenta uma crise, mas também atua como um catalisador para o debate público e a reforma institucional, como está expresso nas SE a seguir:

SE 4 – Jogos de poder/saber em agendas específicas:

"Os resultados das entrevistas foram amplamente divulgados nos meios de comunicação, gerando um grande debate público sobre a responsabilidade da Igreja e as medidas necessárias para prevenir futuros abusos. Essa divulgação não apenas aumentou a conscientização sobre a extensão dos abusos sexuais dentro da Igreja Católica, mas também colocou uma pressão significativa sobre as autoridades eclesásticas para responderem e implementarem mudanças significativas. A cobertura midiática ajudou a moldar a percepção pública e a agir como um catalisador para o debate e ação política, enfatizando a necessidade de reformas dentro da Igreja para proteger melhor as vítimas e prevenir futuros incidentes." p. 112.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 5 – Produ o de um discurso específico:

"A análise dos documentos arquivísticos revelou uma história de ina o e, em alguns casos, de encobrimento por parte de figuras de autoridade ecles stica, o que ajudou a formar a narrativa de uma 'cultura de silêncio' dentro da Igreja." p. 77.

Fonte: Sauvé (2021).

A SE4 destaca como a divulga o dos resultados, por meio da m dia, contribuiu para a emergência de um discurso que pressiona por responsabilidade e mudança para demarcar rela es de poder produzidas tanto na opinião pública quanto nas políticas internas da Igreja. Uma das estratégias utilizadas nessa sequência   valer-se de determinadas palavras que sinalizam para o modo como essa divulga o produziu uma série de eventos correlacionados. Assim, "amplamente", "debate", "conscientiza o", "pressão" e "a o política" nos permitem uma descri o enunciativa do efeito de poder que, por meio do relatório,   exercido sobre a vontade de verdade da institui o católica. Em outros termos, a maneira como as informa es são apresentadas e divulgadas tem um impacto direto na forma como a sociedade percebe a institui o e nas a es que dela se esperam em resposta.

O conjunto de práticas discursivas analisadas remete às respostas institucionais aos abusos, mas elas também podem ser caracterizadas como multifacetadas, pois visam abordar tanto a extensão e a natureza dos abusos sexuais na Igreja Católica quanto as respostas institucionais a esses abusos. Dessa forma, temos como elementos principais: a extensão e o impacto do abuso sexual voltam-se para a prevalência significativa de abusos perpetrados por clérigos, destacando não apenas a frequência desses abusos, mas também as consequências para as vítimas e o profundo impacto traumático nas vítimas. Isso inclui detalhes sobre como os

abusos foram cometidos, quem foram os perpetradores e as consequências de longo prazo para as vítimas; cultura de silêncio e encobrimento, por meio da qual os casos de abuso foram sistematicamente ocultados ou ignorados por figuras de autoridade; responsabilidade e falhas institucionais e um chamado por reforma e medidas mais rigorosas de proteção à infância e à prevenção de abusos. Esse amplo escopo de questões destacadas pela mídia serve como um ponto de inflexão para uma análise mais na SE5.

Ao mesmo tempo em que observamos a produção de uma vontade de verdade pautada na cultura do silêncio, na SE5, a seleção de documentos alerta para o que é qualificado como “inação” e “encobrimento”. A escolha lexical de “revelou”, dado ao seu recobrimento semântico, sinaliza para algo que precisou ser muito bem pesquisado, analisado e interpretado, sendo, pois, um elemento que contribui para desestabilizar essa mesma verdade, porque critica fortemente a Igreja. Isso pode apoiar agendas externas que demandam reformas estruturais dentro da instituição. Além desse efeito, um relatório que revela algo expõe o acúmulo de práticas históricas que tentaram encobrir aquilo que não deveria vir à luz. Em certa medida, contribuiu para posicionar o sujeito coletivo que assina o documento como aquele que fala de um lugar onde a verdade está e de uma posição de que é apto para revelá-la. Eis, pois, o jogo de poder-saber que se estabelece.

O que estamos querendo dizer, com base na arqueogenealogia foucaultiana, é que essa forma de se contrapor à dominação eclesiástica permite aludir a um “campo associado” e a um “efeito de acúmulo” (Foucault, 2008) que tem a ver com o modo como as relações são caracterizadas pelo controle exercido pelas autoridades eclesiásticas, que determinam quais informações são divulgadas ou ocultadas para proteger a imagem da instituição. Escavar essa camada enunciativa, possibilitada pelas SE, é uma forma de dar visibilidade aos efeitos de poder que não apenas suprimem a verdade para manter enunciados controlados, mas também direcionam as formas jurídicas praticadas pela Igreja. As normas teológicas e doutrinárias estabelecidas pelos regimes de verdade da Igreja definem o que é reconhecido como verdadeiro, legitimando certas verdades, enquanto marginalizam outras, o que pode levar a respostas inadequadas ou à inação diante de relatos de abuso.

O controle discursivo é ainda mais evidente na SE5, haja vista que a produção de uma vontade de verdade é pautada na cultura do silêncio. A Igreja Católica, ao longo dos anos, tem sido acusada de encobrir casos de abuso sexual para proteger sua reputação. Esta cultura do silêncio é um exemplo de como o poder institucional pode suprimir verdades inconvenientes. Assim, o Relatório CIASE, ao evidenciar a inação e o encobrimento por parte da Igreja, desestabiliza essa cultura do silêncio. Tais mecanismos exercia controle entre as relações Igreja

versus vítima, protegendo sua imagem, enquanto marginaliza as vozes das vítimas. Esse controle institucionalizado do discurso evidencia relações de poder subjacentes e a luta constante para definir e controlar a verdade.

O desafio a essas práticas jurídicas eclesiais pelo Relatório CIASE sugere uma necessidade crítica de reforma que alinhe as respostas institucionais com as expectativas éticas e legais da sociedade mais ampla. Ao expor as falhas na resposta ao abuso e a persistente cultura de silêncio, o relatório destaca a urgência de mudanças significativas dentro da Igreja, mas também serve como um catalisador para o debate público e a ação política. Essa exposição e crítica das estruturas de poder visam transformar a maneira como a Igreja aborda questões de abuso sexual, com o objetivo de promover uma maior responsabilidade.

Tendo em vista as SE analisadas, retomamos a abordagem rizomática para observar a existência ou não de pontos de conexão. Podemos perceber a interconexão entre diferentes domínios e práticas metodológicas que moldam a produção do conhecimento e a sua relação com a verdade. Esta seção cumpre a missão de evidenciar como as práticas judiciárias do inquérito não só persistem como formas racionais de produção de verdade nos grandes centros institucionais de conhecimento, mas também como são imbricadas em relações de poder que determinam o que é considerado conhecimento válido. Por meio da análise rizomática, vemos como diferentes aspectos do Relatório CIASE, desde a seleção de metodologias até as interações com as autoridades da Igreja, são pontos de conexão que designam uma rede complexa de saber e poder, os quais demonstram como o relatório não apenas documenta incidentes de abuso sexual, mas também participa ativamente nas práticas discursivas que podem tanto iluminar quanto ocultar aspectos da verdade. As escolhas metodológicas, ao serem legitimadas por instituições acadêmicas renomadas, não só conferem autoridade ao relatório, mas também perpetuam certas visões de mundo e excluem outras.

Em síntese, nessa seção, analisamos como as estruturas de poder moldam a produção de conhecimento e a formação de verdades no relatório CIASE. Examinamos como as metodologias de coleta de dados, por meio do inquérito, estão intrinsecamente ligadas ao poder e como essas escolhas metodológicas afetam o relatório. Discutimos a emergência do inquérito como uma prática judicial que transita para o domínio científico, enfatizando como essa técnica não só busca verdades, mas também está imbricada em relações de poder sobre o que é considerado conhecimento válido.

Na próxima seção, abordamos a verdade como um evento de poder, objetivando investigar em que medida são questionadas as estruturas de poder que perpetuam injustiças e como se fomenta o que podemos chamar de política de responsabilidade e apoio mútuo. Ao

trazer à tona os abusos, o relatório valida as vozes das vítimas, permitindo que seus relatos sejam conhecidos e encoraja o desafio às estruturas de poder vigentes, destacando a necessidade de transformar as relações de poder dentro da instituição para criar uma comunidade mais equitativa e segura. Tais vozes, como já tivemos a oportunidade de esclarecer, não são analisadas em termos de enunciados confessionais, tarefa essa que nos levaria a extrair deles a relação entre uma coragem da verdade e a produção de subjetividades, nos termos analisados por Foucault (2006). Antes, dado o recorte que fizemos, elas integram as estratégias argumentativas de produção de uma vontade verdade que o CIASE almeja alcançar.

2.3 VERDADE COMO UM EVENTO DE PODER NO RELATÓRIO CIASE

Vimos, na seção anterior, como as escolhas metodológicas no Relatório CIASE, determinadas por estruturas de poder, condicionam os modos de dizer extraídos dos episódios de relatos sobre abusos sexuais, cometidos por clérigos católicos, destacando o papel do inquérito na configuração do conhecimento e da verdade. Neste momento, damos continuidade à nossa percepção de que o relatório foi elaborado por sujeitos legitimados e que existe uma coletividade que promove o movimento de não permitir que a imposição do silêncio sobre os abusos sexuais se mantenha, impedindo que os casos venham à tona.

Para dar visibilidade a elementos característicos do campo discursivo jurídico que forcem a quebra do silêncio, principalmente por meio da confrontação de verdades ou ignoradas pelas estruturas de poder, dedicamo-nos a extrair enunciados que discursivizam a ideia de que são empregadas técnicas de poder, mediante as quais os resultados das entrevistas sobre abusos sexuais na Igreja Católica foram amplamente divulgados pela mídia, gerando tanto o debate público e a pressão sobre as autoridades eclesiais (SE4) quanto a produção de um discurso específico (SE5), em que a análise dos documentos arquivísticos contribui para desafiar e quebrar o silêncio sobre questões que são veladas ou não discutidas abertamente na sociedade.

Assim, o exame sobre como as relações e os mecanismos de poder atuantes na percepção e no tratamento do abuso sexual são enunciados no Relatório CIASE exigiu que mobilizássemos certos elementos identificadores das formas jurídicas que contribuem para o rompimento do silêncio, principalmente por meio da revelação e da confrontação de verdades escondidas ou ignoradas pelas estruturas de poder. De acordo com Foucault (2002), uma das maneiras pelas quais o silêncio pode ser rompido ocorre por meio da técnica do símbolo usado na Antiga Grécia, em que se quebrava um objeto e se distribuía seus pedaços, como forma de atestar a autenticidade de uma mensagem ou de uma ordem de poder. Esta técnica possui

mecanismos de uso político, religioso e jurídico de dividir e distribuir o poder para validar a verdade, por meio da reunião dos fragmentos para reafirmar a continuidade e a autenticidade do poder:

um instrumento de poder, de exercício de poder que permite a alguém que detém um segredo ou um poder quebrar em duas partes um objeto qualquer, de cerâmica etc., guardar uma das partes e confiar a outra parte a alguém que deve levar a mensagem ou atestar sua autenticidade. É pelo ajustamento destas duas metades que se poderá reconhecer a autenticidade da mensagem, isto é, a continuidade do poder que se exerce. O poder se manifesta, completa seu ciclo, mantém sua unidade graças a este jogo de pequenos fragmentos, separados uns dos outros, de um mesmo conjunto, de um único objeto, cuja configuração geral é a forma manifesta do poder (Foucault, 2002, p. 38).

O processo de dividir e reunir as partes do objeto é a maneira pela qual o poder é dispersado e, depois, reconectado para formar um todo coerente. Isso destaca a natureza fragmentada, mas interconectada do poder e como ele é sustentado por meio da circulação e do reconhecimento de verdades autenticadas em um sistema social. Esta técnica não apenas estabelece a veracidade e a confiança, mas também dá a conhecer a forma como o poder é exercido e mantido nas sociedades.

O Relatório CIASE, ao investigar e documentar casos de abuso sexual cometidos na Igreja Católica, exemplifica tal prática de quebrar o silêncio imposto por estruturas de poder, neste caso, a própria Igreja. Essa prática não apenas desafia o silenciamento, mas também redefine as relações de poder, ao iluminar as vozes das vítimas e legitimar seus testemunhos, por meio de uma instituição científica.

O processo de elaboração envolve a participação de sujeitos legitimados pela ciência e, em alguns casos, ligados à própria Igreja. Essa legitimação é fundamental para que o relato das vítimas seja elevado ao *status* de verdade científica, e isso permite que certas verdades sejam enunciadas em dado sistema de poder específico.

As nuances de compilar e publicar o relatório ressoam como traços de resistência ao silêncio imposto pela Igreja Católica, incluindo um chamamento para a participação ativa, a solidariedade e o apoio mútuo. Pela nossa análise, ao invés de desobedecer a uma lei não escrita da Igreja que proíbe a divulgação de abusos, os autores do relatório estão desafiando um regime de verdade que a Igreja tentou manter. A tentativa de impor silêncio sobre os abusos não é uma lei codificada, mas uma norma informal que regula o que pode ser dito e conhecido dentro da instituição, os abusos que foram cometidos, incentivando à contestação contra as estruturas de poder responsáveis por tais injustiças, como enunciado nas SE a seguir:

SE 6 – Desafio às estruturas de poder responsáveis pelas injustiças

"É necessário um processo de verdade e reparação, que remonta às gestões anteriores aos anos 2000, particularmente em relação à confidencialidade e negligência das vítimas" p. 60.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 7 – Participa o ativa

"  imprescindível que Unidades de Escuta não ofereçam apenas serviços de recep o e escuta, mas também construam diretórios de profissionais locais para direcionar adequadamente as vítimas, promovendo uma rede de apoio." p. 37.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 8 – Solidariedade e apoio mútuo

"São discutidos no contexto da justiça restaurativa, com o relatório explorando vias para dar   justiça uma dimensão plenamente restaurativa, envolvendo o reconhecimento mútuo e a preven o da violência futura." p. 295.

Fonte: Sauvé (2021).

A insistência do relatório na necessidade de a Igreja adotar um processo de verdade e repara o demonstra a legitima o de diferentes a o es e estratégias que visam enfrentar e remediar injustiças, particularmente em contextos nos quais abusos foram perpetrados e silenciados. "  necessário", constante na SE6, d a a dimensão da legitimidade dos que assinam o relatório, visto que seus sujeitos não dão conselhos ou orienta o es, antes se posicionam claramente sobre o quanto "um processo de verdade e repara o"   da ordem de uma necessidade social. Portanto, enuncia-se a necessidade de confrontar e revisar as práticas passadas, especificamente as políticas de confidencialidade e as abordagens de negligência para com as vítimas.

Ao propor um processo de verdade e repara o que remonta a gest o es anteriores, neste segmento, imp o-se uma urgente revisão crítica e potencial reestrutura o de práticas institucionais que permitiram ou ignoraram injustiças. Um desafio direto às estruturas de poder existentes, questionando e buscando reformar as políticas que falharam em proteger as vítimas e em tratar suas experiências com a seriedade devida. A crítica   confidencialidade e   negligência das vítimas   iniciativa que direciona para que se adote um compromisso com a justiça e a  tica, sobrepondo-se   obediência cega   autoridade.

Já na SE 7, o sujeito enunciador enfatiza a importância da participa o ativa na reforma das estruturas de apoio dentro da Igreja, e o faz, de início, valendo-se de outro expediente linguístico que projeta sobre o que se enuncia uma obrigatoriedade. No caso, "  imprescindível que" estende seu valor semântico para o que se segue, estabelecendo, assim, prescri o es, como a constru o de "diretórios de profissionais locais para direcionar adequadamente as vítimas,

promovendo uma rede de apoio”. Trata-se, a nosso ver, de uma ancoragem linguística para o exercício do poder, mediante um saber técnico, expresso na sequência enunciativa, bem como a materialização da vontade de verdade que se produz.

Nesse sentido, a recomendação para a criação de tais unidades de escuta destaca a necessidade de envolvimento ativo e responsável na formação do espaço público e da vida comunitária. A participação ativa é vista, aqui, como uma maneira de contribuir para a criação de uma rede de apoio eficaz, que é fundamental para a justiça e o bem-estar das vítimas. A sugestão de construir diretórios de profissionais locais indica uma abordagem que vai além da recepção passiva e busca envolver ativamente as vítimas no processo de cura, garantindo que elas recebam suporte contínuo e especializado.

Já na SE 8, o documento analisa como a justiça pode ser transformada para se ter uma dimensão restaurativa, o que requer práticas que fortaleçam as conexões comunitárias e promovam o apoio coletivo para que se possa desafiar as estruturas opressivas. O uso dos verbos “explorando” e “envolvendo” e a presença do substantivo “prevenção”, em relação à violência, dão suporte linguístico ao processo discursivo de produção da verdade no Relatório, na medida em que sinalizam para uma ação que deve estar em constante movimento, mais ainda deflagram a ausência de políticas de cuidado que deveriam ter sido instaladas há muito tempo pela instituição religiosa. Se tal prática fosse algo concreto, não haveria o porquê de se enunciar do modo como foi feito.

As SE se relacionam entre si por meio de um tema central: a busca pela transformação das estruturas de poder e práticas na Igreja Católica em resposta aos abusos sexuais, enfatizando a importância das práticas de liberdade, como desobediência civil, participação ativa, e solidariedade e apoio mútuo, desafiando o autoritarismo e promovendo uma cultura de responsabilidade e cuidado mútuo. Elas constroem um discurso coerente que apela à ação ética, à responsabilidade coletiva e a uma reconfiguração das relações de poder na referida instituição.

Na técnica do símbolo, o objeto quebrado representa a fragmentação do conhecimento ou poder, com cada parte guardada por diferentes detentores. No caso do Relatório CIASE, a fragmentação pode ser vista na dispersão dos relatos de abuso que, quando isolados, podem ser ignorados ou desacreditados pela Igreja. A comissão, ao coletar e reunir esses testemunhos, funciona como a reunião das partes do símbolo, reforçando a autenticidade e a força coletiva dessas verdades, e essa legitimação passa por três processos: 1) validação e autenticidade: ocorre por meio da reunião das partes do objeto quebrado, validando a mensagem ou ordem em questão. A nosso ver, a compilação dos testemunhos no Relatório CIASE valida as experiências das vítimas. Essa validação desafia o campo associado controlado pela Igreja, que tende a

minimizar ou encobrir os abusos, impondo silêncio sobre as vítimas; 2) resistência ao poder estabelecido: a técnica do símbolo também representa um método de resistência, permitindo que uma verdade alternativa ou uma ordem seja autenticada fora dos canais oficiais de poder. Da mesma forma, o Relatório CIASE oferece um canal para que as verdades das vítimas sejam expressas e reconhecidas oficialmente; e 3) processo de reunir as partes do símbolo: enuncia a mensagem completa, que pode ser vista como uma prática discursiva, na qual outros discursos, antes não enunciados, passaram a sê-lo. O Relatório CIASE realiza um papel similar ao discursivizar os abusos, fornecendo uma plataforma para que as histórias ocultas sejam discutidas publicamente.

Tendo em vista as SE analisadas, retomamos a abordagem rizomática para observar a existência ou não de pontos de conexão. Nessa direção, podemos considerar que o relatório CIASE destaca uma rede complexa de conexões e interações que desafiam a estrutura tradicionalmente hierárquica da Igreja Católica. Diferentes pontos de estratégias e de ações, como o processo de verdade e reparação, a participação ativa e a justiça restaurativa convergem para reconfigurar o discurso e as práticas da instituição, promovendo uma cultura de responsabilidade e apoio.

Essas SE, ao serem analisadas sob uma perspectiva rizomática, não representam meramente ações isoladas, mas são parte de uma rede interativa de discursos e práticas que visam dismantlar as antigas estruturas de poder e silenciamento da Igreja. Podem sinalizar para uma possível transformação no discurso institucional, pelo fato de não só contestar o autoritarismo, mas também promover uma nova cultura de efeito de transparência, responsabilidade e cuidado mútuo. Além disso, o relatório CIASE, como um todo, pode ser visto como um símbolo reconstruído que, ao reunir fragmentos dispersos de testemunhos e evidências, forma relações de poder coerentes e poderosas que desafiam o discurso controlado anteriormente pela Igreja. Este processo de reunir fragmentos não apenas valida as experiências das vítimas, mas também estabelece um novo discurso de poder que é autenticado fora dos canais tradicionais de autoridade eclesiástica. Como, por exemplo, a quebra do silêncio de vítimas e testemunhas falarem abertamente sobre os abusos sexuais, contrariando a cultura do silêncio e negação mantida pela Igreja. Ao trazer esses assuntos à luz, os indivíduos desafiam diretamente as normas institucionais que buscam ocultar ou minimizar tais incidentes.

Exploramos como, no relatório, o uso da analogia do símbolo pode destacar como as estratégias de validação e autenticação de verdades, mesmo que antigas e simbólicas, têm aplicações em contextos modernos de justiça social e reforma institucional. No caso do Relatório CIASE, o poder dos testemunhos coletivos e a importância de estruturas

independentes na revisão e no desafio às relações de poder estabelecidas por instituições poderosas como a Igreja Católica. A ação de compilar e validar esses testemunhos é um passo crucial na luta contra o abuso e na promoção de responsabilidade nas organizações que historicamente foram marcadas por estruturas opressivas de poder

2.5 RELAÇÕES DE PODER E FORMAÇÃO DE CONHECIMENTO NO RELATÓRIO CIASE

Nesta seção, realizamos uma análise sequencial dos enunciados do relatório, traçando como as relações de poder são articuladas e manifestadas ao longo do texto. Analisamos os processos de formação de poder-saber relacionados à violência sexual por sacerdotes na Igreja Católica, destacando a intersecção entre discurso, conhecimento e poder no contexto do relatório (CIASE). Argumentamos que o saber não é um mero acúmulo de fatos, mas um processo intimamente ligado ao poder, que molda, limita e confere autoridade ao conhecimento.

Neste cenário, o Relatório CIASE traz à luz uma cultura de silenciamento dos abusos sexuais ocultada pela Igreja, apresentando um sistema de saber institucionalizado que priorizava a proteção da instituição, por meio da transferência de padres acusados, mantendo, assim, o abuso em segredo. Contudo, o relatório também simboliza um ponto de virada ao legitimar as vozes das vítimas e inverter o discurso dominante, que, anteriormente, minimizava ou ocultava a violência. Além disso, destacamos a utilização da teologia, saber religioso que legitima e justifica práticas discursivas para explicar a agressão, enfatizando a violência sexual como um abuso de poder na esfera sexual.

Respaldados em Foucault (1996), analisamos que existem dois procedimentos que operam no contexto religioso: o comentário e a doutrina. Em relação ao primeiro, haveria um “desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha dois papéis que são solidários. Por um lado, permite construir (e indefinidamente) novos discursos” (Foucault, 1996, p. 24). No contexto religioso, textos sagrados, como a Bíblia, o Alcorão, a Torá, entre outros, ocupam um lugar central. Esses textos são continuamente comentados, interpretados e reinterpretados por autoridades religiosas. O comentário religioso mantém esses textos vivos e relevantes, ao mesmo tempo em que impõe limites sobre como eles podem ser interpretados. Esses textos são considerados fontes inesgotáveis de verdade, cuja interpretação correta legitima as práticas e crenças da comunidade religiosa.

Em relação à doutrina, esta seria um conjunto de ensinamentos e de práticas que são aceitos e seguidos pelos membros de uma religião. De acordo com Foucault (1996, p. 42), “a

doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los”, definindo o que é ortodoxo e o que é heresia, já que estabelece um conjunto de verdades que devem ser aceitas e utilizadas para justificar as práticas religiosas. A doutrina também liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe outros, reforçando a coesão e a identidade do grupo religioso. Ao desafiar o *modus operandi* da Igreja e promover responsabilização, o documento contesta a autoridade social da instituição e muda o foco para as vítimas, reconhecendo seu sofrimento e as falhas sistêmicas que permitiram a continuidade da violência praticada.

Com essa análise relativa à ordem discursiva eclesiástica, podemos evidenciar como os discursos em circulação na Igreja sobre sexualidade e autoridade espiritual contribuíram para justificar ou ocultar a violência sexual, ao mesmo tempo em que apontam para práticas de liberdade que emergem como formas de resistência e reconfiguração das relações de poder-saber e da resistência coletiva no contexto do enfrentamento do abuso sexual na Igreja Católica. O saber está atrelado, diretamente, com o discurso, porque ele forma, limita e dá poder para o conhecimento. A partir dessa afirmativa, o saber não é entendido como um produto, como uma coletânea de fatos ou informações, mas sim um processo que é ligado intrinsecamente ao poder que o levou a ser internalizado e institucionalizado.

A produção de um discurso específico, com ênfase na vontade de verdade de justiça pela integração de múltiplas fontes de dados, delinea o conhecimento, o que significa que “não são simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996, p. 10). Portanto, os saberes que formam determinado domínio discursivo tornam-se o meio pelo qual o poder é exercido.

No contexto do Relatório CIASE, há duas superfícies de poder-saber que se chocam, a primeira, no capítulo intitulado “Desvelando o conhecimento oculto”, em que os autores constatam que a Igreja possuía um sistema de saber institucionalizado para lidar com as denúncias: um conjunto de práticas, discursos e relações de poder que resultava na transferência de padres acusados de abuso sexual para outras localidades. Tal ação era o método preferencial dos bispos para lidar com o problema, o qual podemos chamar, de certa forma, de *modus operandi*, assegurando que a violência sexual cometida pelos sacerdotes permanecesse em segredo. Esse sistema de saber institucionalizado na Igreja não apenas delimitou práticas específicas para lidar com as denúncias, mas também determinou a percepção e o tratamento do abuso sexual no contexto eclesiástico, que prioriza a proteção da instituição, em detrimento das vítimas.

Em contrapartida, em qualquer sistema de poder e saber, existem discursos que resistem, contestam e invertem as vozes dominantes. O poder-saber não apenas restringe e controla, mas também cria a possibilidade de resistência e de práticas de liberdade. O Relatório CIASE representa um ponto de virada significativo nesse contexto, pois traz à tona as histórias das vítimas e legitima seus testemunhos, investindo-se contra o discurso dominante. Anteriormente, o saber era controlado pela instituição da Igreja, que, muitas vezes, escondia ou relativizava o abuso. Com a publicação do relatório, ocorre uma inversão: a atenção se desloca das ações das vítimas para as ações da instituição, transferindo "o peso do escândalo das vítimas, cuja palavra agora é legitimada e despojada de culpa, para a instituição que abrigava e até encobria a violência" (CIASE, 2020, p. 214). Além disso, o documento desafia o *modus operandi* existente, ao mudar a direção e dar voz às vítimas, reconhecendo seu sofrimento e as falhas sistêmicas que permitiram que o abuso continuasse, pois questiona a autoridade da Igreja; incentivando a responsabilização e contrastando com a cultura de segredo e proteção dos abusadores, que prevalecia anteriormente. Tal confronto entre instituições, de um lado, o religioso e, do outro, o científico, expõe como os discursos dominantes exercem certo controle sobre o conhecimento, assim como outras possibilidades de significação podem desafiar e transformar essas estruturas existentes. Os discursos da Igreja sobre a sexualidade e a autoridade espiritual formaram um tipo de saber que, em alguns casos, justificou ou ocultou os atos de violência sexual, como mostrado nas SE a seguir:

SE 9 – Definição de abuso sexual como abuso de poder

“O relatório esclarece que o abuso sexual é um abuso de poder manifestado na esfera sexual. Isso é descrito como uma apreensão de poder por meio da sexualidade e enfatiza que o limite ultrapassado no abuso sexual é, em primeiro lugar, o do poder conferido a um indivíduo pela sociedade ou por uma instituição - neste caso, pela Igreja aos seus representantes oficiais.” p. 200

Fonte: Sauvé (2021).

SE 10 – Uso da teologia para justificar o abuso

“O relatório detalha como a teologia foi usada para justificar atos de violência sexual, com agressores apresentando o abuso como parte integrante do processo espiritual. Esse aspecto sublinha a dimensão adicional da violência cometida dentro da Igreja Católica, onde o abuso sempre cont m uma justificacão transcendente, conectando o ato abusivo a Deus do lado do abusador, e causando devastac o tanto física quanto espiritual para a vítima.” p. 203

Fonte: Sauvé (2021).

O sujeito coletivo que assina o relatório, ao sumir a posi o de sujeito legitimado para esclarecer (SE 9) e detalhar (SE 10), expõe que os discursos produzidos pela Igreja sobre sexualidade e autoridade espiritual formam um tipo de saber que, em certos casos, justifica ou oculta a violência sexual.

Na SE 9, isso fica expresso no uso de um vocabulário específico para definir o abuso sexual como um abuso de poder, emergido na esfera sexual. A expressão "O relatório esclarece que" estabelece uma ancoragem linguística que confere autoridade a esse enunciador, visto que atribui seriedade ao tema tratado. A construção "é descrito como uma apreensão de poder por meio da sexualidade" segue caracterizando a ação e sua gravidade. A ênfase dada ao crime, como "o limite ultrapassado no abuso sexual é, em primeiro lugar, o do poder conferido a um indivíduo pela sociedade ou por uma instituição," é outra ancoragem para que a posição de sujeito enunciador se manifeste sobre a relação entre poder institucional e abuso. Esse uso estratégico de vocabulário e de estruturas frasais complexas figura como um elemento importante da espessura material da SE, por meio da qual se exerce o embate entre a instituição religiosa e a comissão, visto que esta insiste no fato de que o abuso é uma violação de confiança e da autoridade conferida. A especificação dos agentes dessa violência, em "pela Igreja aos seus representantes oficiais", sublinha a responsabilidade da instituição e a extensão do abuso.

Na SE 10, a teologia é instrumentalizada para justificar a violência sexual, fato que é deflagrado no relatório, quando mostra que um dado conjunto de normas e formas de ler o campo religioso, reunido em torno do sintagma "a teologia" foi usado "para justificar atos de violência sexual", como se os fins justificassem os meios. O destaque evidencia as relações de poder do discurso religioso para legitimar atos abusivos. A passagem "com agressores apresentando o abuso como parte integrante do processo espiritual" especifica a estratégia dos agressores, utilizando conectivos como "com", para ligar ideias e mostrar a relação entre teologia e abuso. O sujeito enunciador sublinha "a dimensão adicional da violência cometida dentro da Igreja Católica," destacando a justificação transcendente do abuso, "o abuso sempre contém uma justificação transcendente". O uso de tais expedientes linguísticos e relações frasais reforça, a nosso ver, como a continuidade e a sistematicidade do abuso justificado pela teologia era algo naturalizado.

No relatório, a violência sexual é caracterizada como um abuso de poder evidenciado no domínio sexual, enfatizando a relação entre poder conferido institucionalmente e a exploração da autoridade do sujeito religioso em contextos abusivos. Tais saberes são atravessados por discursos predominantes na Igreja, especialmente aqueles relacionados à sexualidade e à autoridade espiritual, uma vez que a fala do sacerdote possui status de legitimação, fato esse que nos leva ao entendimento de Foucault, para quem o discurso

Não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala... não são

dissociáveis do personagem, definido por status, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte (Foucault, 2008, p. 57).

Os sacerdotes têm um papel especial que lhe foi atribuído pelo seu conhecimento, treinamento e posição. O poder de "conjurar o sofrimento e a morte" é uma questão de autoridade social e cultural conferida ao padre, que possui o poder da palavra de proferir sobre quem irá para o céu. O poder e o saber da prática religiosa, habilidade do padre de fazer a homilia, bem como a confissão, não são vistos, apenas, como uma consequência de seu conhecimento técnico, mas também de sua posição autorizada na sociedade. Tal "atribuição de posições subjetivas oferecem diferentes possibilidades para o exercício do poder" (Taylor, 2018, p. 81). Isso ressalta a ideia de que o conhecimento pastoral é mais do que simplesmente factual, mas também uma forma de poder social.

Os discursos são mais do que meras representações de lutas ou sistemas de dominação; eles são os meios pelos quais o poder é exercido e disputado. Além disso, de acordo com SE 10, a teologia foi utilizada para legitimar atos de abuso, apresentando a violência sexual como parte integrante do processo espiritual. Tal análise dá a conhecer que o poder é exercido por meio do discurso religioso, colocando o abuso como algo transcendente e justificável. Essa intersecção entre saber, poder e discurso demonstra como as estruturas e práticas da Igreja eram usadas para perpetuar práticas prejudiciais, sob o manto da autoridade e da fé.

A análise rizomática do texto sobre o Relatório CIASE permite explorar as complexas interações entre saber, poder e discurso no contexto dos abusos sexuais na Igreja Católica. Este relatório, ao desvelar conhecimentos ocultos e legitimar as vozes das vítimas não apenas desafia as instituições dominantes, mas também redesenha as relações de poder dentro da própria instituição. O documento conecta diversas superfícies de poder-saber, evidenciando um sistema institucionalizado que escondia abusos sob o pretexto de proteger a instituição. Este sistema, fundamentado em práticas e discursos que priorizavam a imagem da Igreja em detrimento da justiça para com as vítimas, caracteriza uma estrutura arborescente de poder: centralizada, hierárquica e com uma única direção de fluxo, que é proteger a instituição a todo custo. Contrapondo-se a isso, o Relatório CIASE atua como um rizoma, desestabilizando esta estrutura, ao introduzir múltiplas linhas de fuga, em especial, os relatos das histórias das vítimas, que não seguem um padrão hierárquico ou linear, mas emergem de pontos diversos, desafiando a autoridade centralizada da Igreja. Ao fazer isso, ele não apenas expõe as falhas da Igreja, mas também incentiva novos discursos de efeito de transparência, responsabilização e justiça.

Como já exposto, a utilização da teologia para justificar a agressão sexual (SE 9) é um mecanismo de como o poder atua, devido ao *status* conferido aos sacerdotes. É justamente por isso que o relatório destaca a ação do poder, não apenas por meio de práticas administrativas ou clericais, mas também através do discurso teológico. A vontade de verdade que aqui se manifesta se dá pelo direcionamento que é feito do saber religioso em relação ao fato de que o abuso sexual é visto como uma extensão do poder espiritual do **agressor sexual**. Essa interseção de saber, poder e violência sexual, esclarecida pelo relatório, estrutura uma dinâmica rizomática, em que o saber não é apenas transmitido verticalmente, mas é contestado e reconfigurado horizontalmente, através de novos enunciados que desafiam possíveis justificativas de ordem teológica, por exemplo.

Assim, constatamos que o Relatório CIASE, ao explorar os abusos sexuais na Igreja Católica, expõe um sistema institucionalizado que escondia esses abusos para proteger a imagem da instituição. O CIASE opera, dessa forma, como um rizoma, por desestabilizar a estrutura hierárquica da Igreja e introduzir múltiplas linhas de fuga através das vozes das vítimas. Essa série enunciativa, pelo fato de dar voz às vítimas, expondo discurso dominante que, antes, minimizava ou ocultava o abuso, possibilita depreender a temática das respostas institucionais aos abusos sexuais. O relatório muda o foco da culpabilização das vítimas para a falha institucional, incentivando práticas de efeito de transparência e responsabilização. Através dessa abordagem, o relatório não apenas expõe as falhas e práticas anteriores, como também redefine as relações de poder dentro da Igreja, desafiando o uso da teologia para justificar abusos e promovendo um discurso que valoriza a justiça e a dignidade das vítimas, transformando fundamentalmente o saber e o poder no contexto eclesialístico.

3 REGRAS DE FORMAÇÃO DISCURSIVA E ELEMENTOS DA GOVERNAMENTALIDADE NA GESTÃO DA CONDUTA DE SI E DO OUTRO

No capítulo anterior, fizemos uma reflexão analítica sobre como as práticas jurídicas podem enunciar a verdade, com ênfase para o embate entre as vontades de verdade já referidas. Para dar continuidade à análise proposta, desde a Introdução desta dissertação, o capítulo a seguir aborda como estabelecemos regularidades no Relatório CIASE entre os enunciados, partindo das regras de formação dos objetos de discurso, o que nos levou a mobilizar, novamente, aspectos da arqueogenealogia, para a investigação de como o objeto de conhecimento, abuso sexual, é formado em domínios discursivos específicos, neste caso, os campos eclesiástico, jurídico e científico.

A violência sexual cometida por sacerdotes católicos ainda é considerada um tabu, quando a temática passa a ser assunto na esfera pública. Quando toma proporções mundiais e é considerada um fenômeno sistêmico, uma das coisas que se espera é que a instituição venha a público para se sensibilizar com as vítimas e não para proteger os **agressores**. Tal fato parece ser plausível, entretanto, isso não aconteceu com a instituição Católica, tanto é que foi necessário que uma comissão independente fosse construída para analisar o que estava acontecendo na igreja.

O Relatório CIASE é uma resposta direta ao longo silêncio que cercava a violência sexual cometida dentro dos muros da Igreja Católica. Principalmente por padres, diáconos e membros de ordens religiosas. Este silêncio não era apenas dos perpetradores e da instituição que encobriam os crimes, mas também representava a ausência de voz das vítimas que, por muitos anos, ficaram sem um meio seguro e legitimado para falar sobre suas experiências e procurar justiça. A necessidade de romper esse silêncio levou à criação de organizações de apoio, à publicação de livros, à produção de filmes e ao renovado interesse da mídia pelo assunto, culminando, dessa forma, na produção do referido relatório.

A análise que segue nesta última parte da pesquisa ampara-se em elementos que orbitam em torno do conceito de formação discursiva (FD), não para dele extrair todas as suas especificidades, mas que tivéssemos um aparato metodológico capaz de lidar com as regras de formação do objeto em questão. Com esse propósito, a FD foi, parcialmente, explorada com o propósito de salientarmos aspectos discursivos das regras e das condições que delimitam o que pode ser dito em um domínio de conhecimento específico. Com vistas a analisar os processos de vontade de verdade que formam o objeto de poder-saber sobre o abuso sexual envolvendo sacerdotes da Igreja Católica, conforme investigado no Relatório CIASE, o conceito nos

permitiu compreender como certos discursos sobre a violência em pauta são produzidos, legitimados e mantidos, em um campo de discurso específico da Igreja Católica e pela sociedade, em geral.

Segundo Foucault, uma FD se define

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 2008, p. 43).

Conjunto de regras e condições que determinam o que pode ser dito em um determinado domínio de conhecimento, em um certo período (Foucault, 2008). Uma FD é o que define os limites e as possibilidades do discurso, estabelecendo o que é considerado verdadeiro, relevante e racional em uma área específica do saber. Navarro (2020) complementa que, na FD, é destacada a importância das condições históricas e sociais na produção de discursos e na constituição de saberes. Em uma análise discursiva, é necessário “fazer uma descrição dos acontecimentos discursivos com objetivo de buscar as unidades que aí se formam” (Foucault, 2008, p. 30). Navarro (2020) complementa que, ao abordar as formações discursivas, os pesquisadores devem se concentrar na dispersão e na regularidade dos discursos, analisando como determinados objetos, sujeitos e conceitos são formados, transformados e operacionalizados nas práticas discursivas específicas. Isso implica um deslocamento da atenção dos conteúdos expressos para as condições e regras que possibilitam a emergência e a circulação de discursos, em diferentes contextos sociais, econômicos e institucionais.

Para tanto, é necessário,

inicialmente demarcar as superfícies primeiras de sua emergência: mostrar onde podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que, segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber a qualificação de doença, alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose, degenerescência etc. Essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso (Foucault, 2008, p. 48).

É importante identificar os contextos iniciais nos quais as diferenças individuais começam a ser notadas e classificadas, segundo padrões de racionalização e teorias específicas. Foucault (2008) afirma que essa compreensão permite analisar os mecanismos de poder e estruturas de conhecimento que definem o que é considerado normal ou anormal, saudável ou

doentio, postulado esse que auxilia na compreensão de como os objetos são construídos social e historicamente, o modo como a vontade de verdade é construída em práticas médicas, políticas sociais e na organização da sociedade. Logo, as superfícies de emergência do discurso variam de acordo com as sociedades, épocas e formas de discurso.

No primeiro caso, os acontecimentos discursivos que levaram à criação do Relatório CIASE são multifacetados, indicando haver uma combinação complexa de fatores sociais, legais e institucionais que culminaram na necessidade de abordar a violência sexual na Igreja Católica. Além disso, sua criação foi impulsionada por uma série de demandas relacionadas tanto ao efeito de transparência quanto à violência sexual na Igreja Católica, que ganham destaque na mídia e na opinião pública de vários países. No contexto do relatório, a ação determinada das vítimas dessa violência foi crucial para a formação da comissão. Esse movimento foi parte de um esforço maior, observado internacionalmente, para enfrentar e entender a magnitude e as consequências da violência sexual cometida por membros do clero e de ordens religiosas.

Ao levantar as condições de possibilidade para criação do relatório, constatamos que, inicialmente, a CIASE enfrentou desafios significativos, como fazer-se conhecer pelas vítimas ou testemunhas e incitar essas pessoas a falar, mesmo sob anonimato. Esses desafios foram agravados por questões práticas, como a identificação de arquivos relevantes e a navegação pelas restrições impostas pela pandemia da covid-19, como podemos constatar nas SE a seguir:

SE 11 – Desafios práticos e metodológicos

“A CIASE se esforçou, durante o período limitado de sua missão, para atender às expectativas das vítimas em conjunto com os bispos e superiores maiores dos institutos religiosos.” p. 66.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 12 – Dificuldades na promo o da visibilidade e autonomia das unidades de escuta:

“O grau de visibilidade varia muito de uma diocese para outra e, além da comunica o no lançamento das Unidades de Escuta em 2016, parece que pouca publicidade adicional foi dada a elas.” p. 67.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 13 – Solicita o de testemunhos e estudos sociodemográficos:

“Iniciou com um apelo por testemunhos em 3 de junho de 2019, resultando em 6.471 contatos. Este processo incluiu 3.652 entrevistas telef nicas, 2.459 e-mails e 360 cartas processadas pela equipe da France Victims. Um questionário online an nimo gerenciado pela IFOP (Institut français d’opinion publique) foi enviado a esses contatos, com o objetivo de agregar informa es   análise do *Inserm*, sob a dire o de Nathalie Bajos. A pesquisa geral da popula o ocorreu online entre 25 de novembro de 2020 e 28 de janeiro de 2021, com uma amostra de cotas de 28.010 pessoas com 18 anos ou mais, também gerenciada pela IFOP.” p. 17.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 14 – Pesquisa arquivística e sócio-histórica:

“Conduzida por uma equipe da  cole Pratique des Hautes  tudes (EPHE), sob a dire o de Philippe Portier, esta pesquisa foi baseada em cinco tipos de material fonte. Incluiu respostas a um questionário enviado a todos os bispos e superiores maiores das institui es afiliadas   CORREF, arquivos centralizados da Igreja da França,

incluindo 31 dioceses e 15 institutos, além de arquivos públicos obtidos por meio de derrogações legais, como os do Ministério da Justiça e da Gendarmerie Nationale.” p. 18.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 15 – Entrevistas com membros do clero que cometeram agressões sexuais:

“Realizadas sob a dire o de Philippe Portier, incluíram entrevistas com dez padres e um diácono que entraram em contato direto com a CIASE em resposta ao apelo aos bispos e superiores maiores lanado pela Comissão. Além disso, Florence Thibaut conduziu o estudo da análise da personalidade e relatórios psiquiátricos contidos em 35 arquivos judiciais de eclesiásticos condenados por crimes dentro do escopo da investigao da Comissão”. p. 18.

Fonte: Sauvé (2021).

De acordo com Foucault (2008), as condioes de possibilidade referem-se aos conjuntos de normas, instituioes, práticas discursivas e não discursivas que tornam possível a emergência e a existência de objetos de conhecimento, discursos e práticas em um determinado domínio ou época. Essas condioes determinam o que pode ser pensado, dito e feito, estabelecendo os limites e os campos de possibilidade para o conhecimento e a ao. Nas SE destacadas, podemos observar o efeito do poder no formato de normas, instituioes, práticas discursivas e não discursivas que permitiram a emergência e a existência desse relatório dentro do contexto específico da Igreja Católica e da sociedade. Ao levantar suas condioes de emergência, foi analisado não apenas o que expressamente dito ou feito, mas também as estruturas subjacentes que tornam essas aoes possíveis e significas. As SE destacadas oferecem um vislumbre das condioes multifacetadas que moldaram a criao e a execuo do relatório.

No caso da SE 11, “esforou” e “para atender às expectativas” dão a dimensão do que foi feito pelos sujeitos que assinam o relatório, ou seja, se esforaram para equilibrar as expectativas das vítimas com as necessidades institucionais da Igreja. As condioes de possibilidade aqui incluem a pressão pública para transparência e justia, bem como a capacidade institucional e metodológica de abordar essas questões complexas dentro de um tempo limitado. O desafio aqui   a tensão entre a necessidade de uma abordagem sistemática e as limitaoes práticas, sublinhando a vontade de criar um discurso baseado em evidências sólidas.

Já na SE 12 ocorrem variaoes na capacidade de diferentes dioceses de promover espaos para ouvir as vítimas, as diferenas institucionais e locais dentro da Igreja. As condioes aqui envolvem tanto a vontade política e institucional quanto os recursos disponíveis para tornar essas unidades eficazes e conhecidas. Esta SE aponta para a luta em tornar visíveis as verdades das experiências das vítimas dentro das estruturas institucionais da Igreja. Uma vontade de verdade que busca amplificar vozes marginalizadas, enfrentando obstáculos na promoo dessa visibilidade.

Na SE 13 podemos constatar a mobilização de vítimas e a resposta da sociedade por meio da participação na pesquisa. Escavar as condições de possibilidade e o campo de emergência dos acontecimentos (Foucault, 2008) inclui a existência de plataformas tecnológicas para coleta de dados e a disposição da sociedade em reconhecer e abordar a violência sexual na Igreja. A coleta de testemunhos e a realização de pesquisas sociodemográficas representam um esforço para quantificar e qualificar a extensão da violência sexual, movendo essas verdades do reino do silêncio e do tabu para o discurso público, uma vez que o “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam” (Foucault, 1996, p. 9), formando uma rede complexa e heterogênea de discursos.

No enunciado SE 14, são mencionados a análise da cobertura midiática e o discurso público sobre a violência sexual na Igreja, indicando como a percepção pública e o debate foram moldados ao longo do tempo. As condições de possibilidade aqui incluem as práticas jornalísticas, a liberdade de imprensa e o interesse público em questões de abuso sexual.

Na SE 15, materializa-se a disposição de alguns membros do clero em discutir suas ações, bem como o esforço para entender os aspectos psicológicos e institucionais que permitiram que esses abusos ocorressem. As condições de emergência para irrupção desse acontecimento envolvem a pressão pública para responsabilização, bem como um ambiente que permitiu, até certo ponto, a reflexão e o reconhecimento dos abusos dentro da própria Igreja. Engajar-se diretamente com os perpetradores para coletar suas perspectivas desafia o binarismo simples de vítima-perpetrador, explorando as complexidades psicológicas e institucionais que moldam a violência. Essa SE evidencia uma vontade de abranger todas as dimensões da verdade sobre o abuso sexual.

Por meio desses métodos, a CIASE empenha-se em estabelecer uma compreensão detalhada e baseada em evidências da extensão e natureza da violência sexual dentro da Igreja Católica, na França. Essas atividades representam uma abordagem discursiva que transcende a análise de conteúdo isolado, focando as condições e regras que possibilitam as condições de possibilidade para a criação do Relatório CIASE. Inclui-se, como parte integrante dessa FD, um conjunto complexo de fatores sociais, culturais, institucionais e tecnológicos que permitiram não apenas a identificação e a discussão da violência sexual na Igreja Católica, mas também a emergência de um discurso e prática voltados para a transparência, justiça e reforma.

Como estamos fundamentados na metodologia arqueogenealógica e no conceito de rizoma, repetidos aqui à exaustão, não podemos deixar de somar a essas condições de possibilidade as relações de poder no panorama descrito, o permite a discursivização de uma

mudança nas normas sociais e institucionais, pela confrontação com casos de abusos anteriormente silenciados ou ignorados. Trata-se de um esforço conjunto para estabelecer outro tipo de discurso, que reconheça a realidade da violência sexual na Igreja.

Tratando das condições de possibilidade internas ao relatório, chamamos a atenção para os acontecimentos discursivos que levaram à criação de um ambiente propício para a emergência e perpetuação da violência sexual, em que mecanismos de poder e conhecimento operavam para definir o que era considerado aceitável ou não pela instituição. Trata-se da cultura de silêncio e do segredo (analisadas nos testemunhos das vítimas), das estruturas de poder hierárquicas e das normas sociais e religiosas, como podemos evidenciar nas SE a seguir:

SE 16 – Testemunho de Bruno (Audiência nº 39)

“Nós que passamos por isso nos encontramos em uma situação onde tentamos falar, mas ninguém acreditaria em nós: 'É a Igreja que você está falando, isso não faz sentido' ou em uma situação onde não podíamos falar. Acho que seria um grande avanço se as pessoas pudessem nos dizer hoje com sinceridade real: Nós ouvimos vocês” p. 205.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 17 – Testemunho de Nicolas (Audiência n  82):

“O que a Igreja pode fazer? Com relação às vítimas... nada. Uma carta pessoal do papa que o papa envia uma nota para todas as vítimas identificadas que ele pede desculpas em nome da Igreja da qual ele   o chefe. Hoje, eu não sou mais um católico praticante. Minha esposa foi batizada pouco depois de nos conhecermos, mas ela se distanciou muito desde que contei minha história para ela. Estamos muito irritados com a igreja.” p. 300.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 18 – Estruturas de poder hierárquicas:

“A concepção hierárquica da Igreja Católica era, claro, não uma descoberta inesperada para a Comissão. Ao contrário,   simplesmente um aspecto do problema... aqui, a tarefa da Comissão   analisar as contribuições do Concílio Vaticano II (1962-1965) e - já que agora   uma questão de olhar para o futuro - a compreensão e orientação do Papa Francisco dos ensinamentos do Concílio sobre governança para a Igreja de hoje e de amanhã” p.130.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 19 – Controle transversal da caridade:

“O terceiro meio de controle transversal identificado pelo Inserm, usado pelo clero e sua hierarquia em particular para evitar escândalos em nome do 'interesse nacional da Igreja',   baseado no princípio da caridade.” p. 133.

Fonte: Sauvé (2021).

No caso da cultura de silêncio e segredo, como exposto nas SE 16 e 17, o relatório destaca uma prática institucional, na qual o silêncio e o segredo funcionavam como mecanismos institucionais que priorizavam a proteção da imagem da Igreja, levando a uma prática generalizada de negação e ocult o da violência sexual. Isso contribuiu significativamente para perpetuar a violência, dificultando a exposição dos casos e a obtenção de justiça pelas vítimas,

não apenas em termos dos abusos que foram permitidos a continuar, mas também no impacto duradouro sobre a fé e o bem-estar emocional das vítimas.

Na SE 16, o sujeito que enuncia fornece um testemunho que destaca a dificuldade de falar sobre os abusos sofridos, em um contexto de silenciamento e descrédito. Tal aspecto está reforçado no uso que é feito da locução verbal “tentamos falar”, que dá visibilidade a um esforço para expressar uma dor que parece não ter valor de verdade. Em termos de relação de poder exercida sobre essa vítima, o expediente linguístico encapsula a tentativa fracassada ou não completada de denunciar o abuso sofrido, o que é reforçado pela conclusão desanimadora, expressa em “mas ninguém acreditaria em nós”. A relação entre tentar dizer algo e saber que não será ouvido ou levado a sério deflagra o nível de desamparo em que a vítima se encontra, o que reforça o poder da igreja sobre o corpo de que sofre a agressão. Na continuidade desse relato, a vítima diz: “É a Igreja que você está falando, isso não faz sentido”. Isso põe à mostra que o poder da instituição é usado como argumento para desacreditar e calar as vítimas.

O testemunho contido na SE 17 retrata vividamente essa cultura de silêncio e segredo. O sujeito que enuncia relata como era óbvio para muitos o que estava acontecendo nos acampamentos dos escoteiros, nos quais um adulto montava sua tenda longe das outras, sugerindo que atos impróprios estavam sendo cometidos longe dos olhos dos outros. Além disso, o sujeito expressa seu desgosto e desilusão com a Igreja, após sua experiência, mencionando como sua fé e a de sua esposa foram afetadas: "Hoje não sou mais um católico praticante... Estamos muito irritados com a igreja". A reação da Igreja aos abusos e o impacto subsequente nas vidas das vítimas ilustram a profundidade do trauma causado pela cultura de silêncio e pela inação institucional.

Já nas SE 18 e 19, a Comissão volta a ser o sujeito enunciador, que expõe como as normas sociais e religiosas regiam a sexualidade e o papel da autoridade religiosa na sociedade, funcionando como uma superfície de emergência de práticas abusivas justificadas ou minimizadas como pecados, em vez de crimes, seguindo a lógica interna da Igreja, fato esse que permitiu que tais práticas não fossem, de fato, reconhecidas como crimes.

O fato de não ser “uma descoberta inesperada” ratifica a existência e o impacto dessa hierarquia. Instituir o agressor como sendo “a concepção hierárquica da Igreja Católica” é um mecanismo importante na verdade que se procura visibilizar, visto que deixa de individualizar este ou aquele algoz para tornar generalizante o polo de poder opressor, e isso é uma forma de responsabilização de todo um corpo eclesial, com seus códigos e sistemas de rarefação dos discursos.

No que concerne ao chamado “princípio de caridade”, a SE 19 expõe um meio específico de controle utilizado pelo clero para evitar escândalos, fundamentando-se em uma regra que, na prática, contradiz um acúmulo de enunciados que compõem a historicidade do significante “caridade”, no seio católico. Não por menos, a Comissão chama de “controle transversal” o método de controle que atravessa várias camadas da organização, indicando a perversidade e a sistematicidade desse mecanismo.

Do ponto de vista do poder que se exerce e é explicitado pela Comissão, a exploração do princípio da caridade para evitar escândalos é exemplo de como as normas religiosas e sociais facilitam a emergência de abusos. A autoridade eclesiástica, encarada como um ato de caridade e serviço, cria um ponto cego para o "abuso de serviço", ou seja, de poder. Os abusos perpetrados sob o pretexto de atos caritativos exemplificam como a estrutura de poder da Igreja, junto com a distância social e espacial entre o benfeitor e o beneficiário, facilita o abuso sexual e dificulta a resistência ou denúncia por parte das vítimas. Essas dinâmicas mostram como as normas sociais e religiosas, ao definir a sexualidade e o papel da autoridade religiosa, contribuem para uma cultura que permite que abusos sejam cometidos e ocultados, em conformidade com a lógica interna da Igreja.

A análise dessas condições de possibilidade nos permite compreender como a cultura de silêncio, os mecanismos de poder e as estruturas hierárquicas não apenas permitiram que tais abusos ocorressem, mas também como foram instrumentalizados para ocultá-los, protegendo os perpetradores e a instituição em detrimento das vítimas. Ao identificar e analisar as condições de possibilidade, podemos constatar quais mecanismos de poder e jogos de verdade permitiram que o abuso persistisse.

Nas SE, identificamos alguns elementos discursivos sobre o abuso sexual na Igreja. Demos ênfase às condições de enunciabilidade que contribuem para estruturar e legitimar a discussão sobre a violência sexual. Essa abordagem é importante para entendermos como determinados discursos sobre o abuso sexual são construídos, legitimados e mantidos por segmentos da Igreja Católica. Em contraposição, o relatório, ao dar destaque a essa dinâmica de poder-saber, permite que outras condições de possibilidade sejam instituídas, como formas de conhecimento sobre a existência de práticas abusivas, bem como sobre ações para preveni-las e repará-las.

A abordagem rizomática sobre os aspectos analisados nos permitiu compreender a intrincada rede de práticas discursivas que buscam redimensionar o entendimento e tratamento do abuso sexual. Para tanto, esforçamo-nos para trazer à luz as normas, os objetos e as práticas que se entrelaçam, formando um mapa complexo de relações que não se originam em uma fonte

única, mas emergem de múltiplos pontos de interação. O relatório identifica a necessidade de quebrar o longo silêncio que cercava os abusos na Igreja, o que é, a nosso ver, a manifestação de um desafio às estruturas de poder tradicionalmente inquestionáveis. A criação da Comissão Independente sobre Abusos Sexuais na Igreja representa um ponto de ruptura significativa, pois, segundo Deleuze e Guattari (1995), qualquer ponto do rizoma pode conectar-se a qualquer outro, e o sistema tem a capacidade de ser interrompido e começar de novo em qualquer um de seus pontos. Essas linhas de fuga são evidenciadas nas práticas propostas pelo relatório, como a revisão das políticas de confidencialidade e negligência e a instauração de processos de verdade e reparação. Tais práticas não apenas desafiam as normas existentes, mas também propõem novas conexões entre o passado e o presente, reconfigurando as relações de poder ao validar as experiências das vítimas em detrimento da proteção dos **agressores**.

O relatório da CIASE, portanto, emerge como um campo de batalha no qual a vontade de verdade é constantemente negociada, disputada e reformulada. A seguir, fazemos a descrição de como recorreremos à formação dos objetos como critério e justificativa dos recortes enunciativos feitos do relatório.

3.1 PRÁTICA DISCURSIVA NO RELATÓRIO CIASE

Na seção anterior, exploramos alguns aspectos concernentes às práticas religiosas que legitimam o abuso sexual na Igreja Católica, tal como denunciado no CIASE. Para tanto, procurando dar ênfase às condições de possibilidades que definem o que pode ser considerado verdadeiro em um domínio de conhecimento específico. A seguir, definimos o que são práticas discursivas e como é possível compreender os processos de vontade de verdade que formam o objeto de saber-poder sobre a violência sexual envolvendo sacerdotes da Igreja Católica, conforme evidenciado no Relatório CIASE. Esse conceito nos permite examinar como os discursos relacionados à violência sexual são produzidos, circulam e operam em contextos específicos, como o da Igreja Católica, com dinâmicas de poder voltadas à constituição de objetos de conhecimento e à legitimação de certas verdades, em detrimento de outras.

As práticas discursivas são o conjunto de regras, processos e estruturas que determinam como os discursos são formados (Foucault, 2008), quais são considerados válidos dentro de um determinado contexto e como eles contribuem para a formação de conhecimento e significado. Bertola e Navarro (2022) complementam que as práticas discursivas são maneiras específicas pelas quais os discursos são produzidos, circulam e operam dentro de um determinado contexto social, político e histórico. As práticas discursivas têm um papel crucial no estabelecimento de

normas e de verdades e efeitos de identidades que caracterizam como os sujeitos se percebem e são percebidos socialmente. Elas configuram relações de poder e são historicamente situadas.

A análise de tais mecanismos discursivos permite compreender como certas formas de conhecimento e poder são construídas, mantidas e transformadas, tendo em vista as condições de possibilidade dos discursos. Portanto, tal análise, uma vez mobilizada para a descrição enunciativa do Relatório CIASE, não é apenas uma ferramenta para compreender como o abuso é relatado, mas também um meio para escavar as complexidades das relações de poder, as falhas institucionais e as consequências para as vítimas e a sociedade como um todo. É um passo para compreensão dos problemas e o trabalho em direção a soluções efetivas, pelo menos esta deveria ser a finalidade última de um relatório desta natureza.

Como já expomos em vários momentos desta dissertação, o Relatório CIASE documenta os casos de violência sexual na Igreja Católica, destacando as medidas de discriminação e de repressão. A partir de sua análise, identificamos como o objeto de estudo, ou seja, casos de violência sexual praticados por agressores sexuais membros do clero, são delineados por meio das práticas institucionais e discursos que tanto tentaram ocultar quanto expor esses crimes. Isso envolveu explorar como o relatório descreveu as táticas de silenciamento (SE 20 e SE 21), a cultura do segredo (SE 22 a SE 23) e a proteção institucional aos **agressores**, como exposto nas SE a seguir:

SE 20 – Reconhecimento tardio e ações institucionais:

Esse reconhecimento tardio levou à rápida formação de corpos ad hoc, principalmente a nível local. [...] A CEF¹⁹ publicou um panfleto em 2002, que abordava o sofrimento das vítimas, mas não era o foco principal. Aumentou a conscientização, especialmente desde os anos 2010, levando à criação de Unidades de Escuta para vítimas em todas as dioceses e à formação da CIASE em 2018. A Igreja passou a reconhecer mais efetivamente o sofrimento das vítimas, especialmente após a carta do Papa Francisco em 2018, que reconhecia o sofrimento dos afetados e admitia falhas na ação da Igreja. p. 223-298

Fonte: Sauvé (2021).

SE 21 – Cobertura da média e reconhecimento dos casos:

Desde os anos 2010, a cobertura midiática dos casos de violência sexual cometidos por membros do clero contribuiu para a conscientiza o da Igreja sobre o sofrimento das vítimas. A Igreja teve que admitir a extensão da violência sexual contra crianças e pessoas vulneráveis, o que aumentou a pressão para o reconhecimento das vítimas.

Fonte: Sauvé (2021).

As SE 20 e 21 destacam como as práticas institucionais e os discursos na Igreja Católica, incluindo a cultura do segredo e a prote o institucional aos **agressores**, moldaram a maneira como os casos de abuso sexual foram abordados e, eventualmente, levaram a um

¹⁹ Conferência Episcopal Francesa.

reconhecimento mais aberto do sofrimento das vítimas e à criação de estruturas de apoio e de escuta. Nessas duas SE, é possível justificar a exploração dos objetos de estudo como configurados por práticas institucionais e discursos que tentaram tanto ocultar quanto expor os abusos sexuais, evidenciando as complexas dinâmicas de poder e repressão na Igreja Católica. Isso ressalta a importância de se analisar essas estruturas e práticas para compreender a extensão e as implicações dos abusos sexuais na Igreja. Essa compreensão nos conduz à análise de como a civilização paroquial, a seguir, se relacionava.

Considerando o que enunciam as SE a seguir, podemos compreender como a violência sexual foi determinada pelo que foi denominado no Relatório CIASE por civilização paroquial, um mundo sociorreligioso abrangente e organizado em torno da autoridade do padre da paróquia que, graças à sua função, é percebido como o dignitário local e intervém em todas as áreas da vida de seus paroquianos, imersos em uma cultura de reverência e de dependência.

SE 22 – Abuso paroquial:

“O sistema paroquial que entrelaçou a França rural e posicionou o padre como ponto central e mediador da vila até os anos 1960-1970 é claramente instrumental no padrão institucional dos casos agrupados aqui. Esse tipo de abuso ocorreu principalmente antes de 1970, representando 62% dos casos entre 1970 e 1989 e 6% após 1990.” p. 210.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 23 – Abuso paroquial:

“Nesse contexto, a violência   caracterizada por toques inapropriados que poderiam rapidamente levar ao estupro, muitas vezes na reitoria ou na igreja paroquial. O estupro constitui 28% dos assaltos registrados na amostra do apelo por testemunhos. As meninas são quase tão afetadas (42%) quanto os meninos (58%); a maioria das vítimas tem entre 10 e 13 anos ou mais jovens.” p. 230.

Fonte: Sauvé (2021).

O contexto do abuso paroquial  , geralmente, rural e agrícola, com popula es que não são geográfica ou socialmente muito móveis, enfrentando padres que se estabelecem praticamente por toda a vida na mesma paróquia. Geograficamente, a no o de civiliza o paroquial estava particularmente enraizada em áreas como o Vale Alpino²⁰ ou as terras cercadas da Bretanha e da Vend ia²¹.

Nesse contexto, o padre desfrutava de um *status* que exercia rela es de poder como uma espécie de autoridade carismática, por meio de requisitos que ele assume na ordem do

²⁰ A cerca de três horas de carro de Lyon, o Vale Alpino se abre para um grande lago na comuna de Tignes cuja estrada ladeia as águas e tem túneis que parecem ter saído de um filme 007. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/viagemgastronomia/hoteis/club-med-reabre-resort-em-val-disere-vilarejo-alpino-frances-que-une-esqui-e-muito-charme/#:~:text=Pertinho%20da%20fronteira%20com%20a,metros%20no%20alto%20das%20montanhas>. Acesso em: 20 jan. 2024.

²¹ Península, região histórica e área cultural no Noroeste da França moderna, abrangendo a parte ocidental do que era conhecido como Arm rica durante o período de ocupa o romana. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bretanha_\(regi o_hist rica\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bretanha_(regi o_hist rica)). Acesso em: 20. jan 2024.

discurso, neste caso, na ordem religiosa que o legitima. A respeito do *status* conferido a determinado indivíduo, Foucault informa que

compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito - não sem antes lhe fixar limites - à prática e à experimentação do saber. Compreende, também, um sistema de diferenciação e de relações (divisão das atribuições, subordinação hierárquica, complementaridade funcional, demanda, transmissão e troca de informações) com outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seu status (Foucault, 2008, p. 56).

Logo, o *status* foi suficientemente importante para evitar qualquer reação da comunidade. Uma vítima entrevistada pela equipe do CIASE disse que "As testemunhas não acreditam na violência que veem"; eles se mantiveram em silêncio porque "tínhamos medo do inferno" e "o padre era um Deus". As SE analisadas, anteriormente, demonstram como o abuso paroquial foi moldado pela civilização paroquial, criando um ambiente em que a violência sexual, por parte de autoridades eclesiais, poderia ocorrer sem questionamento ou resistência significativa da comunidade, devido à autoridade e ao respeito concedidos ao padre da paróquia.

Quando nos detivemos no tipo de abordagem adotada pelo CIASE, deparamo-nos com uma forma detalhada e inclusiva para identificar os casos de violência sexual, amplamente baseada na análise de testemunhos. Esses enfoques dizem respeito às práticas discursivas, por meio das quais analisamos as maneiras de produzir e organizar o conhecimento e a verdade, que estão sempre imbricadas em relações de poder. Nesse percurso de análise, foi possível encontrar três principais mecanismos de poder que se sobressaíam: o controle sacramental, ou seja, os sacramentos e práticas parassacramentais usados como meios de exercer poder sobre as vítimas, como, por exemplo, a manipulação do sacramento da penitência para justificar a violência sexual; o controle vocacional, que consistia na exploração da vocação religiosa e o princípio do padre ou sacerdote ser um eleito de Deus como formas de controle, afetando tanto jovens seminaristas quanto mulheres jovens em busca da vida religiosa; e por fim, o controle caritativo, que é um dos princípios fundamentais da Igreja. A caridade foi usada para evitar escândalos e críticas, estabelecendo uma espécie de ponto cego na concepção de abuso de serviço, ou seja, abuso de poder.

Considerando os mecanismos de poder observados, recorreremos ao conceito de governamentalidade, desenvolvido por Foucault (2018). Este se refere à forma como o Estado moderno se organiza e exerce o poder sobre a população. A governamentalidade é a junção de técnicas de governo e formas de saber que permitem a administração eficaz de populações. Essa

nova forma de poder vai além do exercício da soberania e da disciplina, com foco na gestão da vida, na regulação da população e nos mecanismos de segurança que visam otimizar e controlar a vida dos sujeitos dentro do estado. Ainda segundo Foucault (2018, p. 64):

A ideia de um governo dos homens que pensaria antes de mais nada e fundamentalmente na natureza das coisas, e não mais na natureza má dos homens, a ideia de uma administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens, no que eles querem fazer, no que têm interesse de fazer, no que eles contam fazer, tudo isso são elementos correlativos. Uma física do poder ou um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um, creio que isso aí é uma coisa absolutamente fundamental. Não é uma ideologia, não é propriamente, não é fundamentalmente, não é antes de mais nada uma ideologia. É primeiramente e antes de tudo uma tecnologia de poder, é em todo caso nesse sentido que podemos lê-lo. Gostaria, na próxima vez, de terminar o que lhes disse sobre a forma geral dos mecanismos de segurança, falando dos procedimentos de normalização.

Esse novo modo de governar não seria uma forma de ideologia tradicional, ou seja, não estaria a serviço de relações de poder dominantes ou de um conjunto de crenças impositivas que justificam o poder de uma classe sobre outra. A noção de governo é expandida para além do estado ou da governança política formal. Ela inclui uma ampla gama de técnicas e de estratégias, como o biopoder, a disciplinarização, a segurança, a regulação jurídica e legislação que são utilizadas para dirigir o comportamento humano. Ao identificar como as técnicas de governo emergem na sociedade o conceito nos oferece ferramentas para analisar como os indivíduos são sujeitados a um poder que é tanto interno quanto externo às estruturas de políticas formais.

A esse respeito, Baracuhy (2020) observa que a governamentalidade implica uma racionalidade, ou seja, uma maneira de pensar sobre o exercício do poder. Isso inclui como os governos concebem seus objetivos, as estratégias que empregam para alcançá-los, e os dispositivos e instituições através dos quais o poder é exercido. Trata-se, como explica essa autora, de um conjunto organizado de práticas e procedimentos destinados a gerir, regular e controlar as populações de maneira eficiente, mantendo e melhorando a ordem social por meio da gestão da liberdade dos indivíduos, em vez de, simplesmente, reprimi-la.

Nesse direção, a produção de saber, no relatório, funciona como uma ferramenta que documenta os casos de violência sexual, as respostas institucionais e a evolução das práticas ao longo do tempo, o que encontra ecos na análise de Baracuhy (2020), para quem a gestão da população, diferentemente de um entendimento de poder que se concentra apenas na disciplina

individual ou na soberania estatal, engloba técnicas e estratégias para gerenciar populações inteiras. Envolve a regulação dos fenômenos sociais, econômicos e políticos através de uma série de práticas e cálculos destinados a otimizar as características da população, como saúde, educação, natalidade, economia, dentre outras.

Dito isso, sobre as formas de governo dos vivos, retomamos os três principais mecanismos de poder aludidos antes, porque consideramos que são elementos identificadores das práticas discursivas, que nos dão a conhecer como o discurso é estruturado e utilizado para manter relações de poder nas instituições religiosas, configurando a forma como a violência sexual é compreendida e tratada.

Consideremos as SE a seguir:

SE 24 – Uso do sacramento da penitência:

“Um primeiro meio de controle transversal usado pelo agressor reside no sagrado ofício dos ritos; o clérigo, como o único distribuidor legítimo da salvação no Catolicismo, supõe-se agir *in persona Christi*. Seu agressor lhe disse que o que eles estavam fazendo juntos era de fato um pecado, mas que era apagado pelo Sacramento da Penitência. Com base nisso, ele deu absolvição à criança após cada sessão de masturbação, alegando que ele também a recebia.” p. 123-124.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 25 – Instrumentalização dos sacramentos:

“Essa instrumentalização do Sacramento da Penitência parece difundida, como aparece em muitos dos casos relatados, mas não é o único sacramento explorado, já que também vemos o controle sacramental sendo usado por meio de outros rituais, mais notavelmente para garantir o silêncio da vítima. p.121

Fonte: Sauvé (2021).

SE 26 – Princípio da Vocação:

“Um segundo meio de controle transversal usado pelo agressor é o princípio vocacional ou o princípio da eleição, que está no coração do discurso espiritual e da prática pastoral Católica. Ele entra em jogo no contexto do apelo - a vocação - para o sacerdócio ou para uma vida religiosa, possibilitando o abuso de estudantes de pequenos seminários e de jovens mulheres piedosas.” p.121.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 27 – Princípio da caridade como controle:

“O terceiro meio de controle transversal identificado pelo *Inserm*, usado pelo clero e sua hierarquia em particular para evitar escândalos em nome do 'interesse nacional da Igreja', é baseado no princípio da caridade.” p.125.

Fonte: Sauvé (2021).

As SE elencadas permitem compreender a instrumentalização de aspectos fundamentais da fé e da prática religiosa católica, visando manipular, silenciar e submeter as vítimas. Como sabemos, o saber está intrinsecamente ligado às práticas de poder, formando os regimes de verdade que determinam quais conhecimentos são valorizados e quais são marginalizados. No contexto da fé e da prática religiosa católica, podemos analisar que certas estruturas e discursos foram empregados historicamente para sustentar formas de poder que visavam controlar,

silenciar e submeter as vítimas, alinhando-se à instrumentalização da religião como ferramenta de ação sobre as pessoas. Eis, a nosso ver, um dos mecanismos que ancoram o funcionamento dessa prática discursiva, com fortes matizes religiosas, cujo acesso só foi possível pelo exposto no relatório sob investigação.

Nas SE 24 e 25, promove-se a ideia de que o pecado cometido seria perdoado por meio do sacramento da confissão, o que contribui para o silenciamento das vítimas. O controle sacramental é uma prática discursiva sobre o discurso do sexo, sendo que tal mecanismo é utilizado como uma ferramenta de poder. Conforme historiciza Foucault (2014), a confissão é um mecanismo de poder que incita a fala sobre o sexo, especialmente no contexto da pastoral católica, após o Concílio de Trento. Este processo foi ampliado com a Contrarreforma, que valorizou a confissão de pensamentos e desejos relacionados ao sexo como parte fundamental da penitência, “não somente confessar os atos contrários a lei, mas procurar fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso. Se for possível nada pode escapar a tal formulação, mesmo que as palavras empregadas devam ser cuidadosamente neutralizadas” (Foucault, 2014, p. 23). A obsessão em falar sobre o sexo configura algo peculiar do Ocidente moderno de confessar e detalhar, extensivamente, todos os aspectos da sexualidade, reforçando, assim, o poder sobre os indivíduos, por meio da regulação de suas práticas e de discursos sexuais. Essa regulação é parte integrante das práticas discursivas, evidenciando como o poder é exercido por meio do controle do discurso, especialmente em temas tão sensíveis como a sexualidade.

Na SE 24, esse sacramento é manipulado por **agressores** para justificar e perpetuar o abuso sexual. Ao agir *in persona Christi*, o clérigo **agressor** explora sua posição de autoridade espiritual para convencer a vítima de que os atos abusivos podem ser apagados pela confissão e absolvição, tornando-se um meio de controle transversal que legitima a violência e impede a vítima de reconhecê-lo como tal ou de buscar ajuda. Trata-se de uma configuração do governo dos vivos que se alastra para todo o corpo sujeitado à fé cristã. Já na SE 25, evidencia-se que a prática não se limita à penitência, mas se estende a outros rituais católicos. O sujeito enunciativo assume uma posição, manifestada pelo uso do “vemos”, que abarca tanto os autores do relatório quanto tantos outros que coparticipam desse lugar de fala, de onde se pode atestar o desvio de uso de um ritual próprio a uma sociedade de discursos, como a que se agrupa em torno do catolicismo. A SE ganha, pois, um efeito de denúncia, tal como ocorre em outras, já analisadas, pois expõe o que chama de “instrumentalização dos sacramentos”. Ao se posicionar dessa forma, o enunciativo coletivo apresenta os efeitos de poder-saber que isso tem, a saber: a prática do abuso espiritual, por meio do qual rituais sagrados são pervertidos para garantir o silêncio e a submissão das vítimas. A verdade que se quer produzir assenta-se, pois, no modo como são

ênfatisadas a gravidade e a difusão dessa forma de manipulação. Nesse sentido, mesmo não estando na posição de subjugado, o que o sujeito coletivo faz é denunciar para, então, tentar barrar esse tipo de governo exercido sobre as almas.

A SE 26 demonstra como a autoridade espiritual foi instrumentalizada para facilitar a violação de estudantes em seminários pequenos e de mulheres jovens e piedosas, sob a justificativa de vocação. Este controle se baseava, em parte, na ilusão do grande sacrifício que significava a vida religiosa, especialmente em termos de renúncia à sexualidade, e na manipulação de normas que codificavam todo comportamento sexualizado como inapropriado. O governo sobre os corpos que é flagrado aqui se efetiva mediante a exploração do princípio vocacional, essencial para a prática pastoral e o discurso espiritual na Igreja Católica. O uso indevido e pervertido desse princípio permitiu aos **agressores** manipular jovens e crianças em formação para o sacerdócio ou a vida religiosa, utilizando a vocação como meio de controle para coagir e silenciar vítimas potenciais. Trata-se de um uso pervertido, uma vez que a vocação, pela visada teórica aqui adotada por nós, é vista como parte das regras de formação do discurso religioso, sendo um princípio que individualiza e separa os fiéis de outros, não vocacionados. Quando se enuncia que esse princípio “entra em jogo no contexto do apelo - a vocação - para o sacerdócio ou para uma vida religiosa”, dois aspectos da disputa pela verdade estão em funcionamento: 1) existe um apelo por parte da Igreja, e esse não é visto como algo que possa causar algum tipo de mal. Há, portanto, uma historicidade nessa prática que não pode ser esquecida; 2) “entra em jogo” é a forma que o enunciador usa para se posicionar frente a essa mesma prática, uma vez que ela é parte das relações de força estabelecidas, isto é, parte de um jogo estratégico de governamentalidade, porém, que diz não à vida, o que mostra a contradição do discurso. É nesse movimento que o relatório vai estabelecendo as fronteiras entre as vontades de verdade, ao mesmo tempo em que se legitima como ferramenta para uma possível renovação nas práticas religiosas e na percepção que as pessoas possam vir a ter dos que se consideram donos da fé e dos corpos que a confessam.

Na SE 27, o princípio da caridade estabeleceu-se como um mecanismo, particularmente, eficaz em ocultar o abuso, com os perpetradores oferecendo ajuda sob essa aparência, criando uma desigualdade profunda, que facilitava a violência sexual e silenciava as vítimas. O princípio da caridade é identificado como outro meio de controle, utilizado para evitar escândalos e proteger a imagem da Igreja. O argumento do “interesse nacional da Igreja” justifica ações destinadas a encobrir o abuso, ilustrando como princípios religiosos fundamentais são distorcidos para manter o silêncio em torno dos abusadores, em detrimento das vítimas. As técnicas de disciplinarização dos corpos, nos mostra Foucault (1987), expõem

como as instituições conseguem monitorar, classificar e corrigir comportamentos, o que pode ser aplicado ao modo como a Igreja Católica gerenciava a fé e a conduta dos fiéis. Tal entendimento nos ajuda a fundamentar e a entender que o conhecimento (saber) e o poder estão entrelaçados nas práticas sociais, incluindo a religião, para formar sistemas de controle e de submissão.

A abordagem rizomática nos permitiu observar a interconexão das práticas discursivas que configuram a percepção do abuso sexual na Igreja Católica, conforme explorado no Relatório CIASE. Possibilitou, também, uma compreensão mais matizada das dinâmicas de poder que não apenas constituem o conhecimento sobre o abuso sexual, mas também das relações de poder que estruturam a maneira como esse conhecimento é disseminado, recebido e legitimado em contextos sociais e eclesiais específicos. Dessa forma, podemos considerar o documento como um conjunto de práticas discursivas que, juntas, formam o objeto de violência sexual na Igreja. Essas práticas não são estáticas nem uniformes; elas são moldadas por relações de poder e contextos históricos que definem o que pode ser dito e o que é silenciado. Isso destaca a natureza construída do conhecimento e como a verdade é uma função de poder e não apenas de facticidade. Os enunciados operam em um campo tensionado entre evidenciar e silenciar.

A violência sexual, como objeto de conhecimento, é, simultaneamente, visibilizada pelos testemunhos das vítimas e ocultada pelas estruturas de poder da Igreja. Este campo de tensão entre relações de poder contínua pela autoridade é uma forma de definir a verdade e impor silêncios. O relatório estrutura as condições de possibilidade que são tanto discursivas (como normas e expectativas sociais sobre religião e moralidade) quanto não discursivas (como as estruturas institucionais da Igreja que regulam a visibilidade do abuso). Por fim, as práticas discursivas em torno do relatório são moldadas por regras específicas que determinam como o abuso sexual é investigado, relatado e entendido. Essas regras não apenas formatam o conhecimento, mas também organizam a participação de diferentes atores (vítimas, clérigos, autoridades laicas) no discurso sobre o abuso. Dessa forma, o Relatório CIASE possui uma rede complexa de práticas discursivas entrelaçadas com poder e conhecimento, o que faz dele não apenas um documento que registra incidentes de abuso, mas um espaço onde diferentes forças discursivas e não discursivas se encontram e lutam pela definição do que é verdadeiro e pelo controle sobre os saberes que caracterizam o abuso sexual na Igreja.

3.2 OS OBJETOS DE DISCURSO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL NA IGREJA CATÓLICA

Para dar continuidade à investigação proposta nesta dissertação, debruçamo-nos sobre alguns elementos das regras de formação dos objetos, visto que nosso material de análise é composto por um conjunto de enunciados díspares entre si, os quais “formam um conjunto quando os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (Foucault, 2008, p. 36). Dessa forma, somos impulsionados a questionar os começos possíveis e a natureza dos objetos do conhecimento, devido ao fato de serem produtos das práticas discursivas específicas e de relações de poder que tentam governar os vivos.

A formação dos objetos não é um processo natural ou dado pela simples observação da realidade. Ao contrário, é um processo complexo, incluindo, mas não limitado a contextos históricos, mas sim por um emaranhado de relações de poder. Isso significa que os objetos de estudo são construídos discursivamente, por meio de regras específicas e condições de possibilidade que definem o que pode ser dito, pensado ou investigado, em determinado momento histórico.

Para mobilizarmos a formação dos objetos, consideramos a sensibilidade da temática abordada pelo relatório, que é a violência sexual na Igreja Católica, mas também como o relatório contribui para a construção discursiva da problemática, partindo de contextos históricos, práticas discursivas, relações de poder e normas institucionais. Isso requereu um olhar sobre as SE, com ênfase no modo como os objetos de estudo são discursivamente apresentados ao público. Dessa forma, para fins metodológicos, expomos os critérios e a justificativa dos recortes enunciativos, concernentes à descrição e à investigação enunciativa que segue:

- 1) objetos recortados por medidas de discriminação e de repressão: analisamos como o relatório identifica os casos de violência sexual, observando critérios utilizados para classificar e distinguir diferentes formas de violência ou abuso. Isso incluiu o exame de como a Igreja e a sociedade respondem a essas questões, especialmente em termos de repressão e discriminação;
- 2) definição de um grupo de relações entre enunciados: examinamos as formas como o relatório estabelece conexões entre diferentes declarações, documentos, testemunhos e dados, identificando os tipos de encadeamento (causal, temporal) usados para construir o saber sobre a violência sexual;

- 3) estabelecimento de grupos de enunciados: identificamos os conceitos centrais que emergem no relatório, como "violência sexual", "silêncio", "impunidade", "verdade" para analisar como esses conceitos são definidos, utilizados e relacionados entre si ao longo do texto;
- 4) descrição do encadeamento e explicação das formas unitárias sob as quais eles se apresentam: analisamos como o relatório apresenta os temas de violência sexual, reação institucional da Igreja, e as consequências para as vítimas de maneira coesa e unificada, identificando a persistência desses temas ao longo do tempo e como eles se relacionam com a estrutura mais ampla do relatório.

Como já visto, no Relatório CIASE, foi possível analisar como a violência sexual, emoldurada pelas instituições eclesiais, é atravessada por estratégias de poder que tentam tanto ocultar quanto enunciar a verdade. A dualidade de silêncio e de exposição, juntamente com a dinâmica de impunidade e reconhecimento, configuram em tensões inerentes nas relações de poder que se articulam nas práticas discursivas. O relatório da CIASE, portanto, emerge como um campo de batalha no qual a vontade de verdade é constantemente negociada, disputada e reformulada.

Atentamo-nos para o modo como o relatório identifica os casos de violência sexual, para compreender como ele estabelece relações entre diferentes declarações, incluindo testemunhos de vítimas, documentos da Igreja e dados estatísticos. Isso implicou examinar como o relatório vincula seus enunciados para construir um objeto de conhecimento coeso sobre os abusos, evidenciando a estrutura e o tipo de encadeamento (causal, contrastivo, temporal) que fundamentou a análise. Essas relações são necessárias para compreender a amplitude, a natureza e as repercussões dos abusos, bem como para identificar as falhas sistêmicas que permitiram que esses atos continuassem. Ocorreu o estabelecimento entre diferentes declarações, como testemunhos de vítimas, documentos da Igreja e dados estatísticos, evidenciando a complexidade dos abusos sexuais na Igreja Católica. A seguir, detalhamos, a partir das SE, como o relatório vincula esses elementos:

SE 28 – Integração de testemunhos e dados científicos:

“Estudo socioantropológico liderado pela Fundação Maison des sciences de l’homme, sob a direção de Laëtitia Atlani-Duault, foi baseado em uma análise detalhada dos testemunhos das vítimas, incluindo 153 audiências de vítimas que testemunharam durante reuniões com os membros da CIASE e 2819 cartas e e-mails enviados à CIASE. Este trabalho possibilitou selecionar os relatos mais representativos confiados à CIASE e citar as palavras das vítimas ao longo do relatório, ressaltando o valor da experiência vivida em complemento à análise científica” p. 110.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 29 – Testemunho de vítima:

“Srta. X, que era uma irmã leiga de 31 anos na época dos fatos, denuncia o abuso sexual cometido por um padre de uma ordem tradicional que a ouviu em confissão. Ele lhe fez acreditar que seu sofrimento era o caminho para a santificação, que ela deveria aceitar tudo dele, até mesmo relações sexuais, pois, no final, era Jesus que ela recebia através desse padre. O trauma psicológico foi tão intenso que ela desenvolveu uma doença autoimune, levando-a a questionar a si mesma e a considerar o abuso como normal”. p. 150.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 30 – Abuso instrucional:

“O abuso instrucional ocorre em espaços educacionais independentes, que são extensões da escola ou da paróquia, principalmente na forma de “funda es de caridade” ou corpos aut nomos dentro dos movimentos da Igreja, sendo os escoteiros o exemplo mais conhecido. Este padrão de abuso, junto com o abuso familiar,   mais visto nos casos mais recentes de abuso, datando dos anos 1990 e 2000” p. 170.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 31 – Perfil dos agressores:

“O perfil dos agressores, conforme descrito nos arquivos judiciais e nas entrevistas realizadas com os agressores do clero, revela que a maioria deles tinha um histórico de abuso sexual na infância. Os perpetradores muitas vezes minimizavam a gravidade de seus atos, descrevendo-os como manifesta es de afeto ou como incidentes isolados. A análise dos dados mostrou que, na maioria dos casos, os agressores conheciam suas vítimas e que o abuso sexual era frequentemente repetido ao longo de vários anos, indicando um padrão de comportamento predatório” p. 127.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 32 – Dados estatísticos:

“O lar ou o escritório do agressor tornou-se um local crescente para o abuso, passando de 11,5% para 22,2% dos casos, enquanto o ambiente familiar e as saídas aumentaram de 18% para quase 28%. Isso ocorreu paralelamente   redu a das estruturas e serviços da Igreja como locais de abuso, devido   diminui a das circunstâncias que favorecem a intimidade e a troca interpessoal com membros do clero e ordens religiosas.” p. 180.

Fonte: Sauvé (2021).

Cada uma dessas séries enunciativas contribui para a construía de um discurso coletivo do relatório, destacando diferentes aspectos dos abusos sexuais na Igreja e as complexas rela es entre vítimas, **agressores** e a institui a. A SE 28 demonstra como o relatório integra experiências pessoais e pesquisa científica para fornecer uma visão compreensiva dos abusos. A integra a dos testemunhos das vítimas, obtidos através de audiências e correspondências, com a análise socioantropológica, permite um entendimento do impacto e das circunstâncias dos abusos, enriquecendo a análise com nuances humanas e emocionais que dados puramente estatísticos não poderiam fornecer.

Já a SE 29 oferece uma visão direta da experiência de uma vítima, destacando como o abuso foi mascarado sob pretexto religioso, o que evidencia o abuso de autoridade e a manipula a psicológica. O relato pessoal caracteriza o mecanismo complexo de controle e de explora a exercido pelo **agressor**, e o impacto duradouro na saúde e na percep a de si da vítima.

Na SE 30, os espaços educacionais, muitas vezes vistos como seguros e protetores, foram utilizados como cenários para abusos. Isso sublinha a traição da confiança e o abuso de poder de instituições respeitadas, além de alertar para uma tendência de aumento de casos de abuso nesses contextos nas décadas recentes.

Na SE 31, observamos as características comuns entre os **agressores**, incluindo antecedentes de abuso e minimização dos atos cometidos. A descrição destaca a existência de um padrão predatório e a complexidade em lidar com esses **agressores**, os quais, muitas vezes, utilizam sua posição para cometer e ocultar abusos repetidamente.

Por fim, na SE 32, aborda-se a evolução dos locais preferenciais para o cometimento de abusos, indicando uma migração para espaços mais privados e menos supervisionados. Dessa forma, ocorreram mudanças nas oportunidades e nos métodos utilizados pelos **agressores**, assim como possíveis efeitos das medidas preventivas adotadas pela Igreja.

O Relatório CIASE tece relações de poder entre testemunhos de vítimas, documentos eclesiais e dados estatísticos. Ele estabelece conexões causais, demonstrando como as posições de poder e confiança ocupadas pelos **agressores** facilitaram os atos de abuso, permitindo manipulações e evitando punições. Contrastivamente, o relatório evidencia a discrepância entre o discurso moral da Igreja e a realidade dos abusos, destacando a minimização ou negação institucional frente às alegações de abuso.

O termo “abuso sexual” é usado para descrever atos de violência sexual cometidos, na maioria das vezes, por membros do clero contra menores e adultos vulneráveis. O relatório detalha a natureza desses atos, abrangendo desde toques inapropriados até o estupro, e enfatiza a gravidade do impacto desses abusos nas vítimas. Vejamos como isso é enunciado nas SE selecionadas do CIASE:

SE 33 – Complexidade dos Fatores que contribuem para o abuso sexual na Igreja Católica:

“Fatores pessoais, interpessoais e sistêmicos combinam-se de maneiras muito complexas para fomentar o abuso sexual dentro da Igreja Católica como em todas as sociedades. ”. p1.50.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 34 – Impacto da hierarquia da Igreja no Abuso Sexual e sua ocultação:

“A nível institucional, a estrutura hierárquica particular da Igreja Católica pode dar a um membro do clero a ilusão de ter poder sobre os fiéis [...] justificar certas agressões sexuais. [...] A falta de rigor no processo de recrutamento do clero [...] pode levar ao recrutamento de pessoas em risco. A ausência ou desconhecimento do risco de abuso sexual e das dificuldades de se posicionar emocionalmente no cuidado dos jovens pode levar a um risco acrescido de abuso sexual ao qual se segue a sua ocultação”. p.175.

Fonte: Sauvé (2021).

As SE 33 e 34 destacam a complexidade e a multifacetaridade do abuso sexual na Igreja, sublinhando a necessidade de uma compreensão abrangente e de intervenções multifacetadas para abordar efetivamente o problema. A SE 33 enfatiza que o abuso sexual resulta de uma combinação complexa de fatores pessoais, interpessoais e sistêmicos. Esses fatores não operam isoladamente; ao contrário, eles se entrelaçam e reforçam uns aos outros, criando um ambiente em que o abuso pode prosperar. Isso sugere que a compreensão e a prevenção do abuso sexual exigem uma abordagem holística, que considere todas essas dimensões. Além disso, a SE 34 explora como a estrutura hierárquica da Igreja Católica pode legitimar tanto a perpetração quanto a ocultação do abuso sexual. A hierarquia dentro da Igreja pode dar aos membros do clero uma percepção distorcida de poder, o que pode ser mal utilizado para justificar e encobrir agressões sexuais.

Dada essa natureza distorcida, a SE 34 destaca a importância do processo de recrutamento e formação do clero, indicando que falhas nesse sistema podem permitir a admissão e a manutenção de indivíduos propensos a comportamentos abusivos. A falta de consciência sobre o risco de abuso sexual e as lacunas na capacidade de se posicionar emocionalmente no cuidado com os jovens são identificadas como fatores que aumentam o risco de abuso e sua subsequente ocultação. O abuso sexual é descrito não apenas como ato de violência, mas como um fenômeno complexo envolvendo fatores pessoais, interpessoais e sistêmicos. Assim, o saber sobre o abuso é construído através de investigações e de relatórios, configurando como o poder é exercido e resistido dentro da instituição. O discurso que emerge não apenas nomeia os atos de violência, mas também os contextualiza dentro de uma estrutura maior de poder e de controle.

Vale destacar, no entanto, que nessa SE o enunciador não é tão enfático, o que está evidenciado na materialidade linguística pela repetição da locução verbal “pode dar” e “pode levar”. Sua posição no discurso do relatório, em virtude do uso do verbo auxiliar modal, confere à verdade que deseja estabelecer um aspecto da ordem da possibilidade, ou seja, evita, para efeitos dessa vontade de verdade, estabelecer uma relação de causa e efeito entre a existência de estrutura hierárquica e “ilusão de poder sobre os fiéis” ou entre falta de rigor e “recrutamento de pessoas em risco”. Mesmo assim, no contexto maior do CIASE, tendo em vista a análise feita até aqui, arriscamos afirmar que é parte de uma estratégia argumentativa para sugerir, já tendo antecedentes que comprovem a relação causal.

O termo cultura do silenciamento é crucial para entender como a Igreja lidou com as denúncias de abuso sexual. Esse conceito refere-se à tendência institucional de minimizar, ocultar ou negar as ocorrências de abuso para proteger a imagem da Igreja. O relatório mostra

como essa cultura facilitou a perpetuação do abuso, ao não responsabilizar os **agressores** e não proteger as vítimas.

SE 35 – Cultura do silenciamento nas respostas ao abuso sexual:

“Os termos 'omertà' e 'cultura do silêncio' foram ouvidos repetidas vezes neste estudo [...] Os depoimentos das vítimas destacam o peso do silêncio das palavras usadas para minimizar os atos dos eufemismos por vezes da pressão para não denunciar ou mesmo do recurso abusivo ao perdão como forma de silenciar e relegar a violência para o passado". p.200.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 36 – Agravamento do sofrimento por negar o abuso sexual:

“A relativiza o ou mesmo a nega o do abuso exacerbou o sofrimento das vítimas. A relativiza o tende a minimizar a natureza e o impacto da violência sexual." p.275.

Fonte: Sauvé (2021).

A SE 35 explora como essa cultura do silenciamento se manifesta nas respostas institucionais ao ato de violência. A utiliza o de termos como “*omert *” e “cultura do silêncio” acionam uma prática enraizada de não comunica o e encobrimento dentro da Igreja. A palavra *omert * confere carga semântica ao enunciado, pois evoca a tradi o de silêncio e segredo, visto se referir a um código de honra, sustentado por um forte sentido de família, que proíbe informar ou cooperar com autoridades externas, especialmente em questões que poderiam incriminar ou comprometer os membros do grupo. Um provérbio siciliano resume bem a forma como tal código de honra   respeitado: “quem fala pouco viver  cem anos”; também   considerada uma forma de cumplicidade com o submundo. Ao ser usado no Relatório CIASE, o termo implica uma compara o com práticas de silenciamento e prote o mútua que visam ocultar crimes e proteger os **agressores sexuais** ao custo da justiça e do bem-estar das vítimas. O termo napolitano intensifica o entendimento do que   a cultura do silenciamento no contexto do Relatório CIASE: a imposi o não   apenas norma social, mas um mecanismo de controle institucional que opera por meio de pressão para não denunciar, uso de eufemismos para minimizar a gravidade dos atos, e até o recurso do perdão como forma de desconsiderar e relegar a violência para o passado. Assim, a palavra *omert * amplia a denúncia da gravidade e do alcance sist mico do silêncio ao redor do abuso sexual, uma dinâmica de poder de prote o que vai além do individual e se inscreve nas práticas culturais e estruturais da institui o. O relatório destaca como os depoimentos das vítimas possuem várias formas que visibilizam os modos distintos e diversos que o silenciamento assume, desde o uso de eufemismos para atenuar a gravidade dos abusos até a pressão exercida sobre as vítimas para que não denunciem os atos, ou até o abuso do conceito de perdão para evitar a responsabiliza o e manter o crime encoberto.

Por sua vez, a SE 36 aborda como a relativiza o ou nega o do abuso sexual intensifica o sofrimento das vítimas. Minimizar a gravidade do abuso não apenas invalida a experiência da

vítima, mas também agrava o trauma, porque nega o reconhecimento do ato violento e seu impacto. Essa prática de relativização contribui para a continuidade da cultura do silenciamento, perpetuando um ciclo em que o abuso é encoberto, enquanto suas vítimas são deixadas sem o apoio e a validação necessários para o processo de cura. Logo, a cultura de silenciamento é uma dinâmica de poder, mediante o qual a instituição se move para manter sua autoridade e imagem, suprimindo o conhecimento sobre os atos de violência cometidos por parte de seus representantes. De acordo com Taylor (2018), um claro exemplo de como o poder opera não apenas reprimindo, mas também produzindo o saber ou, neste caso, obstruindo e moldando o saber. O silêncio é, portanto, uma manifestação de poder que controla o discurso sobre o abuso sexual, ao mesmo tempo, participa de uma estratégia de governo exercido sobre os corpos violentados, pois como estes poderiam ter forças para denunciar o que pode ser qualificado como organização criminal, na qual seus membros protegem-se uns aos outros?

O termo responsabilidade institucional é utilizado para discutir o papel da Igreja Católica na gestão das denúncias de abuso. O relatório critica a falta de ação adequada e a relutância em assumir a responsabilidade pelos atos de abuso cometidos dentro da instituição. Isso inclui a falha em criar um ambiente seguro, a ineficácia nas investigações e a falta de apoio às vítimas.

SE 37 – Responsabilidade institucional: chamado à ação e reflexão:

“Recomendação N° 24: Reconhecer a responsabilidade sistêmica da Igreja e como tal examinar os fatores que contribuíram para o seu fracasso institucional.” p. 275.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 38 – Responsabilidade institucional nos abusos sexuais

“Fora do âmbito legal, a violência sexual na Igreja evidencia uma responsabilidade mais ampla de caráter institucional, estrutural ou sist mico. [...] Substitui-se a ideia de falha individual ou de falhas de salvaguarda pela ideia de disfun o ou falha organizacional.” p. 275.

Fonte: Sauvé (2021).

Na SE 37, a responsabilidade institucional   destacada pela Recomenda o n  24, que se refere a uma das recomenda es específicas feitas pela comissão que investigou os abusos sexuais na Igreja Católica, indicando uma a o proposta baseada nas descobertas da investiga o. Nela, enuncia-se a ênfase na necessidade de reconhecer a responsabilidade sist mica da Igreja nos fracassos institucionais. Essa SE aponta para uma convoca o direta   Igreja para examinar e admitir os fatores que contribuíram para seus fracassos, sugerindo uma introspec o e revisão estrutural para evitar a repeti o dos mesmos erros.

A SE 38 amplia a discussão para além do âmbito legal, identificando a violência sexual na Igreja como manifesta o de uma responsabilidade mais abrangente de caráter institucional,

estrutural ou sistêmico. Isso implica que a questão não se limita a falhas individuais ou lacunas nas medidas de proteção, mas indica uma disfunção ou falha organizacional mais profunda. Aqui, a responsabilidade é vista como uma questão estrutural que permeia toda a instituição, necessitando de uma abordagem e solução igualmente estruturais. A responsabilidade institucional aborda diretamente a questão do poder e do saber, questionando quem tem a autoridade para definir e resolver o problema do abuso sexual.

A ligação do conceito de verdade com as SE 37 e 38 também se destaca no chamado para a ação e reflexão, sugerindo que o enfrentamento da verdade sobre os abusos é um ponto de partida para a transformação institucional. Isso envolve a criação de um ambiente seguro, investigações eficazes e apoio adequado às vítimas, fundamentados em um compromisso com a verdade. O conceito de verdade é central para o objetivo do relatório, que é revelar a realidade do abuso sexual na Igreja Católica. O relatório procura estabelecer um registro factual dos abusos, desafiando a cultura de negação e buscando a transparência para assegurar que as experiências das vítimas sejam reconhecidas e validadas.

SE 39 – Busca pela verdade:

“A instituição eclesiástica deve envidar todos os esforços sem limites de prazo para esclarecer as acusações de violência sexual mesmo depois de decorrido o prazo de prescrição.” p.275.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 40 – A busca pela verdade e reparação no contexto de abusos sexuais:

“À luz do diagnóstico da Comissão, o ponto de partida para um processo de verdade e reparação em relação ao passado deve ser afirmar e buscar a responsabilidade dos perpetradores bem como explorar a responsabilidade da instituição dentro de cujos muros o abuso aconteceu.” p.290.

Fonte: Sauvé (2021).

As séries enunciativas 39 e 40, conforme apresentadas no contexto do relatório da CIASE, enfocam a importância da busca pela verdade e pela repara o no âmbito dos abusos sexuais na Igreja Católica. A primeira sublinha a necessidade de a institui o eclesiástica empreender esforços contínuos para esclarecer acusa es de violência sexual, independentemente do prazo de prescri o. Nessa sequência, o enunciador coletivo faz uso da loca o verbal “deve envidar” para projetar sobre o que investiga um efeito da ordem da obrigatoriedade. Em outras palavras, tenta agir sobre a institui o eclesiástica, visto que a busca pela verdade deve transcender limita es temporais legais ou administrativas, refletindo um compromisso inabalável com a justiça e o efeito transparência. A implica o aqui   que a verdade tem um valor intrínseco que não diminui com o tempo; pelo contrário, o esclarecimento de casos de abuso, mesmo após muitos anos,   crucial para validar as experiências das vítimas, promover a cura e assegurar que a justiça seja feita. Isso desafia a cultura de nega o e silêncio,

porque interpela a Igreja para que exerça seu compromisso no enfrentamento do seu passado para melhorar a sua confiança e a sua credibilidade institucional.

Já na SE 40 expande o conceito, ligando a verdade não apenas ao esclarecimento dos fatos, mas também ao processo de reparação. Essa série enunciativa destaca que a verdade e a reparação devem começar com o reconhecimento e a responsabilização dos perpetradores, bem como a análise da responsabilidade institucional no contexto em que os abusos ocorreram. Uma compreensão de que a verdade não é apenas factual, mas também moral e reparativa. Novamente, o verbo *dever* é usado com efeito de obrigatoriedade e compõe a legitimação da posição de sujeito que detém o poder-saber para prescrever ações necessárias no contexto de abusos sexuais, impondo uma necessidade imperativa de afirmar e buscar a responsabilidade tanto dos **agressores** quanto da instituição. Esta prescrição não se limita a destacar a importância do processo de verdade e reparação, mas estabelece que essas ações são obrigatórias e devem ser envidadas para que haja justiça. A expressão “À luz do diagnóstico da Comissão” funciona como uma ancoragem linguística que, no embate entre o desejo de governamentalidade da Igreja e a contraposição a esse mecanismo, confere autoridade ao enunciado, situando a prescrição em um contexto de seriedade e investigação oficial. A construção das responsabilidades individuais e institucionais reforça a necessidade de uma abordagem equitativa e abrangente, tanto dos **agressores** quanto da instituição. Assim, a linguagem utilizada é estratégica, projetando um senso de urgência e obrigatoriedade, no processo de verdade e reparação, bem como enfatizando a responsabilidade compartilhada entre indivíduos e a instituição.

Por fim, as SE descritas nessa subseção explicam a intrincada relação entre saber, poder e discurso no contexto dos abusos sexuais na Igreja Católica. Partindo da premissa de que o poder está entrelaçado com o saber, e ambos são manifestados através do discurso (Foucault, 2009), os enunciados evidenciam como o discurso em torno do abuso sexual dentro da Igreja Católica não é apenas uma questão de linguagem, mas de complexas relações de poder e formas de saber. O Relatório CIASE ao investigar, relatar e recomendar ações sobre os abusos sexuais na Igreja Católica, exemplifica como o entendimento desses abusos é construído, contestado e transformado. Ele faz submergir nas teias discursivas as complexidades das dinâmicas de poder, saber e discurso e como elas moldam a realidade dos abusos sexuais dentro da instituição religiosa.

Encaminham-nos para o critério intitulado descrição do encadeamento e explicação das formas unitárias sob as quais eles se apresentam. Para tanto, examinamos como o relatório organizou e apresentou seus temas centrais, com a atenção voltada para o estabelecimento da

identidade e da persistência dos temas de violência sexual, a reação da igreja, e o impacto sobre as vítimas. Isso envolveu analisar a estrutura do relatório para compreender como ele articula esses temas de forma a apresentar uma visão unificada e coerente dos abusos sexuais na Igreja Católica.

O relatório está estruturado de maneira a fornecer uma análise sequencial dos temas, começando com a metodologia, seguida pela iluminação da análise qualitativa e quantitativa da violência sexual na Igreja. A discussão progride, mostrando as atitudes da Igreja ao longo do tempo e, por fim, explora as vias para verdade e reparação, bem como a prevenção futura. Ao mobilizar os elementos das regras de formação discursiva dos objetos, conforme delineado por Foucault (2008), observamos que os objetivos do relatório são multifacetados, interconectados e se relacionam diretamente com os conceitos de enunciado, prática discursiva e função enunciativa, fato esse que nos possibilitou descrever três temáticas principais no meio da dispersão enunciativa: o abuso sexual; a reação da igreja e os impactos sobre as vítimas, como descrito nas SE seguintes:

SE 41 – Natureza e consequências do abuso sexual:

“O estudo mostra que a violência sexual gera a médio e longo prazo transtornos muito graves ou graves na vida das vítimas de abuso. As mulheres são mais afetadas que os homens, mas ambos são muito afetados. A educação tem um certo efeito protetor, mas mesmo pessoas altamente qualificadas não estão isentas. As consequências da violência também estão diretamente ligadas à sua duração: quanto mais longo o período de abuso e quanto mais recente o abuso, mais a vítima fica perturbada.” p. 60.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 42 – Abordagens experiencial e científica:

“Ao decidirem testemunhar, as vítimas doaram o seu conhecimento experiencial ao CIASE. Cada testemunho traça um destino do qual se destaca como exemplo. A legitimidade extraída de um corpo de experiência nos campos do trabalho social e de saúde tornou-se tão clara que a legisla o foi criada para lidar com isso. No entanto, a ideia requer esclarecimentos.” p.102.

Fonte: Sauvé (2021).

A SE 41 detalha as experiências traumáticas das vítimas, destacando a ruptura na capacidade de "ser" devido ao trauma vivenciado, ilustrando a dimensão do problema relacionada   gravidade do impacto e concluindo que a violência sexual tem efeitos em médio e longo prazo, que são graves ou muito graves na vida das vítimas. Isso atesta a natureza persistente e profundamente prejudicial do trauma do abuso sexual, que não apenas afeta as vítimas imediatamente após o evento, mas continua a impactar suas vidas de maneira significativa ao longo do tempo. A SE 41 também constata a diferença de g nero, visto que o documento afirma que as mulheres são mais afetadas que os homens pelo trauma do abuso sexual, ressaltando, assim, a necessidade de abordagens sensíveis ao g nero no apoio às vítimas. A dura o do abuso está diretamente relacionada   intensidade do distúrbio experimentado pela

vítima. Quanto mais longo o período de abuso e mais recente ele for, maior é o nível de perturbação. Isso enfatiza a importância de intervenções precoces e o estabelecimento de mecanismos eficazes de detecção e apoio para mitigar os efeitos a longo prazo do abuso.

Na SE 42, são utilizadas as abordagens experienciais (baseada em depoimentos das vítimas) e científica (baseada em dados e análises), que atuam juntas para descrever o abuso e suas repercussões. Em relação ao abuso sexual, podemos ressaltar a importância do testemunho das vítimas, que compartilham seus conhecimentos experienciais com a CIASE. Esse compartilhamento de experiências é uma forma de se produzir conhecimento, regulado por regras específicas em determinados contextos históricos e sociais, moldando o que pode ser dito e considerado verdadeiro ou legítimo, o que nos remete às análises de Foucault (1996) sobre os aspectos definidores de dada ordem de discursos. Nesse contexto, os testemunhos das vítimas funcionam como um corpo discursivo que contribui para a formação do conhecimento sobre o abuso sexual na Igreja. Esses relatos não apenas traçam os destinos individuais marcados pelo trauma, mas também se destacam como exemplos significativos com realidades profundas e, muitas vezes, ocultas do abuso. A prática discursiva emerge na maneira como esses testemunhos desafiam as instituições estabelecidas e introduzem novas formas de entender a violência sexual, destacando a dimensão experiencial do abuso.

SE 43 – Deficiências específicas da igreja:

“O medo do 'escândalo' que leva ao encobrimento, ao segredo e ao silêncio. Referindo-se aos atos por eufemismos, incapacidade de nomear claramente o dano, sem capacidade para ouvir as vítimas ou para levar suas experiências a bordo.” p. 224.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 44 – Responsabilidade legal da Igreja Católica:

“Além da responsabilidade do perpetrador individual, a responsabilidade legal da Igreja também deve ser investigada. Conforme descrito acima, a escala absoluta da violência sexual na Igreja, as falhas na resposta institucional e a natureza determinante do status sacerdotal na cria o de uma rela o de controle suscitam questões sobre a responsabilidade que vão além do perpetrador individual.” p.282.

Fonte: Sauvé (2021).

As SE anteriores referentes   rea o da Igreja podem ser entendidas como ilustra es sobre como o discurso e as práticas discursivas da Igreja Católica, em torno do abuso sexual, foram moldados e evoluíram ao longo do tempo. Na SE 43, destacamos o comportamento da Igreja em minimizar e encobrir o abuso sexual, usando eufemismos e mantendo um ambiente de segredo e silêncio. Trata-se de reconhecer claramente o dano e ouvir as vítimas, uma prática discursiva que prioriza a prote o da imagem da institui o em detrimento do bem-estar das vítimas. Pautados nos direcionamentos dados por Foucault (2018), podemos afirmar que esses enunciados não são apenas descri es de a es, mas partem de um regime de verdade que

define o que é considerado aceitável e legítimo dentro da instituição. A reação da Igreja, portanto, torna-se um objeto discursivo que exemplifica como o poder e o conhecimento são exercidos para manter a autoridade institucional.

Na SE 44, o sujeito enunciador aborda a responsabilidade não apenas no nível individual do perpetrador, mas também no nível institucional da Igreja. A análise reconhece que as falhas da Igreja em responder, adequadamente, ao abuso sexual e o papel do *status* sacerdotal em estabelecer relações de controle são elementos que contribuem para um problema mais amplo. Esse enunciado aponta para uma mudança discursiva, em que a responsabilidade é vista como um constructo mais complexo e multifacetado, não limitado aos atos individuais, mas incluindo a estrutura e a dinâmica da instituição. As SE evidenciam a maneira pela qual o discurso não apenas direciona, mas também constrói a realidade social, determinando como certos temas são abordados e gerenciados dentro de um contexto específico.

SE 45 – Trauma e consequências a longo prazo:

“Os efeitos do trauma psicológico em crianças são conhecidos há mais de um século, embora não tenham sido estudados seriamente até a década de 1950. A experiência do terror é a de olhar a morte ou a aniquilação nos olhos e o universo perder o sentido; linguagem e palavras desaparecem, a vergonha e a culpa surgem acompanhadas de um sentimento de impotência e abandono como se estivesse fora da comunidade humana.” p.74.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 46 – Dificuldade em romper o silêncio:

“O percurso de saída do silêncio para crianças vítimas de violência sexual na Igreja Católica   um processo eminentemente difícil. O estudo destaca a impossibilidade de ser ouvido e acreditado depois de falar tanto quanto o enorme esforço necessário para quebrar o silêncio em primeiro lugar” p.126.

Fonte: Sauvé (2021).

A SE 45 permite uma abordagem da natureza do trauma psicológico resultante do abuso sexual em crianças, destacando a perda de sentido, a emergência de vergonha e culpa, e a sensa o de estar alienado da comunidade humana. Esse enunciado não apenas descreve as consequências do abuso, mas também participa na constru o do entendimento social do trauma. Ele mostra como o trauma   reconhecido e conceituado no discurso psicológico e social. Assim, o trauma se torna um objeto de conhecimento que   definido, categorizado e tratado de acordo com as normas e práticas institucionais e sociais. Já a SE 46 apresenta a complexidade e as barreiras enfrentadas pelas vítimas, ao tentarem romper o silêncio sobre o abuso sexual. Reflete sobre a dificuldade em ser ouvido e acreditado, o que sublinha o poder dos discursos institucionais e sociais em validar ou deslegitimar as experiências das vítimas. O enunciado ilustra como o silêncio e a fala são regulados por rela o de poder e conhecimento, determinando quem pode falar, quem   ouvido e como a verdade   construída e reconhecida. O

silêncio, neste contexto, não é apenas uma ausência de fala, mas um elemento ativo no discurso que molda a experiência e a identidade das vítimas.

A abordagem estruturada ajuda a entender como os temas de abuso sexual, a resposta institucional da Igreja e o impacto sobre as vítimas se interligam e persistem ao longo do tempo, fornecendo uma visão unificada do problema do abuso sexual na Igreja Católica. O relatório consegue encadear os enunciados díspares sobre esses temas, formando um conjunto coerente com a identidade e a persistência dos temas abordados. Isso evidencia o processo de formação de objetos, por meio do qual são conectados e organizados os enunciados sobre abuso sexual, a resposta institucional da Igreja e o impacto nas vítimas. Esta organização não apenas define esses temas como objetos específicos de discussão e análise, mas também determina a maneira pela qual eles são percebidos e compreendidos dentro do discurso maior sobre o abuso sexual na Igreja Católica.

A abordagem rizomática evidencia novas direções de compreensão e ação. Por meio deste método, é possível mobilizar como o CIASE ilustra a complexidade do abuso sexual na Igreja, enfatizando que a solução requer mudanças abrangentes que considerem as nuances de poder, trauma e recuperação. Esta abordagem rizomática permite uma visão mais dinâmica e multifacetada do problema, encorajando ações que são tanto reparadoras quanto preventivas, visando à transformação real e sustentável dentro da Igreja Católica. Ao encadear enunciados díspares para formar um conjunto coerente, o relatório cria uma estrutura discursiva que permite que esses temas sejam investigados, debatidos e entendidos de maneira unificada. Podemos analisar a identidade e a persistência dos temas abordados, demonstrando como eles são configurados e reconfigurados ao longo do tempo dentro do discurso institucional. Portanto, a abordagem do relatório exemplifica como os objetos de conhecimento são formados e mantidos dentro de um campo discursivo específico, neste caso, o do abuso sexual na Igreja Católica.

3.3 DISTINÇÃO ENTRE VONTADE DE SABER E VONTADE DE VERDADE

Esta seção aborda nosso último objetivo específico, que é analisar como o Relatório CIASE construiu o discurso sobre abuso sexual, assentando-se em uma vontade de verdade. Para cumprir esse objetivo, foi necessária a distinção entre vontade de verdade e vontade de saber, com o objetivo de explorar como o discurso, no Relatório CIASE, não objetiva, apenas, investigar e apresentar fatos sobre os abusos sexuais (vontade de verdade), mas também participar na criação de um discurso autorizado sobre o abuso sexual na Igreja Católica. Dado

o *status* conferido a essa instituição, configuram-se quais aspectos dessa realidade são validados e aceitos como verdadeiros.

Ao examinar o relatório, concluímos que existe uma dispersão e contradição significativas que ressoam na complexidade dos temas abordados. É preciso destacar que essa dispersão não é apenas uma característica incidental, mas uma manifestação intrínseca da natureza heterogênea e multifacetada dos abusos sexuais na Igreja Católica, conforme documentado. Essas múltiplas facetas são compreendidas através do conceito de rizoma. Longe de serem vistas como falhas, tratamos como uma tentativa de mapear os discursos que compõem este problema social e institucional.

A vontade de verdade, nesse contexto, não é um reflexo objetivo da realidade, mas uma construção social e histórica, composta pelas relações de poder. Assim, a verdade é produzida por um conjunto de regras que distinguem o verdadeiro do falso, atribuindo ao verdadeiro efeitos de poder. As instituições, ao regular os discursos, estabelecem regimes de verdade que legitimam certos conhecimentos e práticas, enquanto excluem outros. No caso da violência sexual cometida por sacerdotes católicos, a verdade sobre esses abusos é configurada por discursos que são construídos tanto pela Igreja quanto por instituições científicas e acadêmicas.

Nessa direção, a vontade de verdade está intimamente ligada à busca por legitimidade, autenticidade e validação do conhecimento dentro de um contexto social e histórico específico. Foucault (2008) afirma que sua construção envolve os mecanismos pelos quais são elevados ao *status* de verdadeiros e como essas verdades são sustentadas. Bertola e Navarro (2022) completam que a vontade de verdade se refere à maneira como certos tipos de discursos são alçados à condição de verdadeiros em dada sociedade, enquanto outros são desconsiderados ou reprimidos. Essa vontade não é apenas um desejo de conhecer a verdade, mas uma força que molda o que é aceitável dizer, pensar e questionar em determinado contexto histórico e social.

Por outro lado, a vontade de saber pode ser explorada como uma dimensão central na forma como as sociedades ocidentais abordam a sexualidade e está ligada, diretamente, com a confissão, procedimento para produção de verdades, mecanismo de poder que incita a falar, entretanto, a incitação não é tanto sobre a supressão do desejo sexual, mas sobre a construção de um tipo de saber que é vinculado ao poder. De acordo com Foucault (2014, p. 65), da “garantia de *status*, de identidade e de valor atribuído a alguém por outrem, passou-se à confissão como reconhecimento, por alguém, de suas próprias ações ou pensamentos”. Nesse sentido, a vontade de verdade não é algo fixo e imutável, mas sim produzido por práticas discursivas específicas e relações de poder. Trata-se de um fenômeno que transcende a mera aquisição de conhecimento, uma vez que:

o indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem; posteriormente, passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder (Foucault, 2014, p. 66).

A vontade de saber sobre a sexualidade, então, não é apenas uma busca por conhecimento, mas uma forma de controle e de exercício de poder, que se manifesta na obsessão em falar sobre o sexo, categorizá-lo e regulamentá-lo através de diversas práticas discursivas e institucionais. Logo, a vontade de saber sobre a sexualidade não surge da necessidade de reprimir o sexo, mas de uma demanda complexa e multiforme para produzir verdades sobre ele, que estão intimamente ligadas ao exercício de poder. A sociedade ocidental é única, na medida em que transformou o sexo em objeto de um saber científico, através de processos confessionais que buscam extrair a verdade do sexo.

Ainda de acordo com o filósofo francês, a vontade de saber funciona como um mecanismo de poder que nos mostra como as estruturas de conhecimento sobre o sexo são construídas e utilizadas para formas específicas de controle social e pessoal, marcando uma distinção fundamental entre as sociedades ocidentais e outras tradições que tratam o sexo pela ótica da arte erótica, sem o mesmo foco na confissão e na produção de um conhecimento verdadeiro e regulado sobre a sexualidade.

Considerando o exposto, o Relatório CIASE, ao ser estabelecido pela Igreja Católica e reconhecido pelos países, recebe um *status* autoritário significativo, que permite que a Comissão defina certos discursos como verdadeiros e como ocorrerão a percepção pública e a resposta institucional ao problema dos abusos sexuais. Ao mesmo tempo, esse *status* também implica uma responsabilidade em lidar de forma justa e abrangente com as informações, uma tarefa complexa e desafiadora, haja vista a vastidão e a profundidade dos abusos documentados. Conforme discutido por Foucault (2014), a vontade de verdade não é apenas uma busca pela verdade em si, mas também um exercício de poder que define o que pode ser dito e aceito como verdadeiro dentro de um determinado contexto social e histórico. No caso do Relatório CIASE, essa vontade de verdade é exercida tanto na determinação de quais casos de abuso são destacados e como são descritos, quanto na forma como as recomendações para mudanças futuras são formuladas. Este exercício de poder é intrínseco à maneira como a verdade é construída e reconhecida dentro das instituições e pela sociedade.

A norma, por sua vez, se torna um elemento fundamental na construção da vontade de verdade, principalmente quando exploramos a formação dos discursos e a função dos seus enunciados. Conforme já definido por nós, sendo o enunciado uma função que se relaciona com

um domínio de objetos, com posições sujeito e estabelece campos de coexistência (Foucault, 2008), a vontade de verdade se produz a partir dessa teia discursiva. Isso nos aponta para como as normas constroem a vontade de verdade, ao moldar os discursos, mediante a emergência e a validação de seus enunciados. As normas determinam o que é considerado um enunciado legítimo, o que por sua vez compõe a constituição de verdades, em dado campo discursivo específico.

Elas acionam, portanto, não apenas os fatos dos abusos sexuais, mas também as dinâmicas de poder envolvidas na construção das verdades que a sociedade está disposta a reconhecer e responder. Esse processo é necessário para analisar como certas verdades são estabelecidas e outras são marginalizadas ou ignoradas, e como essa seleção interfere nas políticas e nas práticas que visam corrigir e prevenir esses abusos no futuro.

A autoridade e a legitimidade não são inerentes à verdade ou à justiça em si, mas são construídas por práticas discursivas e institucionais que estabelecem o que é considerado verdadeiro e justo dentro de uma sociedade. Foucault (2002) afirma que a autoridade de certos discursos, como os jurídicos, deriva de sua capacidade de serem reconhecidos em determinado regime de verdade que é sustentado pelo poder. Assim, a legitimidade de uma instituição ou de uma afirmação de verdade depende de sua conformidade com os padrões e as expectativas desse regime de verdade.

O Relatório CIASE organiza seu discurso sobre o abuso sexual cometido por clérigos da Igreja Católica com um foco marcante na responsabilidade e na necessidade de efeito transparência, usando uma linguagem direta para descrever os eventos e suas implicações. O relatório se inicia com um prefácio do presidente, seguido por um sumário detalhado que destaca os principais achados e recomendações. Essa organização permitiu examinar como o relatório organiza seu discurso sobre abuso sexual, com base nas seguintes estratégias: ênfase na voz das vítimas, a responsabilidade institucional, o enquadramento dos eventos e as estruturas empregadas. Isso mostra de que modo a vontade de verdade do sujeito enunciatador é produzida, em relação ao assunto abordado pelo CIASE.

A estrutura é dividida em seções que abordam desde a metodologia da comissão, análises qualitativas e quantitativas da violência sexual, até as respostas institucionais da Igreja ao longo do tempo e propostas para o futuro.

Consideremos as SE seguintes:

SE 47– Centralização da voz das vítimas:

“A comissão adotou a abordagem de colocar as vítimas no centro de seu trabalho, conforme aconselhado pela Irmã Véronique Margron, Presidente do CORREF. Esse enfoque se manifestou na decisão de escutar e reunir as palavras das vítimas, lançando um apelo por testemunhos.” p. 14.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 48 – A distor o da doutrina e dos ensinamentos da Igreja Católica:

“A comissão de trabalho aborda sucessivamente [...] os desvios, distor es e perversões da doutrina e dos ensinamentos da Igreja Católica que poderiam potencialmente constituir um terreno fértil para violência [...]” p. 50.

Fonte: Sauvé (2021).

SE 49 – Doutrina da Igreja e ensinamentos que podem ter se emprestado a desvios, distor es e perversões:

“Abuso na Igreja se baseia em um desvio de significado, manipulando através do espiritual” (Audiência de Anne Mardon).” p. 280.

Fonte: Sauvé (2021).

Na SE 47, a ênfase na voz e na experiência das vítimas integra uma tentativa de mudar o poder discursivo, valorizando os discursos que, tradicionalmente, foram marginalizados ou ignorados. O relatório estabelece a voz das vítimas como a pedra fundamental do trabalho da comissão, destacando a coleta de testemunhos orais e escritos. Aludindo às palavras de Foucault, tais vozes podem ser uma condensac o “das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou   violência dos fatos que neles se encontram.” (Foucault, 2003, p. 203). Assim, existe uma complexidade no poder das palavras e ao que elas se referem em rela o aos fatos que descrevem.

As palavras não são apenas ferramentas passivas para comunicar realidades objetivas, mas ativamente moldam nossa percep o e compreensão dos fatos. Os discursos das v timas²², ao serem transcritos para o Relatório CIASE, cont m fragmentos de uma realidade e desempenham um papel no que elas dizem. Assim, em tal abordagem ocorre uma valida o e um reconhecimento das experiências das vítimas, focando a importância dos discursos marginalizados, destacando como a linguagem tem seu próprio poder, às vezes até mais forte do que os próprios eventos ou a es a que se refere.

As SE 48 a 49 abordam a responsabilidade civil e institucional que a Igreja possuía perante os casos de violência sexual. As discussões detalhadas sobre a responsabilidade civil e penal de diferentes componentes da Igreja apontam para uma análise do poder e da estrutura que facilitou o abuso sexual. Esta análise envolve a explora o de como a autoridade eclesiástica pode ter contribuído para os abusos, uma perspectiva que ressoa com ênfase em como o discurso gera conhecimento e conhecimento   poder (Foucault, 2008). Já na SE 49

²² Para este capítulo, selecionamos somente um recorte enunciativo, porque, em outras partes desta pesquisa, essa voz já foi expressa nas SE que formam o *corpus* discursivo. Desse modo, as considera es tecidas aqui podem ser estendidas às demais sequências, em que os relatos em primeira pessoa são mobilizados para a constru o argumentativa do relatório, servindo, como estamos insistindo,   produ o da verdade em contraposi o ao poder exercido mediante a verdade da institui o religiosa sob inquérito.

ocorrem desvios, distorções e perversões do que seriam os ensinamentos da Igreja. Tal aspecto mostra como discurso, dada sua condição de prática, forma os objetos de que fala. Logo, a doutrina e os ensinamentos da Igreja, ao serem distorcidos, não apenas ancoram o exercício de poder, mas também intervêm sobre a realidade religiosa e moral.

Dessa forma, os enunciados descritos ressaltam a importância de examinar as estruturas de poder e autoridade, não apenas em termos de suas manifestações explícitas de abuso, mas também em como elas criam condições que permitem ou encobrem tais abusos. A análise do Relatório CIASE, por meio da vontade de verdade, permite uma compreensão das dinâmicas de poder que sustentam os abusos dentro da Igreja, caracterizando não apenas os atos individuais de abuso, mas também as estruturas e práticas que os possibilitam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou como a violência sexual praticada em instituições eclesiais católicas é permeada por estratégias de poder que, simultaneamente, ocultam e revelam verdades, conforme evidenciado no Relatório CIASE. A dualidade entre silêncio e exposição se complementa com a dinâmica entre impunidade e reconhecimento, em complexas tensões de relações de poder que moldam as práticas discursivas. O relatório emerge como um terreno no qual a vontade de verdade é constantemente negociada e reformulada, e isso se manifesta pela investigação das práticas discursivas que legitimam eventos como verdadeiros, no contexto do abuso sexual por sacerdotes.

A análise empreendida do documento deu visibilidade à violência sexual, emoldurada dentro das instituições eclesiais, mais especificamente, as estratégias de poder que se movimentam para ocultar e revelar a verdade. O relatório da CIASE, portanto, emerge como um campo de batalha, no qual a vontade de verdade é constantemente negociada, disputada e reformulada.

Retomando a pergunta de pesquisa que guiou este estudo, investigamos quais práticas discursivas legitimam um evento como verdadeiro no contexto do abuso sexual por sacerdotes na Igreja Católica, conforme apresentado no Relatório CIASE. O objetivo geral foi analisar os processos de vontade de verdade que formam objetos de poder-saber sobre o abuso sexual, o qual foi atingido por meio de uma abordagem arqueogenealógica focada nos conceitos foucaultianos de poder, saber, discurso e verdade entre os capítulos distribuídos.

A pesquisa demonstrou como o Relatório CIASE é estruturado em múltiplas camadas discursivas que configuram a complexidade do abuso sexual dentro da Igreja, abrangendo desde a análise histórica até as consequências para as vítimas. Foi evidenciado como essas camadas são articuladas em um campo discursivo que inclui aspectos legais, éticos, sociais e institucionais, ilustrando as práticas discursivas que legitimam os relatos do relatório como verdades.

A questão da verdade é central nesta análise, visto que ela é produzida, conforme determinadas relações de poder validadas por práticas institucionais, legais e sociais. Essas relações são sustentadas por mecanismos de poder, que definem o que é conhecido e quem pode falar, com o Relatório CIASE participando ativamente na formação dessa verdade, ao desafiar versões anteriormente aceitas.

A pesquisa constatou como a vontade de verdade foi validada por diversas forças, incluindo a necessidade de justiça para as vítimas, a pressão da opinião pública, as exigências

legais e a necessidade da Igreja de responder às críticas e restaurar sua credibilidade. A vontade de verdade se manifesta na maneira como o abuso é investigado e relatado, por forças como a justiça para as vítimas, a pressão pública e as necessidades institucionais da Igreja. Em suma, esta pesquisa destaca que o relatório da CIASE não apenas expõe casos de abuso sexual, mas também participa ativamente na construção de discursos que podem constituir nossa compreensão sobre verdade, poder e violência sexual na Igreja Católica. Ao fazer isso, o relatório atua como um instrumento de saber-poder, evidenciando como o discurso sobre abuso sexual é formado, controlado e utilizado, em contextos institucionais específicos. Assim, a análise arqueogenealógica do relatório oferece *insights* valiosos sobre as complexidades das dinâmicas de saber-poder e a forma como elas informam e são informadas pela problemática do abuso sexual na Igreja Católica.

O Relatório CIASE, com sua base em documentos públicos, testemunhos e entrevistas, forneceu um campo fértil para desvendar as dinâmicas de poder-saber, evidenciando falhas institucionais, responsabilidades legais e o impacto devastador sobre as vítimas. Em vista disso, esta pesquisa não apenas respondeu à questão proposta, mas também contribuiu para o entendimento mais amplo da problemática do abuso sexual na Igreja Católica, desvelando a intrincada teia de discursos que moldam a percepção e a gestão deste fenômeno.

Ao ser submetido à análise discursiva, foi evidenciada uma manifestação de práticas que operam dentro de e além da Igreja, demonstrando como a vontade de verdade se configura em um campo de batalha entre diferentes forças e interesses. Portanto, este trabalho não apenas tentou encontrar possibilidades de elucidação da complexidade do discurso sobre o abuso sexual na Igreja Católica, mas também pôde trazer à luz a relevância de abordagens discursivas para compreender as nuances e as implicações de tais discursos no contexto social e institucional mais amplo. Ao realizar tal empreendimento, reafirma a importância da análise foucaultiana de discursos como uma ferramenta para explorar a intersecção de poder, saber e verdade na constituição de realidades sociais e institucionais.

A pesquisa obteve o resultado de que o Relatório CIASE não apenas documenta casos de abuso, mas também participa ativamente na formação de discursos que contribuem para a compreensão da verdade, do poder e da violência sexual na Igreja Católica. O documento representa um ponto de inflexão no discurso sobre o abuso sexual na Igreja Católica, evidenciando uma complexa rede de verdades que é, ao mesmo tempo, exposta e produzida historicamente.

Esse relatório, por sua própria natureza e metodologia, atua não apenas como um documento de denúncia, mas também como um artefato que participa ativamente na formação

do discurso autorizado sobre o tema. Ele se move entre o permitir que as vítimas articulem suas verdades, muitas vezes suprimidas ou ignoradas, e o reforçar ou mesmo criar um discurso legitimado sobre o abuso. Assim, não apenas relata casos de abuso, mas também contribui para a estruturação de relações de poder que ora dá voz as vítimas, ora reitera a autoridade eclesiástica na definição e no tratamento do abuso. Essa ambiguidade discursiva não apenas tenciona o encobrimento e a exposição, mas também as múltiplas camadas de poder que configuram a percepção pública e a resposta institucional aos atos de violência sexual cometidos por representantes da Igreja Católica.

Por fim, outras possibilidades de análise discursiva foram abertas, mas não contempladas, em virtude do recorte adotado, que está expresso no título, na pergunta de pesquisa e nos objetivos. Uma delas poderia nos levar a extrair a confissão das vítimas, separando-a do argumento que fundamenta a verdade produzida pelo CIASE, para, então, fazer intervir uma investigação sobre o sujeito confessional de uma prática abusiva, cometida por autoridades que deveriam orientar o fiel em sua caminhada pela fé. Essa frente de pesquisa nos daria uma percepção de como a subjetividade violentada enuncia sua dor, expondo, assim, para essa possível escuta arqueogenealógica, algo que seria, em hipótese, da ordem das emoções no discurso, como o medo, o ressentimento e o desamparo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Pele de asno não é só história...** Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes. São Paulo: Editora Roca, 1988.

BARACUHY, R. Cartografias da Resistência: as vozes das manifestações de rua. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras**, [S. l.], v. 1, n. 57, p. 126-142, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9688>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BERTOLA, F. B.; NAVARRO, P. Sujeito-corpo-discurso violentado: uma análise de enunciados-sentença jornalísticos sobre o estupro feminino. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 211–228, 2022. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1798>. Acesso em: 14 abr. 2023.

CASTELA, J.; MENDES, V. H. A missão da Igreja é Evangelizar: Apontamentos pastorais no contexto da pandemia. **Annales Faje**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 51–62, 2021. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/article/view/4819>. Acesso em: 5 abr. 2024.

CHAUÍ, M. de S. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1999. p. 5-3. Acesso em: 10 out. 2023.

CIASE – COMISSÃO INDEPENDENTE SOBRE ABUSOS SEXUAIS NA IGREJA. **Relatório Final da Comissão Independente Francesa sobre Abuso Sexual na Igreja Católica**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2020.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1995. v. 1.

FERNANDES, C. A.; SARGENTINI, V. Saussure e Foucault, língua e discurso. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 53–67, 2022. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1692>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 367-383, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwDDtq/?lang=pt#>. Acesso em: 30 out. 2023.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. São Paulo, SP: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 3. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

FOUCAULT, M. **Verdade e as Formas Jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GUERRA, E. L. de A. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte, MG: Grupo Ânima Educação, 2014. Disponível em: <https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/Pós%20Gestão%20Escolar/Legislação%20e%20Pol%C3%ADticas%20Públicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>. Acesso em 01 abr. 2023.

LA PAROLE LIBÉRÉE. **Marianne, n'entends-tu pas tes enfants pleurer? Violences sexuelles sur mineurs?** Français, Les éditions du Cerf, 2021.

LIBÓRIO, R. M. C.; CASTRO, B. M. Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. *In*: UNGARETTI, M. A. (org.). **Criança e Adolescente**: Direitos, Sexualidades e Reprodução. São Paulo: ABPM, 2010. p. 19-42.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 83-103, out. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/kZQ4PCrVpty5fcFp3V4CCtd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MARIN BUROCCHI, A.; MOREIRA, J. de O. Interfaces psicológicas na teologia trinitária em relação à temática da violência e abusos. **Paralellus**, Revista de Estudos de Religião, Recife, PE, Brasil, v. 15, n. 36, p. 271–298, 2024. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/2718>. Acesso em: 05 abr. 2024.

NAVARRO, P.; DINIZ, I.; POLA, D. A Posição de sujeito padre abusador e de sujeito vítima de abusos sexuais em discurso midiáticos. *In*: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 29., 2019, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Eduem, 2019.

NAVARRO, P.; SARGENTINI, V. Por uma Arqueogenealogia dos Estudos Discursivos Foucaultianos no Brasil - Cartografias: Entrevista com Maria do Rosario Gregolin. **Revista Da Anpoll**, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 20–40, 2022. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1777>. Acesso em: 10 abr. 2023.

POSSENTI, S. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. *In*: NAVARRO, P. (org.) **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p. 93-108.

RABOLINI, L. França: o Relatório da Ciase em questão. **Instituto Humanitas Unisinos**, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615127-franca-o-relatorio-da-ciase-em-questao>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RIOS, C. A.; ASSARITTI, D. S.; SOUZA, F. S. de. “Casou, agora aguenta”: marcas simbólicas da Igreja Católica na vida de mulheres. **Cadernos Macambira**, [S. l.], v. 8, n. esp. 3, p. 122–141, 2023. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/CM/article/view/1025>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SAUVÉ, J.-M. *et al.* **Sexual Violence in the Catholic Church France 1950–2020**: Final Report French Independent Commission on Sexual Abuse in the Catholic Church (CIASE). France: Commission Indépendante sur les Abus Sexuels dans l’Eglise, 2021.

SILVA, E. F. da. Igreja, “serviço essencial”? PLURA, Revista de Estudos de Religião, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 218-243, 2021.

TAYLOR, D. **Michel Foucault**: conceitos fundamentais. São Paulo, SP: Vozes, 2018.